

## CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

### Notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

#### NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Controladora") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro (RJ), registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e na *Securities and Exchange Commission* (SEC), com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (B3), Madri (LATIBEX) e *New York* (NYSE).

A Eletrobras exerce a função de *holding*, participando no capital de outras sociedades de forma direta e indireta, dedicadas primariamente na geração e transmissão de energia elétrica, vide nota 4, e ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. – Eletropar (em conjunto, "Companhia") e participação direta na Rouar S.A., além de participações diretas e indiretas em 73 Sociedades de Propósito Específico (SPE).

A Eletrobras é autorizada, diretamente ou por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção, transmissão, comercialização ou distribuição de energia elétrica.

Os prazos de duração das concessões nos segmentos de geração e transmissão de suas controladas e controladas em conjunto estão descritos na nota 3.

A emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 13 de março de 2023.

#### 1.1 - Reestruturação societária

Em 12 de julho de 2021, houve a aprovação da Lei nº 14.182/2021, que dispõe sobre a desestatização da Eletrobras e que definiu condicionantes a serem aprovadas por sua assembleia geral de acionistas, a qual foi realizada em 22 de fevereiro de 2022. A Companhia iniciou seu processo de transformação para cumprir as condições legais definidas no processo de desestatização da Eletrobras. Foi realizada a reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, empresas, instalações e participações, detidas ou gerenciadas pela Eletrobras, especificamente Eletronuclear S.A. ("Eletronuclear") e Itaipu Binacional ("Itaipu") ("Reestruturação Societária"). Em 19 de setembro de 2021, através do Decreto 10,791, foi criada a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. ("ENBpar"), empresa pública detida exclusivamente pela União, que manterá o controle da Eletronuclear e, também, a participação brasileira em Itaipu Binacional.

O processo de Reestruturação Societária se deu através dos seguintes componentes:

(a) Eletronuclear:

O controle societário detido pela Eletrobras na Eletronuclear foi transferido para a ENBpar mediante as seguintes operações: (i) aporte de capital no montante de R\$ 3.500.000 realizado pela ENBpar; (ii) integralização de capital, pela Eletrobras, no montante de R\$ 6.232.330, demonstrado no quadro abaixo; e (iii) adesão pela Eletrobras ao programa de conversão facultativa das ações ordinárias (ON) em preferenciais (PN) na proporção de 1:1.

Integralização de capital social na Eletronuclear	
Integralização do AFAC	3.665.521
Capitalização dos dividendos a receber	2.512.286
Aporte de caixa e equivalentes de caixa	54.523
Investimentos em participações societárias	6.232.330

ACIONISTA	ELETRONUCLEAR				CAPITAL TOTAL	
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		QUANTIDADE	%
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%		
Eletrobras	37.651.030	99,98	10.528.730	99,85	48.179.760	99,95
Outros	7.137	0,02	15.969	0,15	23.106	0,05
Total	37.658.167	100,00	10.544.699	100,00	48.202.866	100,00

Após a reestruturação societária, as ações ordinárias detidas pela Eletrobras passaram de 99,98% para 35,90% e as preferenciais para 99,99%, perfazendo uma participação total de 67,95% sendo minoritariamente participante nas ações ordinárias da Companhia, conforme quadro abaixo:

ACIONISTA	ELETRONUCLEAR				CAPITAL TOTAL	
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		QUANTIDADE	%
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%		
Eletrobras	79.488.850	35,90	221.396.243	99,99	300.885.093	67,95
ENBPar	141.916.224	64,10	-	-	141.916.224	32,04
Outros	7.137	0,00	15.969	0,01	23.106	0,01
Total	221.412.211	100,00	221.412.212	100,00	442.824.423	100,00

Em razão da perda do controle, os ativos, passivos e as participações de não controladores na Eletronuclear, passaram a não compor o balanço consolidado da Companhia. Em função da participação societária mantida, a Eletronuclear se tornou uma coligada da Eletrobras. A participação remanescente foi reconhecida pelo valor justo, na rubrica de investimentos.

#### (b) Itaipu Binacional:

A Itaipu é uma entidade binacional criada e regida pelo tratado assinado em 26 de abril de 1973 (aprovado pelo Decreto Legislativo nº 23/1973), entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai.

A Eletrobras atuava como um veículo utilizado pelo Governo brasileiro para adquirir e comercializar o aproveitamento hidroelétrico gerado pela usina.

Com a Lei nº 14.182/2021 e a Resolução nº 203/2021 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI), com as modificações da Resolução CPPI nº 221/2021, a Companhia transferiu a totalidade da sua participação, que representava 50% do capital da Itaipu à ENBpar pela contraprestação de R\$ 1.082.275, equivalentes a US\$ 208.262, definida pela Resolução CPPI nº 221/2021 e pelo contrato de transferência de participação societária, celebrado entre a Eletrobras e a ENBpar.

A Eletrobras receberá da ENBpar a contraprestação em 240 parcelas mensais, corrigidas pela variação cambial e acrescidas de juros de 4,76% a.a..

A transferência acionária impactou o resultado da Companhia em R\$ 896.658 conforme demonstrado abaixo:

Contraprestação pela transferência	1.082.275
Baixa na participação societária	(185.617)
Ganho na transferência	896.658

A transferência da Eletronuclear e de Itaipu para a ENBpar, atingiu os requisitos de operação descontinuada, de acordo com o Pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e tem os seus efeitos no resultado e no fluxo de caixa divulgados como operações descontinuadas, sendo assim, a Eletrobras não considera os efeitos da consolidação da Eletronuclear, visto não ter mais o controle dessa investida. Vide nota 4.

## 1.2 - Capitalização da Eletrobras

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu sua oferta pública de ações, que consistiu na distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, através da B3, simultaneamente no Brasil e no exterior. O preço de subscrição da ação foi de R\$ 42,00 (US\$ 8,63 sob a forma de ADS que corresponde ao preço por ação convertido para dólares dos Estados Unidos da América (US\$), incluindo taxas de emissão do ADS, com base na taxa de câmbio de venda (PTAX) divulgada pelo Banco Central do Brasil). perfazendo o montante total de R\$ 30.756.468, sendo:

- (a) oferta primária - 627.675.340 ações ordinárias no valor de R\$ 26.362.364 de emissão da Companhia, inclusive sob a forma de *American Depositary Shares* (ADS), representados por *American Depositary Receipts* (ADR), sendo:
- no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução CVM nº 400/2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, com esforços de colocação das ações no exterior; e
  - no exterior, mediante uma oferta pública de distribuição primária de ações, sob a forma de ADS, representados por ADR, nos termos do *U.S. Securities Act of 1933*.
- (b) secundária de ações - 69.801.516 ações ordinárias perfazendo o valor de R\$ 2.931.664 de titularidade do BNDESPAR, realizada no Brasil; e
- (c) em julho de 2022, a Companhia realizou a emissão do lote suplementar de ações, que consistiu em 15% do total de ações inicialmente ofertadas, correspondendo a um total de 104.621.528 ações representando o valor de R\$ 4.394.104, conforme previsto na Instrução da CVM nº 400/2003. Com a emissão do lote suplementar, a oferta pública realizada pela Eletrobras compreendeu uma distribuição primária final de 732.296.868 ações ordinárias de emissão da Companhia incluindo sob a forma de ADS e uma distribuição secundária final de 69.801.516 ações de titularidade do BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Não foi realizado qualquer registro da oferta ou das ações, incluindo sob a forma de ADS, representados por ADR, em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil, junto à CVM, e no Estados Unidos da América, junto à SEC.

Após a conclusão da oferta de ações, o controle da Eletrobras foi pulverizado passando a ser da iniciativa privada. Em 31 de dezembro de 2022, a União detém, direta e indiretamente, o percentual de ações ordinárias de 42,67% (72,33% em 31 de dezembro de 2021).

Desta forma, o processo de oferta pública de ações, após emissão do lote suplementar de ações, acrescentou o montante, líquido dos gastos com emissão de ações, de R\$ 30.648.282 no caixa da Eletrobras, conforme os itens (a) e (c) anteriormente descritos, conforme demonstrado abaixo:

Subscrição de ações	30.756.468
Gastos com emissão de ações	(108.186)
Impacto no capital social	<u>30.648.282</u>

### 1.2.1 – Novos contratos de concessões

A Lei nº 14.182/2021 condicionou a desestatização da Eletrobras à celebração de novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, por trinta anos, em substituição aos contratos vigentes, para as usinas hidrelétricas:

- a) que tenham sido prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013 (usinas cotistas); e
- b) Tucuruí, Sobradinho, Itumbiara, Curuá-Una, e Mascarenhas de Moraes.

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, vide nota 3. Os novos contratos possibilitaram a alteração do regime de exploração, cotas, para produção independente de energia (PIE), nos termos da Lei nº 9.074/1995, inclusive quanto às condições de extinção das outorgas, da encampação das instalações e das indenizações.

Os novos contratos geraram aumento no ativo intangível da Companhia no montante de R\$ 75.021.259, vide nota 22, originado pelo direito de explorar os potenciais de energia hidráulica por meio das usinas hidrelétricas bem como as instalações de transmissão de interesse restrito dessas usinas pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, a Companhia efetuou pagamento à União, a título de bônus de outorga, firmou compromissos de pagamentos à conta de desenvolvimento energético (CDE) e para desenvolvimento de projetos determinados pela Lei nº 14.182/2021, bem como realizou os créditos da aquisição de combustível e das indenizações de Tucuruí e Curuá-Una, conforme detalhado abaixo:

Bônus de outorga (a)	26.622.905
Obrigações com a CDE (b)	33.735.216
Obrigações com a revitalização das bacias hidrográficas (c)	6.693.921
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una (d)	5.062.717
Reembolso aquisição de combustível - Lei nº 12.111/2009 (e)	2.906.500
Ativo Intangível	<u>75.021.259</u>

- (a) o valor do bônus de outorga em 17 de junho de 2022 referente aos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica no montante de R\$ 26.622.905. Os recursos obtidos pela oferta pública de ações (oferta primária) foram utilizados para essa finalidade;
- (b) obrigações ao longo dos próximos 25 anos, de repassar recursos à CDE no montante de R\$ 33.735.216, vide nota 35;
- (c) obrigação, ao longo dos próximos 10 anos no montante total de R\$ 6.693.921, de desenvolver os projetos que vão compor os seguintes programas, vide nota 35:
  - revitalização dos recursos hídricos das bacias do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba, pela controlada Chesf;
  - redução estrutural de custos de geração de energia na Amazônia Legal e para navegabilidade do Rio Madeira e do Rio Tocantins, pela controlada Eletronorte; e
  - revitalização dos recursos hídricos das bacias hidrográficas na área de influência dos reservatórios das usinas hidrelétricas de Furnas, pela controlada Furnas.
- (d) créditos no montante de R\$ 5.062.717 relativos às indenizações de bens reversíveis das Usinas de Tucuruí e Curuá-Una. Essas usinas tiveram novos contratos de concessão assinados; e
- (e) créditos no montante de R\$ 2.906.500 relativos ao reembolso de combustível das distribuidoras que anteriormente eram controladas pela Eletrobras, que foram comprovadas e não reembolsadas, eficiência econômica e energética de que trata a Lei nº 12.111/2009. Esses ativos estavam registrados na conta de Direito de Ressarcimento e foram compensados com os valores a pagar a título de bônus de outorga nos termos definidos pela Lei nº 14.182/2021.

O montante relativo ao direito de explorar as usinas de geração de energia elétrica, registrado no ativo intangível, está demonstrado abaixo:

Usinas Hidrelétricas (UHE)	Ativo intangível
Xingó	11.267.333
Complexo Paulo Afonso	10.590.724
Luiz Gonzaga (Itaparica)	4.693.535
Boa Esperança	876.032
Sobradinho	874.546
Funil - BA	28.489
Pedra	7.124
Valor adicionado Chesf	28.337.783
Tucuruí	25.542.126
Coaracy Nunes	582.030
Curuá-Una	160.582
Valor adicionado Eletronorte	26.284.738
Marimbondo	4.416.843
Furnas	4.025.234
Estreito (Luís Carlos B. de Carvalho)	3.177.816
Itumbiara	2.958.106
Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	2.476.008
Corumbá I	1.431.622
Porto Colômbia	1.322.485
Funil - RJ	590.624
Valor adicionado Furnas	20.398.738
Valor adicionado consolidado	75.021.259

### 1.2.2 – Impactos no resultado

Com a assinatura dos novos contratos de concessão, as concessionárias passaram a não fazer jus às indenizações por investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783/2013.

Os investimentos ainda não amortizados, relativos às concessões não renovadas pela Lei nº 12.783/2013, foram considerados pelo CNPE para utilização na aquisição dos novos contratos de concessão. De acordo com os cálculos do CNPE, foi considerada indenização para as UHE Tucuruí e Curuá-una. Para as UHEs Sobradinho, Itumbiara e Mascarenhas de Moraes, não foram previstos valores a indenizar.

Adicionalmente, os novos contratos de concessão não incluíram remuneração para os ativos de modernização que se encontravam registrados como ativo financeiro de indenização a receber e que haviam sido objeto de consulta pública da ANEEL em outubro de 2019.

A seguir os efeitos no resultado da Companhia por regime de exploração do empreendimento:

Usinas Hidrelétricas	Valor contábil líquido	Indenização Líquida de Tributos	Resultado
<b>Usinas não cotistas</b>			
Curuá-Una	630	17.741	17.111
Tucuruí	2.990.633	4.576.672	1.586.039
Impacto Eletronorte	2.991.263	4.594.413	1.603.150
<b>Usinas cotistas</b>			
Boa Esperança	98.219	-	(98.219)
Apolônio Sales (Moxotó)	38.250	-	(38.250)
Paulo Afonso I	92.612	-	(92.612)
Paulo Afonso II	107.093	-	(107.093)
Paulo Afonso III	66.259	-	(66.259)
Paulo Afonso IV	20.832	-	(20.832)
Luiz Gonzaga (Itaparica)	15.150	-	(15.150)
Xingó	28.174	-	(28.174)
Funil - BA	12.626	-	(12.626)
Pedra	8.067	-	(8.067)
<b>Usinas não cotistas</b>			
Sobradinho	131.948	-	(131.948)
Impacto Chesf	619.230	-	(619.230)
<b>Usinas cotistas</b>			
Corumbá I	(4.497)	-	4.497
Estreito	479.561	-	(479.561)
Funil - RJ	8.110	-	(8.110)
Furnas	566.098	-	(566.098)
Marimondo	15.844	-	(15.844)
Porto Colômbia	1.912	-	(1.912)
<b>Usinas não cotistas</b>			
Itumbiara	62.492	-	(62.492)
Mascarenhas de Moraes	209.462	-	(209.462)
Impacto Furnas	1.338.982	-	(1.338.982)
<b>Impacto líquido</b>	<b>4.949.475</b>	<b>4.594.413</b>	<b>(355.062)</b>

### 1.2.3 – Transferência dos programas de governo

A Eletrobras é a atual responsável pelos programas de Governo descritos a seguir:

- Gestão dos contratos de comercialização do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA);
- Administração da conta corrente do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL), operacionalização e gestão dos instrumentos contratuais do PROCEL;
- Gestão dos contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) celebrados até 17 de novembro de 2016; e
- Operacionalização dos Programas Mais Luz para a Amazônia (MLA) e Luz para Todos (LPT) e gestão dos instrumentos contratuais.

A Eletrobras é também responsável pela administração dos Bens da União sob Administração da Eletrobras (BUSA) encampados e desapropriados com recursos da RGR e gestão dos instrumentos contratuais.

Conforme determinado pela Resolução CPPI nº 203/2021, os programas acima citados e BUSA, permanecerão sob a administração da Eletrobras pelo prazo de transição de até 12 meses, iniciados em junho de 2022, bem como a assunção, pela Eletrobras, a título gratuito, do compromisso de prestar suporte e assessoria à ENBpar para a gestão dessas atividades.

### 1.3 - Jornada EESG - *Economic, Environmental, Social and Governance*

A Eletrobras vem adotando práticas sustentáveis e inovadoras desde a sua fundação, há mais de 60 anos. Contribuiu substancialmente para fazer a Matriz Elétrica Brasileira ser uma das mais limpas do mundo, dispondo de uma capacidade instalada formada por 97% de fontes de baixa emissão de carbono.

Temos o propósito empresarial de colocar toda a nossa força para o desenvolvimento sustentável da sociedade. Há 17 anos somos signatários do Pacto Global das Nações Unidas, maior iniciativa universal de sustentabilidade empresarial e priorizamos 9 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS da Agenda 2030, sendo o nosso compromisso reconhecido como case de sucesso pela Rede Brasil do Pacto Global. Desde 2009, emitimos anualmente o Inventário de Gases de Efeito Estufa das empresas Eletrobras, seguindo metodologia do *GHG Protocol*.

Em 2022 passamos a integrar o Programa Brasileiro *GHG Protocol* e conquistamos o Selo Ouro, devido à sua completude e asseguração externa. Investimos em uma comunicação cada vez mais clara e objetiva sobre os temas relativos à sustentabilidade. Estruturamos o nosso *Framework* de Sustentabilidade em quatro pilares: Pessoas, Planeta, Prosperidade e Governança, com base na iniciativa Métricas do Capitalismo dos *Stakeholders*, liderada pelo *World Economic Forum*. Além de nosso relatório anual, que atende aos padrões da *Global Reporting Initiative* – GRI e às diretrizes do *International Integrated Reporting Council* - IIRC, mantivemos a divulgação de resultados a partir da materialidade da *Sustainability Accounting Standards Board* (Sasb) e das recomendações da *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD), e incluímos um relato sobre os nossos resultados na Agenda 2030, o Caderno ODS.

Pelo sétimo ano consecutivo associamos metas ESG à remuneração variável de nossos dirigentes. A Eletrobras é um dos membros fundadores da *Global Alliance for Sustainable Energy*, que reúne os maiores players globais em energia sustentável, com o objetivo de promover a sustentabilidade junto à cadeia de valor, em especial nos temas ESG, nos princípios de economia circular e em modelos e soluções alinhados aos ODS da Agenda 2030.

Aprovado pelo Conselho de Administração, por meio de nosso Plano Diretor de Negócios e Gestão, o Programa Sustentabilidade 4.0 e composto por 12 projetos ligados às dimensões social (Direitos Humanos e Alavancagem do Capital Humano), ambiental (Transição Energética, Meio Ambiente, Biodiversidade e Descarbonização dos Sistemas Isolados da Amazônia), de governança (Reputação e Engajamento, Gestão de Fornecedores, Aprimoramento de Práticas de Governança, ESG Risks e Agenda 2030) e econômico-financeira (Gestão Sustentável do Capital Financeiro, Certificação de Energia Limpa e Sinergia com a Indústria 4.0) continuou suas entregas, impulsionando as práticas de sustentabilidade nas empresas Eletrobras.

Destacamos que no ano de 2022 a Eletrobras deu importantes passos no sentido de desdobrar seu propósito empresarial nos produtos, processos e modelo de negócios. Os temas afetos à sustentabilidade foram integrados ao Manual da Organização, estabelecendo como atribuição de todos os níveis hierárquicos da Companhia. Atualizamos a nossa Matriz de Riscos, destacando um pilar específico para Riscos ESG e publicamos o novo Código de Conduta, estruturado nos quatro pilares do *framework* de sustentabilidade das empresas Eletrobras. Reforçamos o nosso compromisso com a Biodiversidade, aderindo à Plataforma de Ação pela Natureza - frente Impacto Positivo, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), para a implementação das diretrizes da *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD). Participamos de três eventos internacionais de grande importância para a agenda de sustentabilidade das empresas de energia e da sociedade, a COP 27 (Mudanças Climáticas), a COP 15 (Diversidade Biológica) e o Fórum de empresas e Direitos Humanos, fortalecendo a ativa participação da Eletrobras nos principais debates nacionais e internacionais.

## **NOTA 2 – DESTAQUES DE 2022**

### **2.1 – Venda de participação acionária na Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-T)**

Em abril de 2022, a Eletrobras realizou a venda da totalidade de sua participação acionária, que correspondia a 32,66%, na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. Pela venda das ações, a Eletrobras recebeu o montante de R\$ 1.101.896 gerando o reconhecimento positivo no resultado no montante de R\$ 453.624. A venda dessas ações está contemplada no Plano de Alienação de participações societárias minoritárias da Eletrobras e está no escopo da iniciativa de venda de participações nas empresas coligadas, nos termos do Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG 2022-2026).

### **2.2 – Captação de recursos - Furnas**

No primeiro semestre de 2022, ocorreu a captação de recursos por parte da controlada Furnas no montante de R\$ 2.500.000. Os recursos obtidos por meio dessas captações foram destinados ao cumprimento do programa de investimentos, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da controlada. Maiores informações, vide nota 26.

### **2.3 – Aquisição de controle da Madeira Energia S.A. (MESA)**

Em junho de 2022, Furnas integralizou R\$ 1.582.551 em novas ações, emitidas pela investida MESA. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou para 72,36%.

Em julho de 2022, foi assinado o distrato do Acordo de Acionistas da MESA. Desta forma, Furnas passou a ter o controle da MESA. Maiores informações, vide nota 20.2.

### **2.4 – Plano de Demissão Voluntária – PDV 2022**

Em novembro de 2022, a Companhia lançou o Plano de Demissão Voluntária (PDV 2022), que abrangeu empregados aposentados pela previdência oficial e aposentáveis até 30 de abril de 2023, considerando critérios do INSS. O montante total reconhecido no resultado com o lançamento do plano foi de R\$ 1.260.370. Maiores informações, vide nota 40.2.

### **2.5 – Emissão notas comerciais**

Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 notas comerciais perfazendo o montante total de R\$ 6.000.000. Maiores informações, vide nota 26.

## **NOTA 3 – CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA**

A Eletrobras, detém diretamente ou por meio das suas empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, concessões de energia elétrica nos segmentos de geração e transmissão.

### **I – Concessões e autorizações de geração**

Contrato	Usinas Hidrelétricas (UHE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
001/2010	Belo Monte	11.233	PA	2045
002/2022	Tucuruí	8.535	PA	2052
002/2008	Jirau	3.750	RO	2043
001/2008	Santo Antônio	3.568	RO	2043
001/2022	Xingó	3.162	SE / AL	2052
001/2022	Paulo Afonso IV	2.462	BA	2052
003/2022	Itumbiara	2.082	MG	2052
002/2011	Teles Pires	1.819	MT/PA	2047
001/2022	Luiz Gonzaga (Itaparica)	1.480	PE / BA	2052
003/2022	Marimbondo	1.440	MG	2052
005/2004	Serra da Mesa	1.275	GO	2044
003/2022	Furnas	1.216	MG	2052
001/2022	Sobradinho	1.050	BA	2052
003/2022	Luís Carlos Barreto de Carvalho	1.050	SP/MG	2052
005/1997	Luís Eduardo Magalhães	903	TO	2032
128/2001	Foz do Chapecó	855	RS	2036
003/2014	Três Irmãos	808	SP	2044
001/2022	Paulo Afonso III	794	BA	2052
002/2014	São Manoel	736	PA	2049
130/2001	Peixe Angical	499	TO	2042
003/2022	Mascarenhas de Moraes (Peixoto)	476	MG	2052
001/2022	Paulo Afonso II	443	BA	2052
001/2014	Sinop	402	MT	2049
001/2022	Apolônio Sales (Moxotó)	400	AL	2052
003/2022	Corumbá I	375	GO	2052
003/2022	Porto Colômbia	320	MG	2052
003/2006	Simplicio	306	MG	2043
002/2007	Dardanelos	261	MT	2042
002/2019	Balbina	250	AM	2027
001/2022	Boa Esperança	237	PI / MA	2052
005/2011	Samuel	217	RO	2032
003/2022	Funil - RJ	216	RJ	2052
129/2001	Serra do Facão	213	GO	2036
010/2000	Manso	210	MT	2037
001/2022	Paulo Afonso I	180	BA	2052
001/2007	Governador Jayme Canet Júnior	363	PR	2047
001/2006	Baguari	140	MG	2046
007/2006	Retiro Baixo	82	MG	2041
002/2022	Coaracy Nunes	78	AP	2052
004/2006	Passo São João	77	RS	2046
002/2006	Batalha	53	MG	2043
092/2002	São Domingos	48	MS	2039
002/2022	Curuá-Una	30	PA	2052
001/2022	Funil	30	BA	2052
003/2006	Anta	28	RJ	2041
001/2022	Pedra	20	BA	2052
006/2004	Curemas	4	PB	2026

Contrato	Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
374/2005	João Borges	19	SC	2039
186/2004	Barra do Rio Chapéu	15	SC	2038

Contrato	Centrais Geradoras Eólicas (EOL)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
007/2010	Casa Nova I	180	BA	2043
220/2014	Casa Nova II	33	BA	2049
746/2010	Cerro Chato I	30	RS	2045
747/2010	Cerro Chato II	30	RS	2045
748/2010	Cerro Chato III	30	RS	2045
Portaria MME nº 459/2012	FORTIM - Nossa Senhora de Fátima - Energia dos Ventos VI S. A.	30	CE	2047
225/2014	Casa Nova III	28	BA	2049
388/2012	Caçara I	27	RN	2047
Portaria MME nº 458/2012	FORTIM - Jandaia - Energia dos Ventos VII S. A.	27	CE	2047
Portaria MME 068/2012	Ibirapuitã	25	RS	2047
399/2012	Junco I	24	RN	2047
417/2012	Junco II	24	RN	2047
81/2012	Cerro Chato VI	24	RS	2047
Portaria MME nº 409/2012	FORTIM - Jandaia I - Energia dos Ventos IX S. A.	24	CE	2047
Portaria MME nº 446/2012	FORTIM - São Clemente - Energia dos Ventos VIII S. A.	21	CE	2047
Portaria MME nº 432/2012	FORTIM - São Januário - Energia dos Ventos V S. A. (5)	21	CE	2047
418/2012	Caçara II	18	RN	2047
219/2014	Coqueirinho II	16	BA	2049
286/2014	Tamanduá Mirim II	16	BA	2049
141/2012	Cerro Chato V	12	RS	2047
152/2014	Angical II	10	BA	2049
154/2014	Caititú II	10	BA	2049
174/2014	Carcará	10	BA	2049
176/2014	Corrupião III	10	BA	2049
177/2014	Caititú III	10	BA	2049
139/2012	Cerro Chato IV	10	RS	2047
153/2014	Teiú II	8	BA	2049
103/2012	Cerro dos Trindade	8	RS	2047
150/2014	Acauã	6	BA	2049
151/2014	Arapapá	4	BA	2049
213/2014	Papagaio	10	BA	2049

Contrato	Parques Eólicos	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
204/2014	Parque Eólico Coxilha Seca	30	RS	2049
210/2014	Parque Eólico Capão do Inglês	10	RS	2049
192/2014	Parque Eólico Galpões	8	RS	2049

Contrato	Usinas Termelétricas (UTE)	Capacidade Instalada (MW)*	Localização	Ano
Resolução Aneel 4950/2014	MAUÁ III	591	AM	2044
004/2004	Santa Cruz	350	RJ	2026
Portaria MME nº 304/2008	Candiota III (Fase C)	350	RS	2041
207/2019	APARECIDA	166	AM	2030
Portaria MME nº 420/1989	Senador Arnon Afonso Farias de Mello	86	RR	2030
004/2004	Campos (Roberto Silveira)	30	RJ	2027
Resolução Autorizativa 5.682/2016	Araguaia <sup>1</sup>	23	MT	2019
Resolução Aneel 6.883/2018	ANORI	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CODAJÁS	5	AM	2030
Resolução Aneel 6.883/2018	CAAPIRANGA	2	AM	2030
Registro CEG: UTE.GN.AM.000092-2.02	Anamá	2	AM	2030

<sup>1.</sup> Descontratação da usina em sua totalidade, autorizada pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 331 de 14/08/2018. O processo referente à revogação da outorga de autorização encontra-se em andamento na ANEEL.

(\*) Não examinado pelos auditores independentes.

## II – Concessões de transmissão de energia elétrica

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM) <sup>1</sup>	Participação	Localização	Ano	SE <sup>2</sup>
062/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	20067	100%	RJ/SP/PR/MG/GO/TO/DF/ES/MT	2043	50
061/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	19251	100%	PE/CE/SE/BA/AL/PI/MA/PB/RN	2042	96
058/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	9253	100%	AC, MA, MT, PA, PI, RO, RR, TO	2043	56
057/2001	Transmissão Rede Básica - Diversas instalações	26803	100%	MP/PR/RS/SC/SP	2043	37
013/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A.	4769	25%	RO/SP	2039	-
014/2014	LT Xingu/Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações	4152	25%	PA/TO/GO/MG	2044	-
015/2009	LT Coletora Porto Velho / Araraquara II	4859	25%	RO/SP	2039	2
014/2014	LT Xingu/Estreito	2092	25%	PA/TO/GO/MG	2044	2
021/2009	LT Jauru - Vilhena - Pimenta Bueno - Ji-Paraná - Ariquemes - Samuel - Porto Velho	979	100%	MT/RO	2039	7
007/2013	LT Barreiras II - Rio das Éguas; Luziânia; Pirapora 2	953	25%	BA/MG/GO	2043	-
004/2012	LT Nova Santa Rita - Camaquã 3; LT Camaquã 3- Quinta; LT Salto Santiago - Itá; LT Itá - Nova Santa Rita	785	100%	PR/RS/SC	2042	1
003/2012	LT Lechuga/Equador/Boa Vista	715	49%	RR/AM	2042	3
009/2009	LT Chapadão - Jataí C1 e C2; LT Barra dos Coqueiros - Quirinópolis C1; LT Palmeiras - Edéia C1	708	49%	MS/GO/MT	2039	5
034/2001	LT Ibiúna - Batéias	664	100%	SP/PR	2031	-
022/2011	LT Luis Gonzaga - Garanhuns; LT Garanhuns II- Campina Grande III; LT Garanhuns - Pau Ferro; LT Garanhuns - Angelim I	633	49%	AL/PE/PB	2041	2
005/2004	LT Teresina II - Sobral - Fortaleza	546	49%	PI/CE	2034	-
022/2009	LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco - C2	488	100%	AC/RO	2039	3
002/2010	LT Rio Verde - Trindade; LT Trindade - Xavantes; LT Trindade - Carajás	479	49%	GO	2040	1
020/2012	LT Nova Santa Rita - Povo Novo; LT Povo Novo - Marmeleiro; LT Marmeleiro - Santa Vitória do Palmar	1928	100%	RS	2042	3
004/2004	LT Salto Santiago (PR) - Ivaiporã (PR) - Cascavel D'Oeste (PR)	372	100%	PR	2034	-
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau	2240	100%	SC	2035	1
012/2007	LT Paraíso - Açú II; LT Picos - Tauá II	316	100%	PI/CE/RN	2037	-
019/2010	LT C. Mirim II - João Câmara II; LT Extremoz II - C. Mirim; LT Açú III - Açú II; LT Mossoró II - Açú III - 230 kV, C2; LT Paraíso - Açú II	311	100%	RN	2040	2
004/2013	LT Marimbondo II - Assis	298	49%	SP/MG	2043	-
008/2011	LT Ceará-Mirim II- João Câmara II; LT Ceará-Mirim II - Campina Grande III; LT Ceará-Mirim II - Extremoz II; LT Campina Grande III - Campina Grande II	286	100%	RN/PB	2041	3
007/2014	LT Santo Ângelo-Maçambará; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C1; LT Pinhalzinho-Foz do Chapecó C2	273	100%	RS/SC	2044	1
008/2010	LT Mesquita - Viana 2; LT Viana 2 - Viana	270	49%	MG/ES	2040	1
003/2006	LT Simplício - Rocha Leão; LT Anta - Simplício	264	100%	-	2036	-
005/2006	LT Campos Novos (SC) - Nova Santa Rita (RS)	257	100%	RS/SC	2036	-
004/2008	LT Presidente Médici - Santa Cruz	237	100%	RS	2038	-
018/2012	LT Ceará-Mirim II - Touros II; LT Mossoró II - Mossoró IV; LT Russas II - Banabuiu	210	100%	RN	2042	2
007/2005	LT Milagres - Tauá	208	100%	CE	2035	1
028/2009	LT Serra da Mesa - Niquelândia - Barro Alto	187	100%	GO	2039	-
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	180	100%	MG	2039	-
014/2013	LT Brasília Leste - Luziânia - C1 e C2; LT Brasília Geral - Brasília Sul - C3; LT Brasília Sul - Samambaia - C3	163	39%	GO/DF	2043	1
014/2008	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2038	1
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II	145	100%	BA	2039	-
010/2000	LT Manso - Nobres; LT Manso - Nobres	136	100%	-	2035	-
019/2010	LT Paraíso - Açú II	123	100%	RN	2040	-
008/2005	LT Milagres - Coremas	120	100%	CE/PB	2035	-
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igarorã II	115	100%	BA	2040	2

Contrato	Transmissoras	Extensão (KM) <sup>1</sup>	Participação	Localização	Ano	SE <sup>2</sup>
005/2008	LT Nossa Senhora do Socorro - Penedo	110	100%	SE/AL	2038	-
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II; LT Pau Ferro - Santa Rita II	96	100%	PE/PB/AL/RN	2039	3
001/2008	SPE Madeira Energia S.A.	95	43%	RO	2038	1
001/2009	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	95	100%	MA/PI	2039	2
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares	95	100%	ES	2040	-
010/2007	LT Ibiçara - Brumado	95	100%	BA	2037	2
021/2010	LT Acaraú II-Sobral III	91	100%	CE	2040	1
006/2005	LT Campos - Macaé 3	90	100%	RJ	2035	-
002/2006	LT Batalha - Paracatu	85	100%	MG	2036	1
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	71	100%	SP	2036	1
003/2014	LT Barro Alto - Itapaci	69	50%	GO	2044	-
446/2012	SPE Brasil Ventos Energia S.A	69	100%	CE	2047	1
220/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	67	100%	BA	2049	1
129/2001	SPE Serra do Facão Energia S.A.	66	49%	GO	2036	1
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II	65	100%	RN/CE	2041	2
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê	64	100%	BA	2041	1
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III; LT Igaporã III - Pindaí II	60	100%	BA	2042	2
ECE 554/2010	LT Candiota/Melo; LT Presidente Médici	60	100%	RS	2040	-
014/2011	LT Xavantes - Pirineus C2	50	100%	GO	2041	-
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - Suape III; LT Suape III - Suape II	49	100%	PE	2039	2
017/2011	LT Teresina II - Teresina III	46	100%	PI	2041	1
007/2006	SPE Retiro Baixo Energética S.A.	45	49%	MG	2036	1
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro; LT Messias - Maceió II	41	100%	SE/AL/BA	2042	3
002/2014	SPE Empresa de Energia São Manoel	40	33%	PA	2049	1
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	37	100%	RS	2040	-
007/2008	LT São Luís 2 - São Luís 3	36	100%	MA	2038	2
004/2010	LT São Luiz II - São Luiz III	34	100%	MA/CE	2040	5
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3	30	100%	AM	2042	2
009/2010	LT Jorge Teixeira - Lechuga (ex-Cariri) - 230 kV	30	100%	AM	2040	2
CCT-1101130082	LT Cerro Chato - Livramento 2	25	100%	RS	2045	-
010/2009	LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	22	100%	RO	2039	2
130/2001	SPE Empresa de Energia São Manoel	20	40%	TO	2036	1
002/2011	SPE Teles Pires Participações S.A.	19	24%	MT/PA	2041	1
128/2001	SPE Teles Pires Participações S.A.	6	40%	SC/RS	2036	-
001/2006	LT Marabá - Itacaiunas; LT Itacaiunas - Colinas; LT Itacaiunas - Carajás	3	15%	MG	2036	-
003/2011	SPE Caldas Novas Transmissão S.A. <sup>3</sup>	-	50%	GO	2041	-
015/2009	SPE Interligação Elétrica do Madeira S.A. <sup>3</sup>	-	25%	RO/SP	2039	-
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV <sup>3</sup>	-	100%	BA	2040	1
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv <sup>3</sup>	-	100%	AL	2040	1
014/2010	SE Pólo 230/69 kV <sup>3</sup>	-	100%	BA	2040	1
017/2012	SE Mirueira II 230/69 kV; SE Jaboatão II 230/69 kV <sup>3</sup>	-	100%	PE	2042	2
150/2014	SE GPXPAN <sup>3</sup>	-	100%	BA	2049	1
002/2009	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA) <sup>3</sup>	-	100%	MA	2039	1
012/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW · Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW <sup>3</sup>	-	100%	RO, SP	2039	2

<sup>1</sup> Não examinado pelos auditores independentes;

<sup>2</sup> Refere-se à quantidade de subestações; e

<sup>3</sup> Referem-se às subestações em construção ou ampliação que não possuem linhas de transmissão vinculadas.

## NOTA 4 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 4.1 – Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais da controladora e as demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM, e as disposições contidas na legislação societária brasileira. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Eletrobras.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

### 4.2 – Base de preparação e mensuração

A preparação das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração, no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia, as quais são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão listadas na nota 5 e são detalhadas nas respectivas notas explicativas.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação.

### 4.3 - Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Eletrobras. As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 4.4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, com exceção da implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas a seguir.

#### 4.4.1 - Adoção de novas normas e interpretações

A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC:

Revisão de Pronunciamento Técnico	Normas revisadas	Aplicável a partir
19	CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 27/IAS 16 - Ativo Imobilizado, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.	01/01/2022
20	CPC 11/IFRS 4 - Contratos de seguro, CPC 21/IAS 34 - Demonstração Intermediária, CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 26 /IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o lucro, CPC 37/IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 40/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 49/IAS 26 - Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria.	01/01/2023
21	Estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	01/01/2023

#### 4.5 – Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações contábeis individuais, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

##### a) Controladas

O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Participação		Participação	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
<b>Controladas</b>				
CGT Eletrosul <sup>1</sup>	99,96%	-	99,89%	-
Chesf	99,58%	-	99,58%	-
Furnas	99,67%	-	99,56%	-
Eletronorte	99,69%	-	99,66%	-
Eletrópar	83,71%	-	83,71%	-
Eletronuclear <sup>2</sup>	-	-	99,95%	-
Brasil Ventos Energia S.A.	-	99,67%	-	99,56%
Livramento Holding S.A. <sup>3</sup>	-	78,00%	-	78,00%
Madeira Energia S.A. <sup>4</sup>	-	72,36%	-	43,05%
<b>Operações em conjunto (consórcios)</b>				
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	-	49,00%	-	49,00%
Consórcio UHE Baguari	-	15,00%	-	15,00%

<sup>1</sup> O aumento da participação sobre a CGT Eletrosul se deve à integralização de capital realizada pela Eletrobras em agosto de 2022.

<sup>2</sup> Perda do controle em decorrência da reestruturação societária ocorrida em junho de 2022.

<sup>3</sup> Empresa classificada como Passivo mantido para venda, vide nota 46.

<sup>4</sup> O aumento da participação sobre a Madeira Energia S.A. se deve à integralização de ações realizada por Furnas, vide nota 20.2.

A controlada Furnas possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 15% sobre o Consórcio UHE Baguari, iniciado em 2006. O consórcio é responsável pelo projeto e construção da Usina Hidrelétrica Baguari (UHE Baguari). Em dezembro de 2022, ocorreu a celebração entre a controlada Eletronorte e a Neoenergia S.A. do Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças. Após a conclusão do negócio, que está condicionada às anuências cabíveis, a Companhia passará a ter 66% do Consórcio UHE Baguari. Maiores informações, vide nota 46.

A controlada CGT Eletrosul possui uma operação em conjunto, decorrente de uma participação de 49% no Consórcio Cruzeiro do Sul, que opera a UHE Governador Jayme Canet Junior, em Telêmaco Borba/Ortigueira (PR), em operação comercial desde 2012, pelo prazo de 30 anos. A CGT Eletrosul (e a Eletrobras, nas suas demonstrações consolidadas) tem direito a uma participação proporcional nas receitas e assume uma parcela proporcional das despesas da operação em conjunto.

#### b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

#### c) Controladas em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

### 4.6 – Reclassificação das demonstrações contábeis

A Companhia reclassificou a demonstração do resultado e o fluxo de caixa referentes à operação da Eletronuclear e Itaipu, os quais foram divulgados como operações descontinuadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. Vide nota 46 e 47.

Os reflexos destas reclassificações estão apresentados a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado	Divulgado		Reclassificado
Receita operacional líquida	1.365.825	-	1.365.825	37.616.241	(2.989.407)	34.626.834
Custos operacionais	(1.273.156)	-	(1.273.156)	(11.961.049)	2.282.619	(9.678.430)
Resultado bruto	92.669	-	92.669	25.655.192	(706.788)	24.948.404
Despesas operacionais	(13.162.674)	-	(13.162.674)	(20.541.541)	517.680	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão	-	-	-	4.858.744	-	4.858.744
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(13.070.005)	-	(13.070.005)	9.972.395	(189.108)	9.783.287
Resultado financeiro	(1.135.348)	(84.897)	(1.220.245)	(2.056.339)	614.385	(1.441.954)
Resultado antes das participações societárias	(14.205.353)	(84.897)	(14.290.250)	7.916.056	425.277	8.341.333
Resultado das participações societárias	18.640.740	169.862	18.810.602	1.867.546	(360.128)	1.507.418
Outras receitas e despesas	1.210.754	-	1.210.754	1.210.754	-	1.210.754
Resultado operacional antes dos tributos	5.646.141	84.965	5.731.106	10.994.356	65.149	11.059.505
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	-	-	-	(5.280.723)	20.081	(5.260.642)
Lucro líquido das operações continuadas	5.646.141	84.965	5.731.106	5.713.633	85.230	5.798.863
Prejuízo líquido das operações descontinuadas	-	(84.965)	(84.965)	-	(85.230)	(85.230)
Lucro líquido do exercício	5.646.141	-	5.646.141	5.713.633	-	5.713.633

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado
<b>Atividades Operacionais</b>			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais das operações continuadas	8.230.605	596.358	8.826.963
Caixa líquido usado nas atividades operacionais das operações descontinuadas	-	(600.800)	(600.800)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	8.230.605	(4.442)	8.226.163
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas	(8.448.540)	282.108	(8.166.432)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento das operações descontinuadas	-	2.105.924	2.105.924
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(8.448.540)	2.388.032	(6.060.508)
<b>Atividades de Investimento</b>			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações continuadas	123.987	(879.930)	(755.943)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento das operações descontinuadas	-	(1.503.660)	(1.503.660)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	123.987	(2.383.590)	(2.259.603)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(93.948)	-	(93.948)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	CONSOLIDADO		
	31/12/2021	Ajuste	31/12/2021
	Divulgado		Reclassificado
<b>Atividades Operacionais</b>			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais das operações continuadas	8.230.605	596.358	8.826.963
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais das operações descontinuadas	-	(600.800)	(600.800)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	8.230.605	(4.442)	8.226.163
<b>Atividades de Financiamento</b>			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações continuadas	(8.448.540)	282.108	(8.166.432)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento das operações descontinuadas	-	2.105.924	2.105.924
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(8.448.540)	2.388.032	(6.060.508)
<b>Atividades de Investimento</b>			
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações continuadas	123.987	(879.930)	(755.943)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento das operações descontinuadas	-	(1.503.660)	(1.503.660)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	123.987	(2.383.590)	(2.259.603)
Acréscimo (Redução) no caixa e equivalentes de caixa	(93.948)	-	(93.948)

#### 4.7 – Demonstração do valor adicionado - DVA

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. O IFRS não exige a apresentação desta demonstração.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

#### NOTA 5 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração da Eletrobras utiliza de julgamentos e estimativas relacionados aos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos são inerentemente incertas, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em exercícios futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, listamos as estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Eletrobras e de suas controladas, estando o seu detalhamento dentro de cada nota explicativa:

Nº	Nota	Estimativas e julgamentos significativos
09/10	Clientes/Financiamentos e empréstimos a receber	Avaliação de perda esperada de créditos.
14.2	Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	Realização de créditos tributários com base nas estimativas de lucros tributáveis futuros.
16	Ativo contratual de transmissão	Taxa de remuneração dos contratos de concessões, alocação do preço às obrigações de performance e previsão dos fluxos caixas.
20.2	Combinação de negócios	Avaliação de controle e valor justo de ativos em combinação de negócios.
20.1/23/32	Perdas em investimentos, Valor recuperável dos ativos de longo prazo e Contratos Onerosos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros, considerando a taxa de desconto determinada pela Companhia.
33	Benefícios a empregados	Premissas atuariais dos planos de benefício pós-emprego.
34	Provisões para litígios e passivos contingentes	Estimativas de perdas em processos judiciais.

#### NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo do caixa e equivalentes de caixa inclui caixa em poder da Companhia. O saldo dessa rubrica em 31 de dezembro de 2022, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	3.814	6.035	59.439	85.608
Aplicações Financeiras	4.924.057	1.349	10.679.687	107.051
	4.927.871	7.384	10.739.126	192.659

As aplicações financeiras são compostas por títulos de Certificado Depósito Bancário (CDB) e fundos de renda fixa, substancialmente remuneradas pelo CDI, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e os recursos estão aplicados com liquidez diária.

## Prática contábil

O caixa compreende o numerário em espécie e os depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimentos ou outros propósitos.

Admite-se que uma aplicação financeira é de curto prazo quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data de aquisição.

Os saldos de depósitos bancários e de aplicações financeiras de curto prazo com restrições que impeçam o uso generalizado desses valores não são classificados na rubrica de Caixa e Equivalentes de Caixas.

## NOTA 7 – CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Comercialização - PROINFA	2.157.166	1.041.481	2.157.166	1.041.481
PROCEL	726.107	433.268	726.107	433.268
Convênio Itaipu	-	-	180.552	165.571
Recursos da RGR	34.576	31.575	34.576	31.575
Comercialização - Itaipu	-	1.038.270	-	1.038.270
	<u>2.917.849</u>	<u>2.544.594</u>	<u>3.098.401</u>	<u>2.710.165</u>
<b>Não Circulante</b>				
Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste (a)	-	-	897.225	554.123
Fundo de Energia do Nordeste (b)	-	-	403.358	140.705
	-	-	<u>1.300.583</u>	<u>694.828</u>
	<u>2.917.849</u>	<u>2.544.594</u>	<u>4.398.984</u>	<u>3.404.993</u>

Com a conclusão do processo de capitalização da Companhia, a responsabilidade pela comercialização da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu foi transferida para a ENBpar.

A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados a partir de junho de 2022, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito do PROINFA, RGR e da administração da conta PROCEL, que posteriormente serão transferidos à ENBpar. Maiores detalhes, vide nota 1.2.3.

### (a) Fundo de Energia do Sudeste e Centro-Oeste – FESC

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015, com o objetivo de prover recursos para suprir as empresas eletrointensivas do Centro-Oeste e do Sudeste, o FESC permite que Furnas negocie energia elétrica a preços competitivos com as indústrias de ferroliga, de silício metálico, ou de magnésio, com ampliação dos investimentos em energia elétrica, especialmente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste. Furnas usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

### (b) Fundo de Energia do Nordeste – FEN

Fundo setorial, criado pela MP nº 677/2015, convertida em Lei nº 13.182/2015, de 03 de novembro de 2015. Os recursos revertidos para o fundo são calculados pela diferença entre o preço pago pelos grandes consumidores à Chesf e o custo de geração da energia, nos termos da legislação, com o objetivo de prover recursos para a implantação de empreendimentos de energia elétrica na Região Nordeste do Brasil, por meio de SPEs. A Chesf usará os recursos deste fundo para a aquisição/formação destas SPEs podendo sua participação acionária ser de até 49% do capital próprio dessas sociedades.

## Prática contábil

O caixa restrito é composto por recursos que podem ser utilizados exclusivamente para os fins que foram arrecadados, sem que a Companhia possa movimentá-los livremente.

## NOTA 8 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários, nos fundos nos quais a Companhia aplica seus recursos, se dá como se segue:

Títulos	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Letra do Tesouro Nacional	221.763	5.407.449	468.267	9.823.486
Nota do Tesouro Nacional - série F	4.245	49.842	15.986	143.768
Letra Financeira do Tesouro Nacional	2.072.392	-	2.216.621	690.470
Títulos de Renda Fixa	-	-	7.928.308	3.182.447
Aplicações em Cotas de Fundos	-	-	210.950	-
Operações Compromissadas	1.257.849	569.074	1.272.316	1.489.807
Outros	55.655	-	81.206	145.227
	<b>3.611.904</b>	<b>6.026.365</b>	<b>12.193.654</b>	<b>15.475.205</b>
<b>Não Circulante</b>				
Partes Beneficiárias (a)	407.556	393.747	407.556	393.747
Outros	4.149	4.533	10.092	4.901
	<b>411.705</b>	<b>398.280</b>	<b>417.648</b>	<b>398.648</b>
	<b>4.023.609</b>	<b>6.424.645</b>	<b>12.611.302</b>	<b>15.873.853</b>

### (a) Partes Beneficiárias

Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas Lajeado Energia S.A., Paulista Lajeado Energia S.A. e CEB Lajeado Energia S.A., pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas. Esses títulos são ajustados a valor presente.

## Prática contábil

Referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa, vide nota 6. A Companhia, historicamente, recupera seus investimentos em aplicações financeiras pelo recebimento de juros e principal, por isso são registrados inicialmente pelos valores de transação e, posteriormente, atualizados pelos juros transcorridos, com base na taxa de juros efetiva. As atualizações das aplicações financeiras são receitas da Companhia apresentadas no grupo do Resultado Financeiro, na demonstração de resultados.

**NOTA 9 – CLIENTES**

	CONSOLIDADO					31/12/2021
	31/12/2022					
	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
<b>Circulante</b>						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	2.549.255	233.871	745.377	39.600	3.568.103	2.793.981
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	103.787	140.207	92.620	-	336.614	299.162
Uso da Rede Elétrica (c)	951.285	11.020	62.095	-	1.024.400	860.986
Conexão/Disponibilização ao Sistema de Transmissão	399.572	12.637	145.147	-	557.356	511.372
PROINFA (d)	462.608	-	-	-	462.608	524.939
Parcelamento	686.410	217.724	83.783	-	987.917	633.751
(-) PECLD (e)	(1.103.360)	(344.650)	(669.027)	(25.037)	(2.142.074)	(529.215)
	4.049.557	270.809	459.995	14.563	4.794.924	5.094.976
<b>Não Circulante</b>						
Suprimento/Fornecimento de Energia (a)	-	-	9.548	1.563.810	1.573.358	1.834.667
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE (b)	-	-	280.138	-	280.138	293.560
Uso da Rede Elétrica (c)	-	-	4.348	-	4.348	4.348
(-) PECLD (e)	-	-	(294.034)	(860.755)	(1.154.789)	(1.139.495)
	-	-	-	703.055	703.055	993.080
	4.049.557	270.809	459.995	717.618	5.497.979	6.088.056

**(a) Suprimento/Fornecimento de Energia**

Créditos a receber decorrentes da venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

O aumento do saldo de Suprimentos decorreu principalmente devido à obtenção de controle da Madeira Energia S.A. por Furnas em julho de 2022, que acrescentou um montante de R\$ 474.234 ao Consolidado.

**(b) Energia Elétrica de Curto prazo – CCEE**

Créditos a receber decorrentes da liquidação das diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos agentes da CCEE.

**(c) Uso de Rede Elétrica**

Créditos a receber decorrentes do uso da rede de transmissão pelos usuários conectados à rede.

**(d) PROINFA**

A fim de assegurar a continuidade operacional, comercial, financeira, regulatória e administrativa, bem como permitir a transferência das competências da Eletrobras para a ENBpar, as partes celebraram um contrato de transição e transferência da gestão dos programas setoriais, que determinou os termos e as condições que serão aplicáveis durante a transição, em atendimento às disposições da Lei nº 14.182/2021 e do Decreto nº 10.791/2021.

**(e) Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD**

As movimentações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.668.710	2.635.209
(+) Constituição	1.891.966	619.232
(-) Reversão	(217.633)	(738.732)
(-) Baixa	(46.180)	(855.403)
Transferências	-	8.404
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	3.296.863	1.668.710

Ao longo do exercício de 2022, foi constituído o montante de provisão R\$ 1.891.966, deste total, R\$ 1.357.111 corresponde à recebíveis da Amazonas Energia. A constituição visa refletir o risco observado em função da manutenção da inadimplência dos instrumentos de confissão de dívidas (ICD). A Eletronorte possui 4 ICDs, os quais estão 100% provisionados.

A constituição e a reversão da PECLD foram registradas e apresentadas no resultado do exercício como despesas operacionais de forma líquida, vide nota 40.1.

### Prática contábil

As contas a receber de clientes são contabilizados inicialmente pelo preço da transação e subsequentemente pelos juros e correção monetária contratuais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

A Companhia adota a abordagem simplificada para reconhecimento de perdas esperadas de créditos, utilizando-se de matriz de cálculo com base no relacionamento histórico das contrapartes com a Companhia e nas garantias. Em síntese, nos contratos que não têm garantias, é verificado, no cenário máximo de dois anos, a relação percentual, por cliente, entre o faturamento e o histórico de recebimentos, sendo o percentual apurado aplicado no saldo em aberto de contas a receber do cliente e registrado como perda esperada.

Adicionalmente, para os clientes com saldos renegociados, a Companhia, com base em análise individual do cliente, avalia o risco de inadimplência desses créditos, podendo a chegar ao registro em perdas esperadas de 100% do saldo em aberto, caso o risco de inadimplência seja considerado alto. A análise de crédito individual de cliente, para esses casos, leva em consideração, principalmente, o histórico da cliente, o montante envolvido, as pesquisas em entidades de proteção de créditos e a situação patrimonial do cliente.

## NOTA 10 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	Taxa Média		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Eletronorte	13,30	6,73	2.140.388	2.072.281	-	-
CGT Eletrosul	7,83	5,76	1.273.880	1.277.658	-	-
Furnas	7,27	5,83	454.635	611.165	-	-
Amazonas Energia S.A.	14,81	7,59	4.596.971	4.009.587	4.596.971	4.009.587
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	15,65	5,69	389.979	1.135.749	389.979	1.135.749
Itaipu Binacional	5,23	5,43	84.133	688.884	84.133	688.884
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo	12,74	5,34	354.779	687.679	354.779	687.679
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	15,15	6,29	1.229	411.595	1.229	411.595
Boa Vista S.A.	13,49	7,02	148.219	143.896	148.219	143.896
Eletronuclear	5,00	5,00	8.168	651.276	8.168	-
Outras	-	-	174.256	154.476	174.256	154.477
(-) PECLD	-	-	(4.736.089)	(1.388.340)	(4.736.089)	(1.388.340)
<b>Total</b>			<b>4.890.548</b>	<b>10.455.906</b>	<b>1.021.645</b>	<b>5.843.527</b>
Principal			1.456.681	2.234.352	671.236	1.232.745
Encargos			67.407	40.949	21.603	19.021
Circulante			1.524.088	2.275.301	692.839	1.251.766
Não Circulante			3.366.460	8.180.605	328.806	4.591.761
			<b>4.890.548</b>	<b>10.455.906</b>	<b>1.021.645</b>	<b>5.843.527</b>

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e preveem, substancialmente, atualização com base em índices de IGP-M e IPCA.

Em fevereiro de 2023, a Companhia recebeu a totalidade dos recursos devidos pela Itaipu Binacional, conforme previsto no Anexo C do Tratado de Itaipu.

## 10.1 – Movimentação de empréstimos a receber

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	10.455.906	17.134.396	5.843.527	10.924.899
Amortização principal	(3.139.819)	(6.547.954)	(2.100.842)	(4.800.916)
Juros, encargos, variações monetária e cambial incorridos	1.182.104	1.258.534	753.367	815.326
Juros recebidos	(455.463)	(851.657)	(93.965)	(558.369)
PECLD	(3.347.749)	(633.338)	(3.347.749)	(633.338)
Desreconhecimento do passivo com a RGR	(573.008)	24.119	(573.008)	24.119
Perda com baixa de recebíveis Itaipu	(46.751)	-	(46.751)	-
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	587.067	-
Liberação	815.328	71.806	-	71.806
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.890.548	10.455.906	1.021.645	5.843.527

## 10.2 – Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de empréstimos a receber

As movimentações das estimativas de perda dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são as seguintes:

CONTROLADORA / CONSOLIDADO		
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	1.388.340	755.002
(+) Complemento	3.347.749	633.338
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	4.736.089	1.388.340

Em 31 de dezembro de 2022 a estimativa de perda esperada registrada foi no valor total de R\$ 4.736.089. Deste montante, R\$ 4.596.971 refere-se à Amazonas Energia, que teve provisionamento integral de seus créditos.

A Eletrobras vem acompanhando a situação econômica, financeira e operacional da distribuidora Amazonas Energia levando em consideração as informações relatadas pela distribuidora no plano de resultados ao órgão regulador no qual inicialmente foi demonstrado equilíbrio operacional somente a partir do ano de 2025. No exercício de 2022 os créditos da Amazonas Energia tiveram seu risco agravado por questionamentos jurídicos impetrados pelo devedor e da piora da situação financeira e operacional.

Apesar das constantes interações entre as duas empresas no sentido de equalizar a dívida da distribuidora não houve acordo entre as partes.

A análise desses fatos, em conjunto com a inadimplência histórica do devedor levaram a uma análise de provisão sendo feito o complemento de perda esperada para a totalidade do valor a receber.

### Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os financiamentos e empréstimos a receber pelo valor da transação e subsequentemente pelos juros, correção monetária e variações cambiais menos os valores recebidos e as perdas esperadas - PECLD.

Para o registro das perdas esperadas - PECLD, a Companhia avalia individualmente os devedores em relação ao risco de inadimplemento, levando em consideração a situação patrimonial da empresa devedora e o histórico de inadimplência.

## NOTA 11 – VALORES A RECEBER – ENBpar

Nos termos da reestruturação societária estabelecida pela Lei nº 14.182/2021, a Companhia, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade da participação societária sobre Itaipu à ENBpar. A movimentação apresentada compreende o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021	-
Adições	1.283.731
Atualizações	29.734
Recebimentos	(51.096)
Variação cambial	1.690
Saldo final em 31 de dezembro 2022	1.264.059
	<u>31/12/2022</u>
Circulante	40.743
Não circulante	1.223.316

As adições no montante de R\$ 1.283.731 representam a contraprestação atualizada de R\$ 1.082.275 (Vide nota 1.1) a ser paga pela ENBpar à Eletrobras, conforme resolução MME nº 221/2021. Esta operação gerou um resultado positivo para a Companhia no montante de R\$ 896.658, uma vez que o valor justo superou o valor contabilizado como investimento mensurado pela equivalência patrimonial na data da transferência das ações. Vide nota 47.

As parcelas dos recebíveis da ENBpar têm seu fluxo de recebimento a valor presente de acordo com os vencimentos assim programados:

	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO
	<u>31/12/2022</u>
2023	40.743
2024	42.684
2025	44.717
2026	46.847
2027	49.078
2028 a 2042	1.039.990
	<u>1.264.059</u>

## NOTA 12 – REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando aplicável, decorrente de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
<b>Controladas</b>				
Eletronorte	867.031	2.471.778	-	-
Chesf	692.887	1.293.289	-	-
Furnas	870.995	984.621	-	-
CGT Eletrosul	96.638	69.143	-	-
<b>Coligadas</b>				
Itaipu Binacional	-	1.949	-	-
Lajeado Energia S.A.	22.000	101.318	22.000	101.318
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	-	-	50.116	60.238
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	245.211	40.431	250.310	40.431
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	-	-	41.898	37.964
Manaus Construtora LTDA	-	-	-	23.298
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	-	-	7.354	21.854
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica - CEEE-G	-	18.522	-	18.522
CEB Lajeado S.A.	28.163	17.267	28.163	17.267
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	-	-	21.867	14.453
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	-	-	13.280	13.560
Goiás Transmissão S.A.	-	-	19.783	10.594
MGE Transmissão S.A.	-	-	9.631	10.498
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	-	-	-	9.428
Retiro Baixo Energética S.A.	-	-	5.761	7.072
Paulista Lajeado Energia S.A.	11.786	5.371	11.786	5.371
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	-	-	9.668	4.997
Transenergia São Paulo S.A.	-	-	8.275	2.691
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	4.064	-	4.064
Baguari Energia S.A.	-	-	2	6.511
Outros	193.374	20.978	207.981	33.011
	<u>3.028.085</u>	<u>5.028.731</u>	<u>707.875</u>	<u>443.142</u>

## Prática contábil

As remunerações de participações societárias a receber, provenientes dos investimentos da Companhia no capital social de suas controladas e coligadas, vide a nota 20, são reconhecidas no ativo quando essas investidas destinam dividendos e juros de capital próprio aos seus acionistas.

## NOTA 13 – TRIBUTOS A RECUPERAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>				
IRRF	856.483	453.927	989.112	518.797
PIS/COFINS a recuperar	983	2.798	101.677	191.934
ICMS a recuperar	-	-	18.420	30.290
Outros	-	-	26.704	14.885
	<u>857.466</u>	<u>456.725</u>	<u>1.135.913</u>	<u>755.906</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
IR/CS	3.705	3.365	152.427	180.193
PIS/COFINS a recuperar	-	-	192.505	183.772
ICMS a recuperar	-	-	72.621	64.706
Outros	-	-	21.643	20.587
	<u>3.705</u>	<u>3.365</u>	<u>439.196</u>	<u>449.258</u>
	<u>861.171</u>	<u>460.090</u>	<u>1.575.109</u>	<u>1.205.164</u>

## NOTA 14 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### 14.1 - Imposto de renda e contribuição social corrente

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo circulante</b>				
Imposto de Renda corrente	-	-	1.096.658	517.931
Contribuição Social corrente	-	-	391.246	329.655
Saldo negativo IRPJ	192.149	538.490	192.149	538.490
Saldo negativo CSLL	69.172	101.701	69.172	101.701
	<u>261.321</u>	<u>640.191</u>	<u>1.749.225</u>	<u>1.487.777</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Imposto de Renda corrente	-	-	-	35
Contribuição Social corrente	-	-	-	19.589
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.624</u>

### 14.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo não circulante</b>				
Imposto de Renda	-	-	2.605.645	1.105.148
Contribuição Social	-	-	935.517	395.839
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.541.162</u>	<u>1.500.987</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
Imposto de Renda	314.257	418.982	4.282.233	5.602.584
Contribuição Social	113.133	150.834	2.012.114	1.642.153
	<u>427.390</u>	<u>569.816</u>	<u>6.294.347</u>	<u>7.244.737</u>

Em decorrência da aquisição de controle da MESA houve um acréscimo na rubrica de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2022, a MESA possui o montante de R\$ 2.077.784 referente ao saldo do ativo fiscal diferido.

A Eletrobras está iniciando, junto aos bancos credores, a renegociação de parte relevante da dívida detida por SAESA. Atualmente a subsidiária possui indicadores financeiros não compatíveis com as orientações estratégicas da Companhia e, portanto, tal reestruturação visa adequar sua estrutura de dívida e sua performance de resultados.

### 14.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2022			31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
<b>Ativo diferido</b>						
CGT Eletrosul	2.995.804	(1.532.426)	1.463.378	2.946.137	(1.445.150)	1.500.987
Furnas <sup>1</sup>	2.077.784	-	2.077.784	-	-	-
	<u>5.073.588</u>	<u>(1.532.426)</u>	<u>3.541.162</u>	<u>2.946.137</u>	<u>(1.445.150)</u>	<u>1.500.987</u>
<b>Passivo diferido</b>						
Eletrobras	-	(427.390)	(427.390)	-	(569.816)	(569.816)
Chesf	2.158.774	(2.747.003)	(588.229)	1.754.433	(2.424.625)	(670.192)
Furnas	2.666.371	(6.909.249)	(4.242.878)	2.324.090	(6.459.602)	(4.135.512)
Eletropar	-	(9.327)	(9.327)	-	(9.805)	(9.805)
Eletronorte	1.117.175	(2.143.698)	(1.026.523)	1.374.181	(3.233.593)	(1.859.412)
Eletronuclear	-	-	-	549.705	(549.705)	-
	<u>5.942.320</u>	<u>(12.236.667)</u>	<u>(6.294.347)</u>	<u>6.002.409</u>	<u>(13.247.146)</u>	<u>(7.244.737)</u>
	<u>11.015.908</u>	<u>(13.769.093)</u>	<u>(2.753.185)</u>	<u>8.948.546</u>	<u>(14.692.296)</u>	<u>(5.743.750)</u>

<sup>1</sup> Ativo fiscal diferido consolidado de Furnas composto substancialmente pelo saldo de MESA.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Tributos diferidos ativos				
Provisões Operacionais	-	-	1.812.089	1.015.144
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa (a)	-	-	3.646.840	2.052.298
Créditos Tributários s/Perdas Atuariais	-	-	840.125	126.277
Provisão para Litígios	-	-	2.032.381	1.850.554
Perda Estimada em Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	625.897	1.075.818
Provisões para perdas não operacionais	-	-	474.198	380.619
Perdas estimadas em investimentos	-	-	166.027	234.400
Ajustes CPC 47	-	-	770.561	348.481
Impairment <sup>1</sup>	-	-	226.138	1.535.144
Outros	-	-	421.652	329.811
<b>Total Ativo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.015.908</b>	<b>8.948.546</b>
Tributos diferidos passivos				
Ativo contratual	-	-	9.770.896	10.104.705
Ajustes CPC 47	-	-	1.640.037	1.141.187
Repactuação do Risco Hidrológico	-	-	873.629	1.344.845
Encargos de Dívidas	-	-	-	558.457
Instrumentos Financeiros VJORA	427.390	569.816	427.390	569.816
Depreciação acelerada	-	-	293.257	273.826
Outros	-	-	763.884	699.460
<b>Total Passivo</b>	<b>427.390</b>	<b>569.816</b>	<b>13.769.093</b>	<b>14.692.296</b>
Tributos diferidos passivos, líquidos	<b>427.390</b>	<b>569.816</b>	<b>2.753.185</b>	<b>5.743.750</b>

<sup>1</sup> Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

(a) Em decorrência da aquisição de controle da MESA houve um acréscimo na rubrica de créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa. Em 31 de dezembro de 2022, a MESA possui o montante de R\$ 2.077.784 referente ao saldo do ativo fiscal diferido. A Companhia está desenvolvendo um plano de reestruturação que tem como objetivo a aceleração do uso desse crédito tributário. O plano contempla estratégias e iniciativas de cunho societário, tributário e financeiro, juntamente com sinergias operacionais intercompany que possibilitarão a reestruturação da Controlada e, por conseguinte, a aceleração da realização dos tributos diferidos constituídos sobre os prejuízos fiscais.

Os montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis são resultantes de nossa melhor estimativa dos lucros tributáveis futuros, sendo a base do valor registrado formada pelas diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de cada entidade, cuja realização esperada por exercício futuro é como segue:

	Eletrobras	CGT Eletrosul	Fumas	Chesf	Eletropar	Eletronorte	Total
2023	-	192.589	(842.101)	36.902	(3.109)	(8.034)	(623.753)
2024	-	180.538	(898.755)	36.902	(3.109)	(8.033)	(692.457)
2025	-	109.743	(919.144)	8.037	(3.109)	(45.342)	(849.815)
2026	-	(27.666)	(919.144)	7.470	-	(57.735)	(997.075)
Após 2027	(427.390)	1.008.174	1.414.050	(677.540)	-	(907.379)	409.915
	<b>(427.390)</b>	<b>1.463.378</b>	<b>(2.165.094)</b>	<b>(588.229)</b>	<b>(9.327)</b>	<b>(1.026.523)</b>	<b>(2.753.185)</b>

Adicionalmente, a Eletrobras não apresentou perspectiva de lucro tributável futuro e, desta forma, os créditos tributários diferidos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não registrados nas demonstrações contábeis somam o valor de R\$ 2.714.529 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.205.205 em 31 de dezembro de 2021).

A Companhia também possui em seus livros fiscais diferenças temporárias ativas, que caso existissem os pressupostos para reconhecimento contábil, gerariam ativo fiscal diferido no montante de R\$ 12.050.743, em 31 de dezembro de 2022, cuja composição é apresentada a seguir:

Ativo Fiscal Diferido sobre diferenças temporárias não reconhecido	31/12/2022
Provisão para Litígios	9.588.690
Provisão atuarial	244.336
PECLD	1.605.189
Variação cambial passiva	176.078
Outros	436.450
	12.050.743

#### 14.4 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
Resultado operacional antes dos tributos	3.212.011	5.731.106	3.347.210	11.059.505
IRPJ e CSLL calculado às alíquotas nominais	(1.092.084)	(1.948.576)	(1.138.051)	(3.760.232)
Efeitos de adições e exclusões:				
Tributos diferidos não reconhecidos/baixados	(3.273.609)	(8.333.715)	(2.885.746)	(9.336.783)
Variação Cambial	40.131	(136.397)	40.131	(136.397)
Equivalência patrimonial	2.572.681	6.337.852	805.724	722.018
Provisões	1.190.378	4.166.364	1.727.714	5.721.293
Receita financeira - Ativo de Contrato	-	-	272.872	689.880
Atualização Monetária	(314.694)	48.435	(314.694)	48.435
Constituição de tributo diferido sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	-	-	13.525
Constituição/Reversão de Créditos Tributários	-	-	(376.652)	(887.365)
Incentivos Fiscais (a)	173	-	152.059	732.541
Doações	(20.617)	(4.377)	(20.617)	(17.830)
Repactuação Risco Hidrológico	-	-	395.666	1.317.411
Demais adições e exclusões permanentes	334.222	(129.586)	645.981	(367.138)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(563.419)	-	(695.613)	(5.260.642)
Alíquota efetiva	17,54%	0,00%	20,78%	48,03%

##### (a) Incentivos Fiscais

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito à redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica, cujo montante de benefício apurado até 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 116.797 (R\$ 678.853 em 31 de dezembro de 2021). As controladas Chesf (SUDENE) e Eletronorte (SUDAM) usufruem destes benefícios fiscais.

#### 14.5 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ganhos e perdas atuariais	-	-	(15.068)	(359.964)
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros por meio de ORA	142.426	80.706	142.426	79.621
Imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	142.426	80.706	127.358	(280.343)

## Prática contábil

O resultado de Imposto de Renda e a Contribuição Social é reconhecido na demonstração do resultado, dividido em corrente e diferido, no período da ocorrência do resultado (lucro ou prejuízo) a que se referem. O Imposto de Renda e a Contribuição Social, relacionados com os outros resultados abrangentes, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem transitar pelo resultado do exercício, e apresentados na Demonstração de Resultado Abrangente.

O imposto de renda - IRPJ, corrente e diferido, é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente é calculada com base nos resultados que podem ser admitidos na apuração de pagamento de imposto de renda e contribuição social do exercício.

O resultado com Imposto de Renda e a Contribuição Social diferido representa, basicamente, o resultado tributário originado (i) das receitas e despesas que não podem (diferenças temporárias), em razão das regras tributárias, ser consideradas na base cálculo de pagamento de Imposto de Renda e a Contribuição Social na apuração do exercício, mas que poderão ser utilizadas em exercícios seguintes, e (ii) de eventual prejuízo do exercício.

Os créditos de Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos (ativo), originados por diferenças temporárias ou por eventuais prejuízos, são reconhecidos na proporção da probabilidade de lucro tributável futuro e na possibilidade de utilização das diferenças temporárias.

Quando há o direito legal e a intenção de compensá-los, na apuração dos tributos correntes, os tributos diferidos ativos e passivos, relacionados com a mesma entidade legal, são apresentados pelo líquido no balanço patrimonial.

## NOTA 15 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>				
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	584.826	556.270	615.540	583.863
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (b)	211.950	184.985	211.950	184.985
	796.776	741.255	827.490	768.848
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Conta de consumo de combustíveis - CCC (a)	2.094.538	5.471.642	2.170.928	5.569.712
Perdas estimadas CCC - PECLD	(340.063)	(340.063)	(340.063)	(340.063)
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (b)	294.042	397.737	294.042	397.737
	2.048.517	5.529.316	2.124.907	5.627.386
<b>Total de direito de ressarcimento</b>	<b>2.845.293</b>	<b>6.270.571</b>	<b>2.952.397</b>	<b>6.396.234</b>
<b>Passivo Circulante</b>				
Desvio negativo – Angra 2	-	-	-	22.259
PROINFA (c)	1.912.423	836.744	1.912.423	836.744
	1.912.423	836.744	1.912.423	859.003
<b>Total de obrigação de ressarcimento</b>	<b>1.912.423</b>	<b>836.744</b>	<b>1.912.423</b>	<b>859.003</b>

(a) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Créditos que representam o direito de reembolso da Conta de Consumo de Combustível, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de energia elétrica, aos encargos e impostos do setor elétrico e, ainda, aos investimentos realizados. A Companhia registra provisões com base na expectativa de recebimento, considerando os critérios de avaliação das fiscalizações de asseguarção realizadas pela ANEEL.

A Eletrobras e a Eletronorte receberão os valores em 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA, sendo iniciado os pagamentos a partir de janeiro de 2022. A variação no ano deve-se a utilização de parte dos créditos para pagamento das obrigações relacionadas aos novos contratos de concessão.

(b) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Referem-se a valores a receber de ativo imobilizado das distribuidoras que eram controladas pela Eletrobras. Os valores serão recebidos em até 48 meses e são atualizados pela taxa SELIC ou IPCA.

(c) PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R\$ 1.075.679 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 536.912 negativo no exercício findo em 31 de dezembro de 2021), não produzindo efeito no lucro líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento.

**15.1 – Movimentação do direito de ressarcimento**

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	6.270.571	5.583.447	6.396.234	5.588.131
Adições	130.546	610.098	200.139	701.264
Amortizações <sup>1</sup>	(3.772.887)	(42.492)	(3.791.877)	(42.492)
Ressarcimento CDE	-	-	(67.584)	(40.061)
Atualizações	217.063	757.471	215.485	827.345
PECLD	-	(637.953)	-	(637.953)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	2.845.293	6.270.571	2.952.397	6.396.234

<sup>1</sup> Do total das amortizações, o valor de R\$ 2.906.499 se refere a utilização dos créditos de ineficiência para a aquisição dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, conforme a lei nº 14.182/2021. Esta transação não impactou o caixa da Companhia.

**15.2 – Fluxo de recebimento do direito de ressarcimento a valor presente**

	CONSOLIDADO
	31/12/2022
2023	822.277
2024	801.806
2025	667.946
2026	658.191
2027	2.177
	2.952.397

**NOTA 16 – ATIVO CONTRATUAL DE TRANSMISSÃO**

A Companhia registra o direito às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão, no âmbito dos contratos de concessões, na rubrica Ativo Contratual de Transmissão. A movimentação desses ativos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	22.044.369	14.477.124	10.092.792	4.774.239	51.388.524
Aquisição do controle de investida <sup>1</sup>	-	-	-	1.022.102	1.022.102
Receita de construção	764.804	519.125	116.786	135.125	1.535.840
Receita financeira	4.238.573	2.922.291	1.836.475	949.287	9.946.626
Remensurações regulatórias - Transmissão	1.364.564	2.942.521	312.819	238.840	4.858.744
Baixa <sup>2</sup>	-	-	(241.241)	(53.240)	(294.481)
Amortização	(3.917.892)	(2.732.905)	(1.510.376)	(781.214)	(8.942.387)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
	Furnas	Chesf	Eletronorte	CGT Eletrosul	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	24.494.418	18.128.156	10.607.255	6.285.139	59.514.968
Receita de construção	480.112	605.344	143.735	265.116	1.494.307
Receita financeira	3.252.503	2.403.532	1.399.382	845.839	7.901.256
Remensurações regulatórias - Transmissão	19.874	228.155	21.890	95.259	365.178
Transferências	-	-	-	20.762	20.762
Amortização	(3.483.290)	(2.504.388)	(1.399.078)	(857.505)	(8.244.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	24.763.617	18.860.799	10.773.184	6.654.610	61.052.210

<sup>1</sup> A incorporação refere-se à aquisição de controle da investida Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A. pela CGT Eletrosul, ocorrida em maio de 2021; e

<sup>2</sup> Foi encerrado o contrato de concessão de transmissão da incorporada Amazonas GT, a qual foi indenizada no valor de R\$ 239.300.

A Companhia utiliza como margem de construção dos contratos de concessão, que acrescida ao custo de construção, forma a receita de construção, o custo médio ponderado de capital – WACC da Eletrobras, do ano de início de cada contrato. Anualmente, a Companhia compara o saldo do ativo de cada contrato com o fluxo previsto de RAPs futuras, considerando a taxa de desconto de cada contrato. Tanto os impactos positivos quanto os negativos são registrados na receita de construção.

As taxas de remuneração utilizadas (Receita financeira), estabelecidas no início de cada projeto, são de aproximadamente, em média, 8,08% ao ano, para os contratos renovados, e 7,51% para os licitados.

Os saldos dos contratos são atualizados (Atualização monetária) substancialmente pelo IPCA, exceto para os contratos 004/2004, 010/2005, 005/2005, 006/2005 e 034/2001, que são atualizados pelo IGPM.

Em 2022, as RAPs de 17 concessões da Eletrobras foram reajustadas em razão de Revisão Tarifária Periódica – RTP, impactando o ativo contratual da transmissão e o resultado da Companhia em R\$ 365.178, na rubrica Remensurações regulatórias - Contratos de transmissão.

Em julho de 2022, a ANEEL, por meio da Resolução nº 3.067/2022, homologou os valores das RAPs para o ciclo 2022/2023:

Empresas Eletrobras	RAP homologada
Furnas	5.439.877
Chesf	4.230.451
Eletronorte	2.580.273
CGT Eletrosul	1.634.642
	13.885.243

Em junho de 2022, a SGT/ANEEL publicou a Nota Técnica nº 085/2022, que revisitou os pedidos de reconsideração interpostos no âmbito do pagamento do componente financeiro e reperfilamento da RBSE. A produção de efeitos dessa Nota Técnica depende de adequada instrução processual para que o mérito seja analisado pela diretoria colegiada da ANEEL. A Companhia continua acompanhando e atuando em relação à questão para que as premissas, metodologias e cálculos considerados até o momento continuem vigentes.

Do saldo atual do ativo contratual da transmissão, R\$ 36.041.147 correspondem ao direito às contraprestações originadas pela infraestrutura não depreciada da RBSE – Rede Básica do Sistema Existente, quando das renovações das concessões em 2012, nos termos da Lei nº 12.783/2013. O fluxo estimado pela Companhia para o recebimento das RAPs relativas à RBSE está demonstrado, por ciclo, no quadro a seguir:

Ciclos	CGT Eletrosul	Chesf	Eletronorte	Fumas	Total
23-24	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
24-25	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
25-26	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
26-27	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
27-28	479.922	2.571.964	1.129.435	4.213.298	8.394.619
Total	2.399.610	12.859.820	5.647.175	21.066.490	41.973.095

## Prática contábil

Os ativos de transmissão da Companhia são tratados no escopo do CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente. Seguindo o CPC 47/IFRS 15, os direitos da entidade às contraprestações originadas de obrigações de desempenho concluídas, cujo direito efetivo do recebimento está condicionado ao cumprimento de outras obrigações contratuais, devem ser classificados como ativos de contrato, que a Companhia identifica como Ativo Contratual, no balanço patrimonial.

Para desenvolver as atividades de construção da infraestrutura de transmissão e operá-la e mantê-la – O&M, no âmbito dos contratos de concessões de transmissão de energia de energia elétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual Permitida – RAP e pelos valores residuais correspondentes ao saldo não depreciado dos empreendimentos de transmissão ao final da concessão, calculado pela ANEEL, quando previstos contratualmente.

Para fins de registros contábeis, a Companhia, com base nos custos projetados de construção e de operação e manutenção, acrescidas das margens de lucros desejadas para essas atividades, separa a RAP, estipulada no contrato de concessão (Leilão de transmissão), em duas partes: (i) parcela da RAP destinada à remuneração da atividade de Construção e a parcela da RAP destinada à remuneração da atividade Operação e Manutenção – O&M.

As margens de lucratividade desejadas são formadas com base no custo médio ponderado de capital - WACC da Eletrobras, nos riscos de atrasos nas obras e nas penalidades regulatórias originadas pelas indisponibilidades das linhas de transmissão de energia elétrica.

À medida que a construção do empreendimento de transmissão evolui, a Companhia reconhece, na rubrica de ativo o contratual, em contrapartida a receita de construção, os valores das RAPs relativas à construção do empreendimento de transmissão e o saldo residual, quando previsto contratualmente, na proporção da execução do projeto. O ativo contratual da transmissão corresponde, portanto, aos valores das RAPs, relativas à construção, e o saldo residual, quando previsto contratualmente, que serão recebidos futuramente, trazidos a valor presente, na proporção da execução do projeto.

A taxa de desconto (implícita) de cada contrato de concessão representa o índice que equilibra o fluxo financeiro projetado, formado pelos custos projetados de construção e operação e manutenção, pelas margens de construção e operação e manutenção, pelos fluxos projetados de RAP e pelo valor residual projetado, quando aplicável.

O ativo contratual é atualizado mensalmente pelos juros implícitos, com base na taxa de desconto de cada contrato, e pela atualização monetária (IPCA ou IGPM), em função dos reajustes das RAPs.

As Receitas Anuais Permitidas – RAPs dos contratos de concessão são revisadas a cada cinco anos, no processo de Revisão Tarifária Periódica da ANEEL – RTP, que analisa, principalmente, a estrutura de investimentos realizados e a taxa de remuneração de capital, resultando, normalmente, em modificações nos valores das RAPs futuras. Após a publicação dos resultados da RTP pela ANEEL, a Companhia remensura o fluxo de recebimentos futuros relacionados com construção do empreendimento de transmissão, e, em razão disso, o saldo do ativo contratual é ajustado para considerar o novo fluxo de recebíveis. A diferença entre o saldo do ativo contratual antes da RTP e o saldo do ativo contratual após a RTP é registrado no resultado do período, na rubrica Remensurações Regulatórias – Contratos de Transmissão.

O direito efetivo de recebimento dos fluxos de caixas (RAPs) relativos à construção está condicionado à satisfação de outra obrigação de desempenho contratual, a de operar e manter a infraestrutura, por isso a amortização do ativo contratual (reclassificação para o contas a receber de clientes) ocorre à medida que a Companhia cumpre as obrigações mensais de operar e manter a infraestrutura, que ocorre no período compreendido entre a finalização da implantação do empreendimento de transmissão e o final da concessão

À medida que as obrigações de operar e manter a infraestrutura são satisfeitas, a Companhia reconhece, na rubrica de contas a receber de clientes, em contrapartida a receita de operação e manutenção – O&M, os valores das RAPs relativas à operação e manutenção dos empreendimentos de transmissão. O reconhecimento direto em contas a receber de clientes, sem transitar no ativo contratual, é possível, pois o direito de recebimento de RAP, originado pela execução da atividade de operação e manutenção, não depende do cumprimento de outras obrigações.

## NOTA 17 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>				
Ativo Financeiro Itaipu (a)	389.438	-	389.438	-
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Concessões de Geração Indenizáveis (b)	-	-	-	2.172.162
Ativo Financeiro Itaipu (a)	-	428.865	-	428.865
	<u>389.438</u>	<u>428.865</u>	<u>389.438</u>	<u>2.601.027</u>
<b>Passivo Circulante</b>				
Passivo Financeiro Itaipu (a)	-	(578.626)	-	(578.626)
	<u>-</u>	<u>(578.626)</u>	<u>-</u>	<u>(578.626)</u>

### (a) Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo / Passivo Circulante</b>		
Contas a Receber	-	3.665.620
Direito de Ressarcimento	1.738.746	2.837.610
Fornecedores de Energia - Itaipu	-	(3.213.830)
Obrigações de ressarcimento - Comercialização de energia	-	(1.705.223)
Obrigações de ressarcimento - Fator de ajuste	(1.349.308)	(2.162.803)
	<u>389.438</u>	<u>(578.626)</u>
<b>Ativo / Passivo não circulante</b>		
Contas a Receber	-	406.085
Direito de Ressarcimento	-	306.339
Obrigações de ressarcimento	-	(283.559)
	<u>-</u>	<u>428.865</u>
	<u>389.438</u>	<u>(149.761)</u>

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e detalhados a seguir:

- **Fator de ajuste**

Os saldos decorrentes do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inseridos nas rubricas de ativo e passivo financeiros estão apresentados na tabela a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	R\$	US\$	R\$	US\$
Ativo regulatório - Ativo circulante	1.738.746	333.240	2.837.610	508.487
Ativo regulatório - Ativo não circulante	-	-	306.339	54.895
<b>Total do ativo</b>	<b>1.738.746</b>	<b>333.240</b>	<b>3.143.949</b>	<b>563.382</b>
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo circulante	(1.349.308)	(258.602)	(2.162.803)	(387.564)
Obrigação de ressarcimento - União - Passivo não circulante	-	-	(283.559)	(50.812)
<b>Total do passivo</b>	<b>(1.349.308)</b>	<b>(258.602)</b>	<b>(2.446.362)</b>	<b>(438.376)</b>
<b>Ativo financeiro líquido</b>	<b>389.438</b>	<b>74.638</b>	<b>697.587</b>	<b>125.006</b>
Taxa Adotada:	31/12/2022		31/12/2021	
USD	5,22		5,58	

O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2024, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada em 2023.

Com a conclusão do processo de capitalização da Companhia, a responsabilidade pela comercialização da energia elétrica produzida pela usina hidrelétrica de Itaipu foi transferida para a ENBpar.

#### (b) Concessões de Geração Indenizáveis

De acordo com os novos contratos de concessão assinados em junho de 2022, não há previsão para as indenizações por investimentos ainda não amortizados referentes aos projetos básicos e investimentos vinculados a bens reversíveis das usinas hidrelétricas, ainda não amortizados ou não depreciados, cujas concessões foram prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013. Desta forma os ativos pendentes de indenização foram baixados via resultado da Companhia. Vide nota 1.2.

CONSOLIDADO			
Controlada	Usina	31/12/2022	31/12/2021
Furnas	UHE Furnas	-	762.191
Furnas	UHE Luiz Carlos de Barreto de Carvalho	-	505.411
Chesf	UHE Paulo Afonso I, II, III e IV	-	449.520
Chesf	UHE Boa Esperança	-	135.370
Furnas	UHE Marimbondo	-	85.448
Chesf	UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	-	65.935
Furnas	UHE Funil	-	49.449
Furnas	UHE Porto Colômbia	-	43.701
Chesf	UHE Xingó	-	38.793
Chesf	UHE Funil	-	14.488
Chesf	UHE Pedra	-	13.141
Eletronorte	UHE Coaracy Nunes	-	5.235
Furnas	UHE Corumbá	-	3.480
		-	2.172.162

#### Prática contábil

O direito da Companhia originado pelo fator de ajuste de Itaipu Binacional, são atualizados periodicamente pela inflação americana, com reconhecimento no resultado financeiro.

## NOTA 18 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativo Circulante</b>				
Outros	-	-	173.996	63.718
	-	-	173.996	63.718
<b>Ativo Não Circulante</b>				
Cíveis	5.523.526	5.991.258	6.377.621	6.423.554
Trabalhistas	-	-	691.056	678.578
Tributárias	-	-	565.692	471.727
Outros	878.596	402.389	923.644	673.626
	6.402.122	6.393.647	8.558.013	8.247.485
	6.402.122	6.393.647	8.732.009	8.311.203

## NOTA 19 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Eletrobras apresenta no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC) nas seguintes investidas, conforme movimentação abaixo:

	CONTROLADORA					
	Eletronuclear	CGT Eletrosul	Furnas	Eletronorte	Chesf	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.068.922	90.782	63.404	-	-	1.223.108
Adições	2.447.464	300.000	-	-	-	2.747.464
Atualização monetária	49.861	-	2.812	-	-	52.673
Devolução	-	(90.782)	-	-	-	(90.782)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.566.247	300.000	66.216	-	-	3.932.463
Adições (a)	-	-	-	8.829.807	11.766.222	20.596.029
Capitalizações	(3.699.574)	(300.000)	-	-	-	(3.999.574)
Atualização monetária	133.327	-	5.346	-	-	138.673
Devoluções	-	-	(71.562)	-	-	(71.562)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	8.829.807	11.766.222	20.596.029

(a) A Companhia definiu que os pagamentos em contrapartida aos ativos adquiridos no processo de capitalização (bônus de outorga) fossem realizados por suas controladas. Em razão disso, o valor arrecadado na oferta de ações foi transferido às controladas, por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital. A transferência dos recursos para a controlada Furnas, no montante de R\$ 8.908.219, foi contabilizada na rubrica de investimentos e foi capitalizado em outubro de 2022 após a emissão de ações pela controlada.

### Prática contábil

Os recursos concedidos às investidas, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados em rubrica específica do ativo não circulante, e não em investimentos, quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social das investidas não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações.

Após o período de um ano, os adiantamentos para futuro aumento de capital não integralizados passam a ser atualizados por indexador estabelecido contratualmente.

## NOTA 20 – INVESTIMENTOS

	Participações	CONTROLADORA	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>Controladas</b>			
Furnas	99,67%	45.128.153	26.703.790
Chesf	99,58%	21.366.866	20.562.574
Eletronorte	99,69%	22.641.853	19.536.381
CGT Eletrosul	99,96%	8.835.454	8.132.619
Eletronuclear	67,95%	-	2.568.797
Eletrpar	83,71%	181.410	178.047
		98.153.736	77.682.208

	Participações	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Controlada em conjunto</b>					
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	-	1.916.058	6.060.822	6.384.303
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	-	-	3.563.552	3.295.627
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	49,00%	-	-	2.005.808	1.895.036
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	-	-	1.735.667	1.409.983
Teles Pires Participações S.A. - TPP	49,44%	-	-	315.385	789.994
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	49,90%	-	-	548.104	634.284
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	-	-	253.633	454.259
Empresa de Energia São Manoel S.A.	33,33%	-	-	588.913	428.168
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	49,00%	-	-	502.090	413.106
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	49,00%	-	-	526.442	349.256
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	49,00%	-	-	-	291.327
Enerpeixe S.A.	40,00%	-	-	261.789	266.309
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	49,00%	-	-	269.217	258.272
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	24,50%	-	-	222.169	188.675
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	49,00%	-	-	199.746	182.828
Goíás Transmissão S.A.	49,00%	-	-	206.773	177.274
Retiro Baixo Energética S.A.	49,00%	-	-	155.470	168.726
MGE Transmissão S.A.	49,00%	-	-	196.954	168.273
Rouar S.A.	50,00%	133.828	134.264	133.828	134.264
Transenergia Renovável S.A.	49,00%	-	-	96.112	97.461
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	39,00%	-	-	89.860	79.406
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	49,00%	47.750	38.320	47.750	38.320
Itaipu	-	-	279.025	-	279.025
Outros	24,50% a 54,10%	-	9	381.437	364.160
		181.578	2.367.676	18.361.521	18.748.336
<b>Coligadas</b>					
Eletronuclear	67,95%	7.188.028	-	7.188.028	-
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,03%	4.902.846	4.357.895	5.007.916	4.451.016
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T <sup>1</sup>	-	-	644.208	-	644.208
Lajeado Energia S.A.	40,07%	96.037	99.516	96.037	99.516
CEB Lajeado S.A.	40,07%	94.839	74.160	94.839	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	40,07%	14.522	37.925	14.522	37.925
Outros	32,59% a 39,02%	1.447.972	1.702.495	1.461.401	1.714.011
		13.744.244	6.916.199	13.862.743	7.020.836
		112.079.558	86.966.083	32.224.264	25.769.172

<sup>1</sup> A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022.

## Mensurados a valor justo

	Participações	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
		31/12/2022	Valor Patrimonial <sup>1</sup>	Valor Justo		31/12/2022	Valor Justo		
			31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2021
AES Tietê Energia S.A	6,80%	147.327	383.958	333.932	147.327	383.958	333.932		
Companhia Energética do Ceará - COELCE	7,06%	76.658	200.391	254.664	76.658	200.391	254.664		
Energisa Holding	2,06%	101.897	371.418	354.279	101.897	371.418	354.279		
Auren Energia S.A. <sup>2</sup>	1,03%	61.468	152.425	-	61.468	152.425	-		
Companhia Energética de São Paulo - CESP <sup>2</sup>	-	-	-	224.090	-	-	224.090		
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	10,75%	266.636	227.237	281.924	266.636	227.237	281.924		
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	0,56%	60.413	105.164	92.459	60.413	105.164	92.459		
Equatorial Energia Pará	0,99%	16.075	143.008	117.671	16.075	143.008	117.671		
Neoenergia Pernambuco <sup>3</sup>	-	-	-	31.941	-	-	31.941		
Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.	0,18%	3.064	32.632	32.400	3.064	32.632	32.400		
Rio Paranapanema Energia	0,47%	3.924	11.899	14.615	3.924	11.899	14.615		
Companhia Energética de Brasília - CEB	2,10%	11.861	16.330	23.650	11.861	16.330	23.650		
Outros	Entre 0,06% a 0,31%	368	12.799	12.914	41.416	116.796	116.984		
		749.691	1.657.261	1.774.539	790.739	1.761.258	1.878.609		

<sup>1</sup> Valor patrimonial conforme participação da Eletrobras e das suas controladas sobre o capital social das empresas;

<sup>2</sup> A Companhia Energética de São Paulo (CESP) foi incorporada pela Auren Energia S.A. em janeiro de 2022; e

<sup>3</sup> A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na Neoenergia Pernambuco em outubro de 2022.

## 20.1 - Perdas estimadas em investimentos

A Companhia estima o valor recuperável de seus investimentos nas Coligadas com base em seu valor para o acionista, calculado a partir do fluxo de caixa descontado, ou seu valor de mercado, dos dois o maior, de acordo com o CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para os casos em que tenha havido alguma transação sob condições de mercado para alguma SPE.

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Eletrobras sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como em dados históricos das SPEs. As principais premissas são descritas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano (após os impostos\*) específica para cada SPE, respeitando a estrutura de capital e custo da dívida de cada uma, utilizando o WACC, valendo-se dos mesmos parâmetros, com exceção a estrutura de capital e custo da dívida, utilizados para o cálculo das taxas de desconto dos ativos corporativos. Maiores informações, vide nota 23;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização; e
- Despesas considerando o Plano de Negócios de cada investida e os valores históricos realizados.

\* O uso de taxas de desconto pós-impostos, na determinação dos valores em uso, não resultaria em valores recuperáveis materialmente diferentes caso taxas antes dos impostos fossem utilizadas.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Teles Pires Participações S.A. - TPP	468.478	-
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	-	309.617
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	92.192	310.411
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	139.677	354.900
Empresa de Energia São Manoel S.A.	-	177.516
Transnorte Energia S.A.	122.787	133.058
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	141.393	73.868
Outros	16.652	7.294
	<u>981.179</u>	<u>1.366.664</u>

## 20.2 – Combinação de negócios: aquisição de controle da Madeira Energia S.A. (MESA)

Em razão das divergências entre a SAESA e o Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA), em novembro de 2015, a SAESA, buscando declarar a responsabilidade do CCSA em relação aos custos de recomposição de lastro aos contratos de compra e venda de energia celebrados pela SAESA no âmbito da antecipação do cronograma contratual, instaurou processo de arbitragem contra o CCSA na "International Chamber of Commerce - ICC". Em fevereiro de 2022, a Corte Internacional de Arbitragem proferiu sentença desfavorável, gerando obrigações de desembolsos à SAESA.

Para atender as obrigações financeiras decorrentes da perda imposta à Santo Antônio Energia S.A (SAESA), controlada integral da MESA, Furnas, em junho de 2022, integralizou 5.494.950.237 ações ordinárias no valor de R\$ 681.374, em decorrência do direito de preferência no âmbito do aumento de capital da MESA, e, mais 7.267.560.939 de novas ações ordinárias subscritas, em decorrência das sobras de ações do aumento de capital, integralizando o valor equivalente a R\$ 901.177, totalizando o montante de R\$ 1.582.551. Com a integralização das ações, a participação de Furnas em MESA passou de 43,05% para 72,36%.

Em 08 de julho de 2022, foi assinado o distrato do Acordo de Acionistas da MESA, com esse ato, Furnas, que detém 72,36% do capital social, passou a ter os direitos de dirigir as atividades relevantes da Companhia, se tornando, portanto, a controladora da MESA.

A assunção do controle por Furnas, a partir do distrato do Acordo de Acionistas, se configura combinação de negócios, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 15 – Combinação de Negócios.

Com a finalidade de classificar a contraprestação da combinação de negócios, R\$ 1.582.551, valor correspondente a integralização do capital social, o patrimônio da MESA foi avaliado a valor justo, conforme quadro abaixo:

Balço Patrimonial - MESA	Valor contábil 30/06/2022	Ajustes a valor justo	Valor justo (100,00%)	Valor justo - participação atual (72,36%)
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.762.742	-	1.762.742	1.275.591
IR e CSLL diferidos	2.077.704	-	2.077.704	1.503.510
Outros Ativos	758.493	-	758.493	548.876
Imobilizado e intangível	18.991.316	1.213.000	20.204.316	14.620.651
	23.590.255	1.213.000	24.803.255	17.948.628
<b>Passivo</b>				
Empréstimos e financiamentos	19.979.063	-	19.979.063	14.457.649
Outros Passivos	2.687.907	58.026	2.745.933	1.987.067
	22.666.970	58.026	22.724.996	16.444.716
<b>Ativos (passivos) líquidos</b>	<b>923.285</b>	<b>1.154.974</b>	<b>2.078.259</b>	<b>1.503.912</b>

Apesar do valor líquido de R\$ 1.503.912, destacado acima, o laudo de avaliação da Companhia demonstrou a necessidade de registro de provisão para perda, pois o valor adicionado ao ativo, resultado dos investimentos adicionais, foi inicialmente considerado parcialmente irre recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o investimento em MESA estava com o saldo zero e com provisão para passivo a descoberto no montante de R\$ 705.864, relativa ao processo de arbitragem, que foi assumida pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2022, o resultado da Companhia foi impactado em R\$ 250.551, referente a provisão para perda do investimento, reconhecida na rubrica perdas estimadas de investimento. Vide nota 40.1.

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de investimento em MESA é de R\$ 604.377.

A Eletrobras estuda os planos que poderão permitir a recuperabilidade completa do valor investido, considerando, inclusive, possíveis alterações no plano de negócios da investida.

### 20.3 - Mutação dos investimentos

Participações societárias e outros investimentos	CONTROLADORA							Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Ganhos/Perdas de capital	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	
Furnas	26.703.790	-	2.672	(4.095)	17.308.219	(535.202)	1.652.769	45.128.153
Chesf	20.562.574	-	-	(203.076)	-	(692.887)	1.700.255	21.366.866
Eletronorte	19.536.381	-	453	37.563	1.854.768	(867.031)	2.079.719	22.641.853
CGT Eletrosul <sup>1</sup>	8.132.619	-	5.838	76.715	300.000	(141.578)	461.860	8.835.454
Eletronuclear	2.568.797	-	-	880.647	6.232.330	(2.735.950)	242.204	7.188.028
Eletropar	178.047	-	-	148	-	(19.462)	22.677	181.410
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEI	4.357.895	-	-	75.705	(11.244)	(245.210)	725.700	4.902.846
Norte Energia S.A. - NESA <sup>4</sup>	1.916.058	(1.854.472)	-	-	-	-	(61.586)	-
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T <sup>2</sup>	644.208	(648.271)	-	-	-	4.063	-	-
Itaipu <sup>3</sup>	279.025	(279.025)	-	-	-	-	-	-
Rouar S.A.	134.264	-	-	(9.089)	-	(4.734)	13.387	133.828
Lajeado Energia S.A.	99.516	-	-	67	-	(115.640)	112.094	96.037
CEB Lajeado S.A.	74.160	-	-	18	-	(37.123)	57.784	94.839
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	-	-	-	-	(13.690)	(9.713)	14.522
Luziana-Niquelandia Transmissora S.A.	38.320	-	-	-	-	(5.700)	15.130	47.750
Outros	1.702.504	(344.643)	-	22.458	(6.688)	(214.679)	289.020	1.447.972
	86.966.083	(3.126.411)	8.963	877.061	25.677.385	(5.624.823)	7.301.300	112.079.558

<sup>1</sup> A CGT Eletrosul incorporou a TSLE em abril de 2022;

<sup>2</sup> A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022;

<sup>3</sup> A Eletrobras, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade de sua participação acionária sobre Itaipu à ENBpar. Os valores a receber pela transferência podem ser identificados na nota 10; e

<sup>4</sup> Em julho de 2022, a Eletrobras realizou a transferência da totalidade sua participação acionária sobre a Norte Energia para a Eletronorte.

Participações societárias e outros investimentos	CONTROLADORA						Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	
Furnas	23.721.704	586.469	-	-	(1.668.703)	4.064.320	26.703.790
Chesf	16.250.487	159.939	-	-	(1.293.289)	5.445.437	20.562.574
Eletronorte	15.113.339	(24.394)	-	-	(2.970.076)	7.417.512	19.536.381
CGT Eletrosul	7.884.123	80.811	-	-	(69.143)	236.828	8.132.619
Eletronuclear	3.500.657	(401.870)	-	-	-	(529.990)	2.568.797
Norte Energia S.A. - NESA	1.980.979	-	-	-	-	(64.921)	1.916.058
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.235.422	(3.898)	9.082	-	(829.990)	947.279	4.357.895
Rouar S.A.	128.315	10.990	(5.338)	-	(5.099)	5.396	134.264
Lajeado Energia S.A.	90.340	175	-	-	(126.889)	135.890	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	18	-	-	(25.769)	31.955	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	(19.502)	19.371	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	(5.348)	12.489	38.320
Outros	2.484.226	198.607	-	(31.739)	(334.419)	487.109	2.803.784
	75.526.783	606.847	3.744	(31.739)	(7.348.227)	18.208.675	86.966.083

**CONSOLIDADO**

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação	Transferência para ativo mantido para venda/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Aumento / Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2022
Eletronuclear	-	6.571.987	-	474.581	-	-	141.460	-	7.188.028
Norte Energia S.A. - NESA	6.384.303	-	-	-	-	-	(323.481)	-	6.060.822
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.451.016	-	-	75.855	(11.244)	(250.310)	742.599	-	5.007.916
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	3.295.627	-	-	-	-	-	(41.692)	309.617	3.563.552
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - BMTE	1.895.036	-	-	-	-	(66.400)	177.172	-	2.005.808
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.409.983	-	-	-	-	(123.598)	231.063	218.219	1.735.667
Empresa de Energia São Manoel S.A.	428.168	-	-	-	-	-	(16.771)	177.516	588.913
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	634.284	-	-	-	-	(74.570)	55.915	(67.525)	548.104
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	349.256	-	-	-	-	-	(38.037)	215.223	526.442
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	413.106	-	-	-	-	(7.415)	96.399	-	502.090
Teles Pires Participações S.A. - TPP	789.994	-	-	-	46.336	-	(52.467)	(468.478)	315.385
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	258.272	-	-	-	-	(52.964)	63.909	-	269.217
Enerpeixe S.A.	266.309	-	-	-	-	-	(4.520)	-	261.789
Chapecoense Geração S.A.	454.259	-	-	-	-	(369.709)	169.083	-	253.633
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	188.675	-	-	-	-	(10.433)	43.927	-	222.169
Goiás Transmissão S.A.	177.274	-	-	-	-	(9.188)	38.687	-	206.773
Triangulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	182.828	-	-	-	-	(5.145)	22.063	-	199.746
MGE Transmissão S.A.	168.273	-	-	-	-	(8.934)	37.615	-	196.954
Retiro Baixo Energética S.A.	168.726	-	-	-	-	(37.513)	24.257	-	155.470
Lajeado Energia S.A.	99.516	-	-	67	-	(115.640)	112.094	-	96.037
Rouar S.A.	134.264	-	-	(9.089)	-	(4.734)	13.387	-	133.828
Transenergia Renovável S.A.	97.461	-	-	-	-	(13.514)	12.165	-	96.112
CEB Lajeado S.A.	74.160	-	-	18	-	(37.123)	57.784	-	94.839
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	79.406	-	-	-	-	(6.240)	16.694	-	89.860
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	38.320	-	-	-	-	(5.700)	15.130	-	47.750
Paulista Lajeado Energia S.A.	37.925	-	-	-	-	(13.690)	(9.713)	-	14.522
Companhia Estadual de Transmissao de Energia Eletrica - CEEE-T <sup>1</sup>	644.208	-	(648.271)	-	-	4.063	-	-	-
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	291.327	-	(286.776)	-	-	(65.154)	60.603	-	-
Itaipu <sup>2</sup>	279.025	-	(279.025)	-	-	-	-	-	-
Construtora Integração Ltda <sup>3</sup>	21.527	-	(21.879)	-	-	-	352	-	-
Outros	2.056.644	-	(344.832)	23.414	13.110	(266.278)	360.132	648	1.842.838
	25.769.172	6.571.987	(1.580.783)	564.846	48.202	(1.540.189)	2.005.809	385.220	32.224.264

<sup>1</sup> A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022;

<sup>2</sup> A Eletrobras, em junho de 2022, realizou a transferência da totalidade de sua participação acionária sobre Itaipu à ENBpar. Os valores a receber pela transferência podem ser identificados na nota 10; e

<sup>3</sup> Em agosto de 2022, foi encerrada a SPE Construtora Integração Ltda.

CONSOLIDADO

Participações societárias e outros investimentos	Saldo em 31/12/2020	Integralização de capital	Transferência para ativo mantido para venda / Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Aquisição de controle	Aumento / Redução de Capital	Ajustes de investidas	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Perda estimada em investimentos	Saldo em 31/12/2021
Norte Energia S.A. - NESA	6.600.626	-	-	-	-	-	-	-	-	(216.323)	-	6.384.303
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.314.282	11.843	-	(4.084)	-	-	9.082	-	(846.968)	966.861	-	4.451.016
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESRB	3.250.575	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.581)	122.633	3.295.627
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	1.702.719	-	-	-	-	-	-	(43.996)	(37.963)	162.902	111.374	1.895.036
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	1.375.039	-	-	-	-	-	-	279	(132.921)	267.906	(100.320)	1.409.983
Madeira Energia S.A. - MESA	906.289	-	-	-	-	-	-	-	-	(972.661)	66.372	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. - NBTE	795.287	-	(740.382)	-	-	-	-	29.441	-	23.746	(108.092)	-
Teles Pires Participações S.A. - TPP	746.820	38.679	-	-	-	-	-	-	-	4.495	-	789.994
Companhia Energética Sinop S.A. - SINOP	555.783	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.907)	(136.620)	349.256
Empresa de Energia São Manoel S.A.	434.379	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.162)	19.951	428.168
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.	534.167	-	-	-	-	-	-	-	(13.559)	62.921	50.755	634.284
Chapcoense Geração S.A.	373.740	-	-	-	-	-	-	-	(93.861)	174.380	-	454.259
Interligação Elétrica Garanhuns S.A. - IE Garanhuns	324.874	-	-	-	-	-	-	-	(14.532)	64.695	38.069	413.106
Enerpeixe S.A.	265.711	-	-	-	-	-	-	-	1.725	(1.127)	-	266.309
Energética Águas da Pedra S.A. - EAPSA	244.444	-	-	-	-	-	-	-	(50.894)	97.777	-	291.327
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A. - TSLE	171.632	17.194	-	-	-	(200.605)	-	-	(13.041)	24.820	-	-
Sistema de Transmissão Nordeste S.A. - STN	217.861	-	-	-	-	-	-	36.322	(46.226)	50.315	-	258.272
Goiás Transmissão S.A.	212.431	-	-	-	-	-	-	-	(79.724)	44.567	-	177.274
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	173.434	-	-	-	-	-	-	-	(5.732)	20.973	-	188.675
Rouar S.A.	128.315	-	-	10.990	-	-	(5.338)	-	(5.099)	5.396	-	134.264
Transnorte Energia S.A.	25.498	-	-	-	9.800	-	-	-	-	(11.177)	(24.121)	-
MGE Transmissão S.A.	137.148	-	-	-	-	-	-	-	(7.332)	38.457	-	168.273
Transenergia Renovável S.A.	116.395	-	-	-	-	-	-	-	(33.401)	14.467	-	97.461
Retiro Baixo Energética S.A.	157.183	-	-	-	1.225	-	-	-	(3.214)	13.532	-	168.726
Triângulo Mineiro Transmissora de Energia S.A.	126.654	-	-	-	-	-	-	34.220	(3.920)	25.874	-	182.828
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	64.019	-	-	-	-	-	-	-	-	15.387	-	79.406
Lajeado Energia S.A.	90.340	-	-	175	-	-	-	-	(126.889)	135.890	-	99.516
CEB Lajeado S.A.	67.956	-	-	18	-	-	-	-	(25.769)	31.955	-	74.160
Paulista Lajeado Energia S.A.	38.056	-	-	-	-	-	-	-	(19.502)	19.371	-	37.925
Luziania-Niquelandia Transmissora S.A.	31.179	-	-	-	-	-	-	-	(5.348)	12.489	-	38.320
Fronteira Oeste Transmissora de Energia	79.003	-	-	-	-	(105.018)	-	-	-	2.134	23.881	-
Outros	2.734.404	35.593	(20.831)	196.657	-	-	-	(67.637)	(404.263)	525.216	2.265	3.001.404
	26.996.243	103.309	(761.213)	203.756	11.025	(305.623)	3.744	(11.371)	(1.968.433)	1.431.588	66.147	25.769.172

## 20.4 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

	31/12/2022									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
<b>Controladas em conjunto</b>										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.760.261	41.668.551	43.428.812	2.254.754	29.070.142	12.103.916	43.428.812	5.565.305	(647.346)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	1.210.513	19.354.405	20.564.918	1.058.167	10.597.876	8.908.875	20.564.918	3.116.478	(104.235)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,00%	1.140.735	7.679.713	8.820.448	630.800	4.096.162	4.093.486	8.820.448	954.985	360.022
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,00%	931.271	6.251.143	7.182.414	634.666	2.817.425	3.730.323	7.182.414	735.154	471.557
<b>Coligadas</b>										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	4.670.170	27.573.380	32.243.550	1.293.346	14.413.723	16.536.481	32.243.550	5.450.570	2.319.791
Eletronuclear	67,95%	4.610.349	18.373.593	22.983.942	2.434.613	9.970.923	10.578.406	22.983.942	3.963.282	308.977

  

	31/12/2021									
	Percentual de participação	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Total do Ativo	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio líquido	Total do passivo	Receita Operacional Líquida	Lucro/(Prejuízo) Líquido
<b>Controladas em conjunto</b>										
Norte Energia S.A. - NESA	49,98%	1.489.913	41.641.146	43.131.059	1.678.941	28.705.845	12.746.273	43.131.059	4.836.435	(432.814)
Energia Sustentável do Brasil S.A. - ESBR	40,00%	567.089	19.816.570	20.383.659	730.876	10.639.673	9.013.110	20.383.659	2.783.506	(193.955)
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. - BMTE	49,50%	1.073.113	7.438.788	8.511.901	546.168	4.098.559	3.867.174	8.511.901	896.974	326.221
Interligação Elétrica do Madeira S.A. - IE Madeira	49,50%	928.778	6.088.383	7.017.161	610.022	2.896.130	3.511.009	7.017.161	920.715	546.746
Madeira Energia S.A. - MESA	43,00%	927.739	23.286.096	24.213.835	2.309.383	20.412.415	1.492.037	24.213.835	3.757.969	(12.386)
<b>Coligadas</b>										
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,08%	3.747.849	25.228.890	28.976.739	1.229.194	12.954.810	14.792.735	28.976.739	5.534.129	3.037.808

## 20.5 - Valor de mercado das coligadas que possuem cotação em bolsa de valores

Empresas de capital aberto	Participação	Valor Justo <sup>1</sup>	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial</b>			
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	35,74%	5.566.247	5.775.156
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	33,41%	1.348.024	2.238.434
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T <sup>2</sup>	-	-	1.180.812
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE	40,44%	1.015.837	1.095.497
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	4,62%	119.615	152.108

<sup>1</sup> Baseado na cotação das ações na data-base.

<sup>2</sup> A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda, em abril de 2022.

## 20.6 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversos processos no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré, vide nota 34, são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, participações societárias, conforme abaixo:

CONTROLADORA				
31/12/2022				
Participações societárias	Valor do Investimento	Percentual de bloqueio	Investimento bloqueado	
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista S.A. - CTEEP	4.902.846	85,49%	4.191.276	
AES Tietê Energia S.A	383.958	74,22%	284.989	
Energisa Holding	371.418	58,56%	217.490	
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A - CELESC	227.237	45,72%	103.896	
Companhia Energética do Ceará - COELCE	200.391	10,73%	21.493	
Auren Energia S.A.	152.425	74,02%	112.832	
Companhia Energética de Brasília - CEB	16.330	83,13%	13.576	
Outros	1.271.407	64,14% a 100%	997.195	
	<b>7.526.012</b>		<b>5.942.747</b>	

## 20.7 – Capital Circulante Líquido negativo de Controladas e Coligadas

### (a) Controladas diretas e indiretas

Eletronorte – Tem por objetivo principal a geração e transmissão de energia elétrica. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a controlada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 712.544.

Madeira Energia S.A. – Tem por objetivo principal a operação e manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e de seu sistema de transmissão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a controlada apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 752.010.

### (b) Coligadas

A Companhia e suas controladas detêm participações nas empresas Norte Energia S.A., Teles Pires Participações S.A., Paulista Lajeado S.A., Enerpeixe S.A., Vamcruz I Participações S.A., Chapecoense e Foz do Chapecó Energia S.A. que apresentaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 capital circulante líquido negativo de R\$ 494.493, R\$ 90.899, R\$ 18.459, R\$ 271.746, R\$ 49.384, R\$ 35.089 e R\$ 35.453 respectivamente.

## Prática contábil

A Companhia avalia seus investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, vide a nota 4.5, e os outros investimentos em participações societárias pelo valor justo. O valor justo considerado para essas participações corresponde ao preço atual das ações comercializadas na Bolsa de Valores.

As variações do valor dos investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo, decorrente da modificação dos preços das ações, são registradas diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. Os recebimentos de dividendos pagos à Companhia por essas investidas são registrados no resultado.

No balanço patrimonial consolidado, os saldos patrimoniais das controladas da Companhia são distribuídos, de acordo com a natureza, nas rubricas de ativos e passivos, não compondo, portanto, o saldo consolidado de investimentos. Vide a nota 4.5.

## NOTA 21 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões e ativos corporativos.

A seguir demonstramos a movimentação do imobilizado:

	CONSOLIDADO							Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	Aquisição de controle - MESA (a)	Adição / Constituição	Baixas / Reversões (b)	Depreciação	Transferências	
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Barragens, reservatórios e adutoras	6.412.995	(1.283)	6.506.951	-	(1.675.657)	(495.697)	718.982	11.466.291
Edificações, obras civis e benfeitorias	2.885.165	(492.840)	3.532.292	-	(462.751)	(212.703)	108.206	5.357.369
Máquinas e equipamentos	12.225.806	(3.124.977)	7.329.149	249.346	(1.149.201)	(766.561)	1.702.504	16.466.066
Outros	278.971	(41.624)	348.979	3.125	(204.807)	(70.177)	956	315.423
<i>Impairment</i> <sup>1</sup>	(2.454.840)	-	-	(287.874)	205.879	-	-	(2.536.835)
	19.348.097	(3.660.724)	17.717.371	(35.403)	(3.286.537)	(1.545.138)	2.530.648	31.068.314
<b>Imobilizado em curso</b>								
	17.484.344	(14.600.061)	141.896	2.014.982	(150.362)	-	(2.174.557)	2.716.242
<i>Impairment</i> <sup>1</sup>	(4.508.764)	4.508.764	-	-	-	-	-	-
	12.975.580	(10.091.297)	141.896	2.014.982	(150.362)	-	(2.174.557)	2.716.242
<b>Direito de Uso</b>								
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	170.631	-	2.023	805	(84)	(31.990)	(2.103)	139.282
Máquinas e equipamentos	861.977	(8.514)	-	15.847	-	(67.592)	2.075	803.793
Outros	11.696	-	-	602	-	(224)	-	12.074
	1.044.304	(8.514)	2.023	17.254	(84)	(99.806)	(28)	955.149
	33.367.981	(13.760.535)	17.861.290	1.996.833	(3.436.983)	(1.644.944)	356.063	34.739.705

<sup>1</sup>Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

(a) Furnas adquiriu o controle da Madeira Energia S.A (MESA) em julho de 2022, vide nota 20.2.

(b) A Companhia em 31 de dezembro de 2022 apresentou um saldo de R\$ 3.286.537 de baixas/reversões do imobilizado em serviço que corresponde, substancialmente, à baixa do valor residual da UHE Tucuruí, em linha com o disposto na resolução do CNPE nº 15/2021, devido à indenização referente aos novos contratos de concessão, vide nota 1.2.1. O mesmo normativo estabeleceu o montante de R\$ 5.062.717 referentes às indenizações dos contratos de concessão da UHE Tucuruí e UHE Curuá-Una vigentes a época. Esta operação gerou um ganho, líquido de tributos, no valor de R\$ 1.603.150. Vide nota 1.2.2.

CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2020	Adição/ Constituição	Baixas / Reversões	Depreciação	Transferências	Transferências Mantidas para Venda/Incorporação	Saldo em 31/12/2021
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Barragens, reservatórios e adutoras	6.689.554	-	-	(305.483)	28.924	-	6.412.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.124.535	3.447	-	(193.055)	(32.865)	(16.897)	2.885.165
Máquinas e equipamentos	11.928.760	67.914	(179.523)	(1.160.899)	1.692.395	(122.841)	12.225.806
Outros	218.452	23.832	13.851	(16.567)	39.391	12	278.971
<i>Impairment</i> <sup>1</sup>	(3.056.704)	(262.738)	738.730	-	102.110	23.762	(2.454.840)
	18.904.597	(167.545)	573.058	(1.676.004)	1.829.955	(115.964)	19.348.097
<b>Imobilizado em curso (a)</b>							
	17.159.375	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	17.484.344
<i>Impairment</i> <sup>1</sup> (b)	(4.508.764)	-	-	-	-	-	(4.508.764)
	12.650.611	2.432.269	(271.206)	-	(1.729.474)	(106.620)	12.975.580
<b>Direito de Uso</b>							
<b>Imobilizado em serviço</b>							
Edificações, obras civis e benfeitorias	156.901	45.823	2.903	(34.673)	(323)	-	170.631
Máquinas e equipamentos	946.935	-	(43)	(84.911)	(4)	-	861.977
Outros	3.868	7.778	-	(256)	306	-	11.696
	1.107.704	53.601	2.860	(119.840)	(21)	-	1.044.304
	32.662.912	2.318.325	304.712	(1.795.844)	100.460	(222.584)	33.367.981

<sup>1</sup> *Impairment* - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos.

(a) Em 31 de dezembro de 2021, do valor total do imobilizado em curso de R\$ 17.484.344, o montante de R\$ 14.600.060 refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 13.266.022 em 31 de dezembro de 2020)

(b) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 4.508.764 da perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*impairment*) sobre o imobilizado em curso refere-se ao empreendimento Angra 3 (R\$ 4.508.764 em 31 de dezembro de 2020).

Taxa média de depreciação e custo histórico:

CONSOLIDADO

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Taxa média de depreciação a.a.	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Barragens, reservatórios e adutoras	3,07%	22.752.509	(11.286.218)	11.466.291	2,18%	15.418.627	(9.005.632)	6.412.995
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,24%	10.977.908	(5.620.539)	5.357.369	2,57%	8.214.167	(5.329.002)	2.885.165
Máquinas e equipamentos	3,91%	43.366.209	(26.900.143)	16.466.066	4,38%	42.054.751	(29.828.944)	12.225.806
Outros <sup>1</sup>	5,96%	499.472	(184.049)	315.423	5,30%	742.900	(463.929)	278.971
		<u>77.596.098</u>	<u>(43.990.949)</u>	<u>33.605.149</u>		<u>66.430.445</u>	<u>(44.627.507)</u>	<u>21.802.938</u>
<b>Imobilizado em curso</b>		<u>2.716.242</u>	<u>-</u>	<u>2.716.242</u>		<u>17.484.344</u>	<u>-</u>	<u>17.484.344</u>
		<u>2.716.242</u>	<u>-</u>	<u>2.716.242</u>		<u>17.484.344</u>	<u>-</u>	<u>17.484.344</u>
<b>Perda estimada</b>								
<i>Impairment</i> <sup>2</sup>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.536.835)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.963.604)</u>
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.536.835)</u>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.963.604)</u>
<b>Direito de Uso</b>								
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	12,71%	236.911	(97.629)	139.282	10,97%	239.806	(69.175)	170.631
Máquinas e equipamentos	4,81%	1.801.469	(997.676)	803.793	3,87%	1.858.559	(996.582)	861.977
Outros <sup>1</sup>	3,73%	14.502	(2.428)	12.074	2,40%	13.997	(2.301)	11.696
		<u>2.052.882</u>	<u>(1.097.733)</u>	<u>955.149</u>		<u>2.112.362</u>	<u>(1.068.058)</u>	<u>1.044.304</u>
		<u>82.365.222</u>	<u>(45.088.682)</u>	<u>34.739.705</u>		<u>86.027.150</u>	<u>(45.695.565)</u>	<u>33.367.981</u>

<sup>1</sup> O valor é composto, substancialmente, por terrenos, veículos, móveis e utensílios e obrigações especiais.

<sup>2</sup> *Impairment* - Perda estimada por irreversibilidade de ativos.

Maiores informações acerca da perda estimada por irreversibilidade de ativos (*impairment*), vide nota 23

## Prática contábil

O imobilizado é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição ou construção dos ativos e os gastos para colocação do ativo em funcionamento. Subsequentemente, os imobilizados são deduzidos pela depreciação e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 23.

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura de geração de energia elétrica das concessões da Companhia. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para operar, sendo reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de cada ativo e no valor residual desses ativos ao final das concessões. A Companhia considera que a vida útil estimada pela ANEEL para os itens do imobilizado expressam adequadamente o tempo de vida útil dos bens, por isso adota as taxas de depreciação determinadas pela ANEEL.

A infraestrutura de transmissão de energia elétrica da Companhia não está classificada no Imobilizado, em razão das características contratuais das concessões. Os direitos às contraprestações originadas pela construção dos empreendimentos de transmissão são registrados na rubrica Ativo Contratual de Transmissão, vide a nota 16.

Os ativos de Direito de Uso são depreciados também linearmente, pelos prazos contratuais de arrendamentos.

## NOTA 22 – INTANGÍVEL

A Companhia celebrou novos contratos de concessão de geração de energia elétrica, conforme destacado nas notas 1.2.1 e 3, em substituição aos contratos de concessão vigente à época para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021, no processo de capitalização da Eletrobras, os quais estão apresentados a seguir:

	CONSOLIDADO							Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Efeitos da desconsolidação Eletronuclear	Aquisição de controle - MESA	Adições/Constituições	Baixas/Reversões	Amortizações	Transferências	
<b>Intangível em serviço</b>								
Concessões (a)	4.169.739	-	880.584	75.021.254	(1.156)	(1.013.732)	-	79.056.689
Software	120.097	(18.790)	463	7.183	-	(18.198)	21.778	112.533
Ágio	158.460	-	-	-	-	(8.196)	(57.625)	92.639
Uso do Bem Público	88.068	-	134.741	-	-	(5.005)	-	217.804
Outros	69.008	-	109.794	10.726	(7.754)	(42.934)	9.531	148.371
	4.605.372	(18.790)	1.125.582	75.039.163	(8.910)	(1.088.065)	(26.316)	79.628.036
<b>Impairment<sup>1</sup></b>	(70.092)	-	-	(100.153)	17.257	-	-	(152.988)
	4.535.280	(18.790)	1.125.582	74.939.010	8.347	(1.088.065)	(26.316)	79.475.048
<b>Intangível em curso</b>								
Software	275.941	(60.403)	4.448	112.645	-	-	(27.792)	304.839
Outros	180.955	-	-	48.997	(5.002)	-	(24.256)	200.694
	456.896	(60.403)	4.448	161.642	(5.002)	-	(52.048)	505.533
	4.992.176	(79.193)	1.130.030	75.100.652	3.345	(1.088.065)	(78.364)	79.980.581

<sup>1</sup> Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

- (a) O saldo de concessões é composto pelos valores da repactuação do risco hidrológico e as adições provenientes dos novos contratos de concessão assinados em junho de 2022. Maiores informações, vide nota 1.2.1.

CONSOLIDADO

	Saldo em 31/12/2020	Adições / Constituições	Baixas / Reversões	Amortização	Ativo mantido para venda	Transferências	Saldo em 31/12/2021
<b>Intangível em serviço</b>							
Repactuação do Risco Hidrológico	155.140	3.893.389	(27.440)	(223.848)	-	372.498	4.169.739
Software	123.339	877	(2.518)	(52.712)	-	51.111	120.097
Ágio	306.602	57.626	-	(10.700)	2	(195.070)	158.460
Servidões	83.223	6.799	-	(1.954)	-	-	88.068
Uso do Bem Público	31.210	80.320	(41.213)	(4.814)	(476)	3.981	69.008
Outros	699.514	4.039.011	(71.171)	(294.028)	(474)	232.520	4.605.372
							-
<i>Impairment</i> <sup>1</sup>	(305.292)	(684)	40.814	-	-	195.070	(70.092)
	394.222	4.038.327	(30.357)	(294.028)	(474)	427.590	4.535.280
							-
<b>Intangível em curso</b>							
Software	185.487	111.617	(12.174)	-	-	(8.989)	275.941
Servidões	882	-	-	-	(227)	(655)	-
Outros	204.903	393.472	(181)	-	-	(417.239)	180.955
	391.272	505.089	(12.355)	-	(227)	(426.883)	456.896
							-
	785.494	4.543.416	(42.712)	(294.028)	(701)	707	4.992.176

<sup>1</sup> *Impairment* - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

Taxa média de amortização e custo histórico:

CONSOLIDADO

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de Amortização	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Taxa média de Amortização	Custo Histórico	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
<b>Intangível em serviço</b>								
Concessões	6,12%	80.484.396	(1.427.707)	79.056.689	10,16%	4.557.858	(388.119)	4.169.739
Software	22,62%	473.331	(360.798)	112.533	20,00%	585.584	(465.487)	120.097
Ágio	3,39%	241.527	(148.888)	92.639	3,56%	300.512	(140.693)	159.819
Uso do Bem Público	2,75%	306.888	(89.084)	217.804	3,53%	107.547	(19.479)	88.068
Outros	21,31%	322.737	(174.366)	148.371	18,65%	169.665	(100.657)	69.008
		81.828.879	(2.200.843)	79.628.036		5.721.166	(1.114.435)	4.606.731
<i>Impairment</i> <sup>1</sup>				(152.988)				(71.451)
		81.828.879	(2.200.843)	79.475.048		5.721.166	(1.114.435)	4.535.280
<b>Intangível em curso</b>								
Software		304.839	-	304.839		275.941	-	275.941
Outros		200.694	-	200.694		180.955	-	180.955
		505.533	-	505.533		456.896	-	456.896
		82.334.412	(2.200.843)	79.980.581		6.178.062	(1.114.435)	4.992.176

<sup>1</sup> *Impairment* - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

Os intangíveis provenientes dos novos contratos de concessão, cujo regime de exploração previsto nos contratos originais era de Produção Independente de Energia – PIE, são amortizados de forma linear, iniciado a partir de julho de 2022 até junho de 2052. Os novos contratos de concessão, cujo regime era de cotas de garantia física, serão amortizados, entre janeiro de 2023 e junho de 2052, na proporção da redução imposta pela restrição do direito de livre comercialização de energia, estabelecida pela Resolução CNPE nº 015/2021 (cotas de garantia física).

O fluxo consolidado anual de amortização das novas concessões se dará da seguinte forma:

2023	2024	2025	2026	2027 a 2051	2052
1.379.845	1.692.644	2.005.443	2.318.242	2.631.042	1.315.521

Prática contábil

O intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo e subsequentemente deduzido pela amortização e pela perda por redução do valor recuperável, se verificada, vide a nota 23.

O intangível da Companhia é formado substancialmente pelos direitos adquiridos de explorar empreendimentos de geração de energia elétrica nos termos dos novos contratos de outorga, em conexão com o processo de desestatização da Eletrobras, ocorrido em 2022.

O custo inicial dos intangíveis provenientes do processo de desestatização da Eletrobras foi formado com base no valor das obrigações e indenizações determinadas pela Lei 14.182/2021, vide a nota 1.2.1. A amortização desses ativos serão realizadas de forma linear pelo período dos respectivos contratos, sendo que os que tiveram a alteração do regime de cotas para comercialização de energia serão amortizados de forma progressiva, de acordo com a projeção de evolução das receitas associadas, tendo em vista que a legislação determina o volume de comercialização de energia limitado a 20% a partir de 2023 e com acréscimo de 20% ao ano, atingindo o volume máximo em cinco anos.

## NOTA 23 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estima o valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis com base em valor em uso, que é mensurado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado. As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto ao ano no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após os impostos, específica para os segmentos testados: 4,82% e 5,58% para o segmento de geração sem e com o benefício fiscal SUDAM/SUDENE, respectivamente (em 31 de dezembro de 2021, 4,70% para geração não renovada sem o benefício SUDAM/SUDENE, 5,23% para a geração não renovada e 5,20% para a geração renovada com o benefício), levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- A taxa de desconto ao ano, antes dos impostos, para os empreendimentos corporativos testados varia entre 4,27% e 15,31%;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de prorrogação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no PDNG para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos, até o final das concessões e sem considerar renovações/prorrogações futuras; e
- A Companhia tratou cada um de seus empreendimentos como unidades geradoras de caixa independentes.

Seguem abaixo as posições de *impairment* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	31/12/2022			31/12/2021		
	Geração	Administração	Total	Geração	Administração	Total
Imobilizado	2.536.835	-	2.536.835	6.963.604	-	6.963.604
Intangível	83.917	69.071	152.988	1.021	69.071	70.092
	2.620.752	69.071	2.689.823	6.964.625	69.071	7.033.696

A movimentação de *impairment* nas UGC é como segue:

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2021	Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	Adições/ (Reversões)	Baixas	31/12/2022
UTN Angra 3	4.508.764	(4.508.764)	-	-	-
UTE Candiota	1.054.306	-	(11.113)	-	1.043.193
UTE Santa Cruz	279.379	-	287.874	-	567.253
UTE Candiota Fase B	305.778	-	(23.684)	-	282.094
UHE Batalha	148.953	-	(70.302)	-	78.651
Eólica Casa Nova I	257.579	-	(22.846)	-	234.733
UHE Coaracy Nunes	71.007	-	-	(71.007)	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	1.264	-	(1.264)	-	-
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
PCH Funil	-	-	39.098	-	39.098
PCH Pedra	-	-	12.445	-	12.445
Eólica Ventos de Angelim S.A.	-	-	31.914	-	31.914
Outros	200.925	-	(6.224)	-	194.701
	<u>6.964.625</u>	<u>(4.508.764)</u>	<u>235.898</u>	<u>(71.007)</u>	<u>2.620.752</u>

Unidades Geradoras de Caixa	31/12/2020	Adições/(Reversões)	Baixas	Transferências	31/12/2021
UTN Angra 3	4.508.764	-	-	-	4.508.764
UTE Candiota	796.045	258.261	-	-	1.054.306
UTE Santa Cruz	402.769	(123.390)	-	-	279.379
UTE Candiota Fase B	321.020	(15.242)	-	-	305.778
UHE Batalha	298.058	(149.105)	-	-	148.953
Casa Nova I	292.763	(35.184)	-	-	257.579
Livramento	126.294	(422)	-	(125.872)	-
Complexo Eólico Pindaí	100.428	(100.428)	-	-	-
UHE Samuel	98.804	(98.804)	-	-	-
UHE Coaracy Nunes	71.007	-	-	-	71.007
PCH João Borges	42.103	(42.103)	-	-	-
UTE Mauá Bloco 4	49.372	-	-	-	49.372
UTE Aparecida Óleo	46.258	-	-	-	46.258
Eólica Coxilha Seca	27.462	(26.198)	-	-	1.264
UTE Mauá Bloco 1	41.040	-	-	-	41.040
UHE Passo São João	34.987	(34.987)	-	-	-
Eólica Casa Nova II	49.154	(49.154)	-	-	-
PCH Rio Chapéu	32.752	(32.752)	-	-	-
Eólica Casa Nova III	25.730	(25.730)	-	-	-
Outros	201.530	(168)	(437)	-	200.925
	<u>7.566.340</u>	<u>(475.406)</u>	<u>(437)</u>	<u>(125.872)</u>	<u>6.964.625</u>

Abaixo, destacamos a unidade geradora de caixa que sofreu maior impacto após a avaliação do valor recuperável pela empresa em 31 de dezembro de 2022:

#### UTE Santa Cruz

O montante adicionado de *impairment* refere-se principalmente ao aumento expressivo do gás, impactando assim o seu custo variável unitário (CVU) e, por consequência, o despacho da usina pelo ONS.

#### Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia avaliou a unidade geradora de caixa (UGC) do projeto Geradora Eólica Ventos de Angelim S.A., quanto aos aspectos do *impairment* e, por falta de expectativa de geração de receitas na unidade geradora de caixa ocasionados principalmente por motivos de inviabilidade técnica, constituiu provisão no montante de R\$ 31.914.

## PCH Funil e Pedra

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia observou indicativo de registro de provisão para as UGCs Funil e Pedra, devido, principalmente, à redução da garantia física dessas usinas. Dessa forma, foi constituída uma provisão no montante de R\$ 51.543.

## Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que não apresentaram perda estimada por irrecuperabilidade de ativos (*impairment*)

As UGC que não tiveram *impairment* têm um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10%, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. Nenhuma UGC apresentou risco de *impairment* após a sensibilização das taxas de desconto.

## Usina Termonuclear (UTN) - Angra 3

Após a reestruturação societária estabelecida pela Lei nº 14.182/22 (vide nota 1.2), a Companhia deixou de consolidar o montante de R\$ 4.508.765 referente ao *impairment* registrado na usina Angra 3.

O valor provisionado pela coligada Eletronuclear decorre, substancialmente, da ausência da homologação da tarifa do empreendimento, sendo considerada a tarifa de referência aprovada em 2018 e atualizada pela inflação.

Adicionalmente, a Eletronuclear assinou o contrato de prestação de serviços que permite a retomada das obras em Angra 3, no âmbito do Plano de Aceleração do Caminho Crítico, com previsão de entrada em operação no ano de 2027.

## Prática contábil

A Companhia avalia periodicamente se há indicação de desvalorização dos seus principais ativos não financeiros (investimentos em participações societárias, imobilizado e intangível). A avaliação é realizada por Unidade Geradora de Caixa - UGC, que corresponde a um grupo de ativos capaz de gerar entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Se houver indicação de desvalorização, o valor recuperável da UGC é estimado e confrontado com o saldo contábil atual. Caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil, é registrada perda com desvalorização do ativo.

O valor recuperável do ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo. Em síntese, o valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros advindos da operação do ativo e o valor justo é o preço que seria recebido pela venda do ativo em transação não forçada.

Por não haver mercado ativo para a negociação dos seus ativos e por acreditar que o cálculo do valor justo a partir de premissas do mercado se aproximariam do valor em uso, na maior parte dos testes de *impairment*, a Companhia admite como valor recuperável o valor em uso, que corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, com taxa de desconto que reflete a avaliação atual de mercado e/ou custo de oportunidade da Companhia, o valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo.

Para os testes de *impairment* dos ativos que a Companhia iniciou estudos para negociação, ainda não caracterizados contabilmente como disponível para venda, o valor justo é considerado, sendo calculado com base na média dos valores das propostas, ainda não vinculantes, recebidas dos possíveis interessados.

## NOTA 24 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Bens, Materiais e Serviços	151.311	63.840	1.870.754	2.602.086
Energia Comprada para Revenda	843.611	710.018	1.632.529	1.381.544
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	13.890	47.902
	<u>994.922</u>	<u>773.858</u>	<u>3.517.173</u>	<u>4.031.532</u>
<b>Não circulante</b>				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	-	16.555
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.555</u>
	<u>994.922</u>	<u>773.858</u>	<u>3.517.173</u>	<u>4.048.087</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 3.517.173 (R\$ 4.048.087 em 31 de dezembro de 2021) de fornecedores. Do montante de R\$ 2.602.086 em 31 de dezembro de 2021 de Bens, Materiais e Serviços, o valor R\$ 1.233.282 corresponde à Eletronuclear, que foi desconsolidada no exercício de 2022.

### Prática contábil

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos. Não há juros embutidos nessas obrigações.

## NOTA 25 – ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
PROINFA (a)	921.597	1.043.978	921.597	1.043.978
PROCEL (b)	564.625	326.968	564.625	326.968
Adiantamento de Clientes (c)	-	-	166.900	89.509
	<u>1.486.222</u>	<u>1.370.946</u>	<u>1.653.122</u>	<u>1.460.455</u>
<b>Não Circulante</b>				
Adiantamento de Clientes (c)	-	-	213.921	186.348
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>213.921</u>	<u>186.348</u>
	<u>1.486.222</u>	<u>1.370.946</u>	<u>1.867.043</u>	<u>1.646.803</u>

### (a) PROINFA

O recebimento antecipado das quotas do PROINFA se destina às necessidades de pagamento estabelecidas contratualmente entre a Eletrobras e os empreendedores. As quotas de custeio e as de energia elétrica são resultantes do rateio do custo e da energia elétrica gerada no âmbito do PROINFA. Conforme resolução homologatória nº 3.147 da ANEEL o valor do rateio do PROINFA foi de R\$ 11,94/MWh em dezembro de 2022 (R\$ 14,13/MWh em dezembro de 2021). Além disso, as operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Eletrobras.

(b) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL

Programa do governo federal com o objetivo de aumentar eficiência dos bens e consumos de energia. A Eletrobras atua como agente executor do PROCEL, por meio de contratos, convênios, termos de operação e acordos de cooperação. O recebimento antecipado dos recursos e sua utilização estão condicionados à aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual (PAR), o qual dispõe das propostas de projetos em eficiência energética e demais dispêndios a serem aplicados no âmbito do programa. Tais projetos são programados e orçados no PAR e ficam condicionados à sua efetiva contratação e realização. Portanto, os recursos financeiros são recebidos de acordo a programação estabelecida e lançados ao resultado do programa na medida da sua efetiva execução. Além disso, as operações no âmbito do PROCEL não afetam o resultado da Eletrobras.

(c) Adiantamentos de Clientes

Refere-se ao adiantamento de venda de energia elétrica para clientes, as receitas dessa operação são reconhecidas no resultado quando ocorrem na medida que as energias são entregues, cumprindo-se as obrigações de desempenho, nesta ocasião ocorrerão as baixas dos adiantamentos.

## NOTA 26 – EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures devidos pela Eletrobras e suas controladas é divulgada a valor presente, conforme a seguir:

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Banco Mundial	2,41%	139.563	-	2,41%	149.904	148.214
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	2,69%	21.481	212.861	2,69%	22.239	265.948
		161.044	212.861		172.143	414.162
<b>Moeda Nacional</b>						
RGR Devolução <sup>1</sup>	5,00%	250.802	752.406	5,00%	250.802	1.003.208
RGR Controladas <sup>1</sup>	5,00%	19.983	3.124	5,00%	83.275	602.157
RGR CCEE <sup>1</sup>	5,00%	9.105	-	5,00%	11.187	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	10,93%	329.989	11.169
Banco do Brasil	16,31%	17.914	-	10,93%	527.983	17.871
Petrobras	13,65%	2.557.907	1.730.519	9,15%	2.199.910	3.327.920
Vibra Energia S.A.	13,65%	24.317	16.592	9,15%	21.941	31.908
Cigás	-	393.920	156.147	-	393.920	193.249
		3.273.948	2.658.788		3.819.007	5.187.482

<sup>1</sup> A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados da data de liquidação da oferta pública de ações, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito da RGR, que posteriormente serão transferidos à ENBpar.

**CONTROLADORA**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante
<b>Bônus</b>						
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.616	2.594.669	3,63%	41.302	2.767.841
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.904	3.846.327	4,63%	79.043	4.103.680
		112.520	6.440.996		120.345	6.871.521
<b>Notas Comerciais</b>						
Eletrobras - Vencimento 20/06/2024	CDI + 1,35%	16.853	6.000.000	-	-	-
<b>Debêntures</b>						
Eletrobras - Vencimento 25/04/2022	-	-	-	DI + 0,70%	1.113.080	-
Eletrobras - Vencimento 25/04/2024	DI + 1,00%	40.090	2.200.000	DI + 1,00%	27.053	2.200.000
Eletrobras - Vencimento 25/04/2026	DI + 1,20%	18.487	1.000.000	DI + 1,20%	12.567	1.000.000
Eletrobras - Vencimento 15/05/2029	IPCA + 5,18%	5.576	866.533	IPCA + 5,18%	5.447	820.619
Eletrobras - Vencimento 15/04/2026	DI + 1,80%	37.365	1.200.000	DI + 1,80%	24.304	1.200.000
Eletrobras - Vencimento 15/04/2031	IPCA + 4,91%	16.818	1.690.763	IPCA + 4,91%	16.232	1.601.176
		118.336	6.957.296		1.198.683	6.821.795
		3.682.702	22.269.941		5.310.178	19.294.960

**CONSOLIDADO**

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa Média	Circulante	Não Circulante	Taxa Média	Circulante	Não Circulante
<b>Moeda Estrangeira</b>						
Banco Mundial	2,41%	139.563	-	2,41%	149.904	148.214
Banco Interamericano de Desenvolvimento	2,93%	40.214	315.109	1,22%	42.349	379.147
Kreditanstalt für Wiederaufbau - KfW	4,19%	61.760	431.645	4,77%	65.423	542.639
		241.537	746.754		257.676	1.070.000
<b>Moeda Nacional</b>						
RGR Devolução <sup>1</sup>	5,00%	250.802	752.406	5,00%	250.802	1.003.208
RGR Controladas <sup>1</sup>	5,00%	19.983	3.124	5,00%	83.275	602.157
RGR CCEE <sup>1</sup>	5,00%	9.105	-	5,00%	11.187	-
BNDES	8,58%	615.535	7.495.258	5,63%	458.015	4.668.486
Caixa Econômica Federal	14,12%	288.316	2.350.637	8,22%	806.317	3.072.622
Banco do Brasil	15,08%	515.116	4.002.284	6,92%	957.151	1.079.149
Bradesco	14,53%	337.405	416.666	5,27%	265.124	1.077.681
Petrobras	13,65%	2.557.907	1.730.519	9,15%	2.199.910	3.327.920
Vibra Energia S.A.	13,65%	24.317	16.592	9,15%	21.941	31.908
State Grid	10,00%	94.855	579.337	10,00%	91.196	647.597
Itaú	14,68%	69.580	1.317.360	9,15%	4.017	500.000
Banco do Nordeste do Brasil	8,12%	109.755	1.585.159	7,18%	66.187	987.810
BASA	12,22%	27.360	652.150	8,52%	12.425	344.624
BASA FNO	8,50%	50.302	431.510	-	-	-
Santander	14,10%	37.076	822.789	-	-	-
Cigás	-	393.920	156.147	-	393.920	193.249
Outras Instituições Financeiras	12,55%	501.234	1.359.801	6,51%	481.255	506.579
		5.902.568	23.671.739		6.102.722	18.042.990

<sup>1</sup> A Companhia manterá pelo prazo de até doze meses, contados da data de liquidação da oferta pública de ações, a continuidade da gestão dos contratos de comercialização no âmbito da RGR, que posteriormente serão transferidos à ENBpar.

CONSOLIDADO

	31/12/2022			31/12/2021		
	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante	Taxa a.a.	Circulante	Não Circulante
<b>Bônus</b>						
Vencimento 04/02/2025	3,63%	38.616	2.594.669	3,63%	41.302	2.767.841
Vencimento 04/02/2030	4,63%	73.904	3.846.327	4,63%	79.043	4.103.680
		112.520	6.440.996		120.345	6.871.521
<b>Notas Comerciais</b>						
Eletrobras - Vencimento 20/06/2024	CDI + 1,35%	16.853	6.000.000	-	-	-
<b>Debêntures</b>						
Eletrobras - 25/04/2022	-	-	-	DI + 0,70%	1.113.080	-
Eletrobras - 25/04/2024	DI + 1,00%	40.090	2.200.000	DI + 1,00%	27.053	2.200.000
Eletrobras - 15/04/2026	DI + 1,80%	37.365	1.200.000	DI + 1,80%	24.304	1.200.000
Eletrobras - 25/04/2026	DI + 1,20%	18.487	1.000.000	DI + 1,20%	12.567	1.000.000
Eletrobras - 15/05/2029	IPCA + 5,18%	5.576	866.533	IPCA + 5,18%	5.447	820.619
Eletrobras - 15/04/2031	IPCA + 4,91%	16.817	1.690.763	IPCA + 4,91%	16.232	1.601.176
Furnas - 15/11/2024	CDI 117,60% a.a	155.786	150.001	CDI 117,60% a.a	95.608	360.000
Furnas - 15/11/2029	IPCA + 4,08%	2.464	952.777	IPCA + 4,08%	2.340	897.225
Furnas - 01/07/2038	IPCA + 6,5%	145.793	5.067.260	-	-	-
Furnas - 15/04/2024	IPCA + 7,49% a.a	353.111	273.902	-	-	-
Chesf - 15/01/2029	IPCA + 7,03%	18.740	132.155	IPCA + 7,03%	14.474	141.445
CGT Eletrosul - 16/09/2024	DI + 1,78%	9.182	214.545	DI + 1,78%	5.245	214.465
CGT Eletrosul - 15/09/2028	IPCA + 6,80%	11.390	107.610	IPCA + 6,80%	11.098	110.316
CGT Eletrosul - 15/11/2028	IPCA + 3,75%	639	348.212	IPCA + 3,75%	597	327.752
CGT Eletrosul - 17/09/2029	IPCA + 5,35%	13.221	199.061	IPCA + 5,35%	2.118	187.271
Eletronorte - 04/08/2024	CDI + 2,75%	170.107	111.111	CDI + 2,75%	170.657	277.778
Eletronorte - 20/10/2024	CDI + 2,60%	252.523	208.333	CDI + 2,60%	253.190	458.334
		1.251.291	14.722.263		1.754.010	9.796.381
		<u>7.524.770</u>	<u>51.581.752</u>		<u>8.234.753</u>	<u>35.780.892</u>

### Captação de recursos – Furnas

Companhia realizou a captação de recursos no montante de até R\$ 2.500.000, por sua controlada Furnas, por meio de 3 operações junto às seguintes instituições:

- Banco Itaú, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,60% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos;
- Banco do Brasil, no valor de R\$ 500.000, taxa de juros de CDI + 1,65% a.a., realizada em maio de 2022 e prazo de pagamento em 2 anos; e
- Banco do Brasil, no valor de R\$ 1.500.000, taxa de juros de CDI + 2,0% a.a., realizada em junho de 2022 e prazo de pagamento em 7 anos, mediante eventual identificação de necessidade de seu desembolso pela Controlada.

Os recursos obtidos por meio dessas captações serão destinados ao cumprimento do programa de investimentos de 2022, ao pagamento de dívidas mais onerosas e para eventuais necessidades de caixa da Controlada.

### Quitação antecipada de Cédulas de Crédito Bancário (CCB)

Em maio de 2022, a Eletrobras realizou à quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário (CCB) emitidas pela Companhia em favor da Caixa Econômica Federal. A possibilidade de quitação antecipada do saldo devedor do empréstimo é prevista contratualmente no documento "Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças", não envolvendo necessidade de nova negociação contratual com o credor. A quitação antecipada das Cédulas de Crédito Bancário compreende o prêmio contratualmente previsto de 0,2% sobre o saldo devedor quitado, perfazendo um montante total de R\$ 204.078.

### Emissão Notas Comerciais

Em dezembro de 2022, a Companhia emitiu 6.000.000 notas comerciais escriturais no valor unitário de mil reais, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 6.000.000 na data de emissão. As notas comerciais terão prazo de vencimento de 18 meses e juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI + 1,35%.

## 26.1 - Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

A movimentação apresentada a seguir compreende os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	24.605.138	27.998.275	44.015.645	47.002.033
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(6.380.128)	-
Aquisição de controle MESA	-	-	19.979.111	-
Captação	6.000.000	2.700.000	8.500.000	4.828.697
Juros, encargos, Variações monetária e cambial incorridos	1.472.767	2.391.849	3.716.921	2.936.377
Juros Pagos	(1.503.945)	(1.327.451)	(3.306.894)	(2.545.458)
Amortização do Principal	(4.048.309)	(7.181.654)	(6.849.396)	(8.429.427)
Custos de transação apropriado	-	-	744	(13.825)
Transferência	-	-	3.527	213.129
Desreconhecimento RGR	(573.008)	24.119	(573.008)	24.119
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	25.952.643	24.605.138	59.106.522	44.015.645

Furnas realizou a aquisição do controle de MESA em julho de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o montante da consolidação de MESA é de R\$ 20.041.448.

A parcela dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu vencimento assim programado:

	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2042	Total
Controladora	3.682.702	10.244.254	3.001.340	2.472.278	310.320	6.241.749	25.952.643
Consolidado	7.524.770	13.863.268	4.803.839	4.783.522	2.467.857	25.663.266	59.106.522

## 26.2 - Garantias

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos de suas investidas controladas e não controladas. A exposição total em garantias é composta pelas garantias fornecidas para coligadas e empreendimentos controlados em conjunto no montante de R\$ 28.799.328 em 31 de dezembro de 2022, apresentadas no quadro abaixo:

EMPRESAS NÃO CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Belo Monte - Norte Energia	14.203.901	2042
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	3.310.366	2034
Eletrobras	Angra III (b)	3.255.476	2036
Eletrobras	Angra III (b)	2.907.853	2038
Eletrobras	Teles Pires	1.138.175	2036
Eletrobras	UHE Jirau - ESBR	909.306	2035
Eletrobras	Mata de Santa Genebra	738.527	2041
Eletrobras	UHE Sinop	576.744	2038
Eletrobras	Empresa de Energia São Manoel	545.002	2038
Eletrobras	Amazonas Energia (a)	377.367	2026
Eletrobras	Teles Pires	243.256	2032
Eletrobras	Angra I (b)	103.392	2027
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	101.659	2033
Furnas	Mata de Santa Genebra	94.201	2030
Chesf	UHE Sinop	75.335	2032
Eletronorte	UHE Sinop	75.335	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí II	72.087	2032
Eletrobras	Chapada do Piauí I	68.765	2032
Eletrobras	Caldas Novas Transmissão	2.581	2028
Garantias empresas não controladas		28.799.328	

- (a) Instrumento particular oriundo de processos judiciais cuja origem é anterior à privatização e desverticalização da Amazonas Energia, com vistas ao equacionamento de dívidas anteriores em que a Eletrobras é parte dada sua condição de garantidora.

(b) A Lei n.º 14.182, de 12 de julho de 2021, estabeleceu que a Eletrobras e as suas subsidiárias permanecem obrigadas a manter a garantia oferecida a terceiros, em contratos firmados anteriormente à desestatização. Em decorrência de tal previsão, ficam mantidas em sua integralidade as garantias oferecidas pela Eletrobras em operações da Eletronuclear, mesmo após a conclusão do processo de Capitalização e consequente alteração de Controle Direto da Eletronuclear. Tal situação se aplica aos contratos de dívida firmados pela Eletronuclear nos quais, no âmbito da estrutura de Garantias vigentes, a Eletrobras figura diretamente como Garantidora e/ou Obrigada à Prestação integral de Suporte de Acionista em caso Inadimplemento da Tomadora.

As garantias fornecidas para as investidas controladas são apresentadas de forma segregada por já constarem seus saldos registrados em financiamentos e empréstimos a pagar.

Em 31 de dezembro de 2022 o montante garantido para as controladas de R\$ 19.679.390 é apresentado no quadro abaixo:

EMPRESAS CONTROLADAS			
Garantidora	Empreendimento	Saldo Devedor Garantido em 31/12/2022	Término da Garantia
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	9.934.931	2040
Furnas	UHE Santo Antônio (c)	3.772.714	2038
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	972.260	2029
Eletrobras	Belo Monte Transmissora de Energia	674.190	2029
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	454.955	2024
Eletrobras	Emissão de Debêntures - Furnas	305.787	2024
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos	355.324	2031
CGT Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	315.084	2029
Eletrobras	UHE Simplício	279.937	2026
Eletrobras	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	261.208	2028
Eletrobras	Diversos - Furnas	211.286	2023
Eletrobras	UHE Santo Antônio (c)	348.907	2030
Eletrobras	Projetos Corporativos de Transmissão	231.712	2034
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	199.707	2029
Eletrobras	Linha Verde Transmissora	144.884	2033
Eletrobras	Eólicas Casa Nova II e III	143.012	2031
Eletrobras	UHE Mauá	137.534	2028
Eletrobras	Plano de Investimentos 2012 - 2014	132.489	2029
Eletrobras	Transmissora Sul Brasileira de Energia	119.001	2028
Eletrobras	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	111.801	2024
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	98.401	2032
Eletrobras	UHE São Domingos	93.826	2028
Eletrobras	Projetos Corporativos Chesf	64.411	2029
Eletrobras	UHE Passo de São João	59.822	2026
Eletrobras	UHE Batalha	58.982	2025
Eletrobras	Financiamento Corporativo	56.872	2023
Chesf	Transmissora Delmiro Gouveia	45.842	2031
Eletrobras	Projetos Corporativos CGT Eletrosul	27.957	2023
CGT Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	16.122	2029
Eletrobras	UHE Baguari	15.630	2026
Eletrobras	RS Energia	14.896	2027
CGT Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	12.101	2029
Eletrobras	RS Energia	7.805	2027
Garantias empresas controladas		19.679.390	

(c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2022 a UHE Santo Antônio passou a constar na base de empreendimentos com garantias consolidadas, em decorrência da elevação da participação acionária detida por Furnas na SPE MESA para 72,36%. Com isso, ocorreram as devidas formalizações dos instrumentos aditivos contratuais de equalização das garantias à nova participação acionária detida por Furnas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha o montante de R\$ 176.130 registrado em seu passivo não circulante referente às provisões para garantias.

## 26.3 – Obrigações assumidas - *Covenants*

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) em alguns de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Os principais *covenants* são referentes à: (i) dívida líquida sobre EBITDA, (ii) índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), (iii) garantias corporativas, (iv) requisitos para alteração de controle societário e (v) limitação à venda significativa de ativos. Ressalta-se que não houve identificação de evento de descumprimento de *covenants* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 referente às empresas controladas pela Companhia.

### Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação e atualizados subsequentemente pelos encargos contratuais (juros, atualizações monetárias e variações cambiais) e pelos pagamentos realizados.

Para fazer frente aos riscos de eventual execução das garantias fornecidas pela Eletrobras para financiamentos de empresas não controladas, a Companhia provisiona entre 1% e 5% do saldo devedor, considerando o grau de risco envolvido, que é calculado com base no histórico de execução de garantias e no capital circulante líquido da empresa detentora da dívida.

## NOTA 27 – ARRENDAMENTOS

O passivo de arrendamento refere-se principalmente a contratos de compra de energia firmados com os Produtores Independentes de Energia (PIE) que possuem a transferência de parcela significativa de riscos e benefícios ao final dos contratos, além destes, também estão inclusos imóveis, veículos e equipamentos.

A movimentação do passivo é demonstrada no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro 2021 e 2020	903.484	1.053.194
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	(9.539)	-
Aquisição de controle - MESA	2.223	-
Novos contratos/Remensurações	46.686	60.824
Juros incorridos	535.185	377.482
Pagamentos	(724.871)	(588.016)
Saldo final em 31 de dezembro 2022 e 2021	753.168	903.484
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	224.319	209.774
Não Circulante	528.849	693.710
	<u>753.168</u>	<u>903.484</u>

Os aluguéis fixos e variáveis, bem como aqueles relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor, foram os seguintes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	CONSOLIDADO	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamentos de curto prazo	2.886	3.667
Arrendamentos de baixo valor	18.674	23.827
Despesas variáveis de arrendamento	4.505	885

Os vencimentos dos passivos não circulantes estão demonstrados no quadro a seguir:

	CONSOLIDADO
2024	233.988
2025	127.317
2026	49.434
2027	34.701
2028	34.596
2029 a 2045	48.813
	<u>528.849</u>

A seguir é apresentado o quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme o período previsto para pagamento.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Contraprestação do arrendamento	724.871	588.016
PIS/COFINS potencial (9,25%)	67.051	54.391

O saldo de direito de uso está apresentado no Imobilizado, vide nota 21.

#### Prática contábil

A Companhia reconhece inicialmente os passivos de arrendamentos pelo valor presente do fluxo futuro de pagamentos dos arrendamentos, sem refletir a inflação projetada. Subsequentemente, os passivos de arrendamentos são atualizados pelos juros, correção monetária estabelecidas pelos contratos e pelos pagamentos de arrendamentos realizados.

A taxa de juros utilizadas para calcular o valor presente das obrigações com arrendamentos é formada pela taxa de juros do tesouro americano (taxa livre de risco) mais o spread de risco da Eletrobras menos percentual de desagravo decorrente das garantias envolvidas nos contratos de arrendamentos.

Os juros transcorridos são reconhecidos na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

As correções monetárias dos arrendamentos são reconhecidas no Direito de Uso, no grupo de Imobilizado, sem transitar, portanto, na demonstração de resultados.

## NOTA 28 – EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

### a) Compulsório não quitado

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica foi criado pela Lei nº 4.156/1962, com a finalidade de expansão e melhoria do setor elétrico brasileiro, tendo sido arrecadado somente a partir de 1964. Com o advento do Decreto nº 1.512/1976, a incidência do empréstimo compulsório passou, durante o período de 1977 a 1993, a recair somente sobre os grandes consumidores industriais de energia elétrica, assim, considerados aquelas industriais com consumo mensal superior a 2.000 Kwh. Nesta fase, o Empréstimo Compulsório era representado por créditos escriturais, e não mais por Obrigações.

A arrecadação ocorreu no período de 1977 a 1993 e a devolução dos créditos foi realizada por meio da entrega de ações preferenciais da Eletrobras, tendo sido realizadas 4 assembleias de conversão em ações dos créditos arrecadados. Porém, alguns contribuintes questionaram a constitucionalidade do Empréstimo Compulsório e depositaram judicialmente os valores do tributo.

A Eletrobras assume a obrigação de devolução do valor principal, registrada no passivo circulante, sendo remunerada à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de atualização monetária desde o levantamento do depósito judicial com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E.

b) Provisão para ações a entregar

Existe ainda um passivo da Controladora referente ao montante equivalente ao valor de ações preferenciais B, utilizadas como pagamento em processos judiciais que envolvem correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório convertidos através das quatro assembleias realizadas pela Eletrobras.

Considerando que os contribuintes precisam se cadastrar junto ao procedimento administrativo de Solicitações de Ações - SAC da Eletrobras, demonstrando sua legitimidade ao recebimento dessas ações, existem muitos contribuintes que ainda não tiveram as ações convertidas implantadas em seu nome, ficando as referidas ações registradas no patrimônio líquido da Eletrobras, assim como no Banco Custodiante, sob a rubrica de "ações com acionistas a identificar", não tratando de ações em tesouraria, mas sim ações objeto das conversões dos créditos de Empréstimo Compulsório, com o objetivo de quitação de tais créditos.

A partir de 2008, a Eletrobras utilizou-se do saldo de ações de acionistas ainda não identificados para o pagamento dos processos judiciais de diferenças de correção monetária dos créditos do Empréstimo Compulsório.

Contudo, à luz de novo parecer jurídico, consolidou-se entendimento de que a Eletrobras poderá quitar a obrigação de entregar ações preferenciais B, por meio de aumento de capital ou pela aquisição de idênticas ações no mercado, o que for mais vantajoso.

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.216.335	1.047.109
Ingresso de recursos	44.746	-
Provisão para Implantação de Ações	101.813	107.652
Encargos sobre dívida	9.360	30.791
Pagamento de juros	(11.518)	(1.328)
Atualização monetária	26.632	32.111
Baixas	(97.766)	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.289.602	1.216.335

### Prática contábil

A Eletrobras registra a obrigação com remuneração à taxa de 6% ao ano até a data da sua conversão em ações, acrescidos de correção monetária com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E, conforme o Decreto-lei nº 1.512/76. No caso da provisão para implantação de ações, o valor é corrigido pelo preço da ação.

## NOTA 29 – TRIBUTOS A RECOLHER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Passivo circulante</b>				
PIS/COFINS	334.229	133.085	538.341	372.631
IRRF/CSRF	16.314	112.372	489.883	265.956
ICMS	-	-	24.453	22.843
INSS/FGTS	7.719	5.452	150.734	82.170
PAES/REFIS	-	-	35.064	23.362
ISS	-	-	17.054	14.168
Outros	12.477	8.427	16.171	23.355
	<u>370.739</u>	<u>259.336</u>	<u>1.271.700</u>	<u>804.485</u>
<b>Passivo não circulante</b>				
PAES/REFIS	-	-	130.822	145.448
PIS/COFINS	-	-	477.118	13.936
IR/CS parcelamento	-	-	115.776	101.016
Outros	-	-	-	212
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>723.716</u>	<u>260.612</u>

## NOTA 30 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE	583.855	235.492
Quota RGR	223.120	196.584
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	122.029	80.617
Quota CDE	28.448	13.809
Quota PROINFA	23.753	7.438
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	15.405	8.973
	<u>996.610</u>	<u>542.913</u>
<b>Não circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - EE	464.330	649.303
Quota RGR	28	38
	<u>464.358</u>	<u>649.341</u>
	<u>1.460.968</u>	<u>1.192.254</u>

### 30.1 – Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em projetos de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

### 30.2 - Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias. As transmissoras licitadas a partir de 12 de setembro de 2012 e as transmissoras e geradoras que tiveram suas concessões prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, são desobrigadas do recolhimento deste encargo.

### 30.3 - Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos - CFURH

A compensação financeira pelo uso dos recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual de 6,75% que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos.

#### Prática contábil

A Companhia reconhece como obrigações a recolher os encargos setoriais calculados com base na receita bruta do período, de acordo com os percentuais estabelecidos pelas leis. Na demonstração de resultados, os encargos setoriais são apresentados na receita líquida, como redutores da receita bruta.

### NOTA 31 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Dividendos do exercício de 2022	863.402	-	875.008	-
Dividendos do exercício de 2021	-	1.340.958	-	1.366.726
Dividendos de exercícios anteriores	49.616	40.153	49.636	40.165
	<u>913.018</u>	<u>1.381.111</u>	<u>924.644</u>	<u>1.406.891</u>

O valor de dividendos aprovados pela 62ª AGO ocorrida em abril de 2022, foi atualizado com base na variação da taxa SELIC, *pro rata temporis*, desde 31 de dezembro de 2021 a setembro de 2022, quando ocorreu o pagamento de Dividendos constantes da Proposta de Administração, no valor total de R\$ 1.449.097, aos acionistas da Companhia, titulares de ações preferenciais de classes "A" e "B" e de ações ordinárias, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

#### Prática contábil

A Eletrobras possui Política de Distribuição de Dividendos que, alinhada ao Estatuto Social, assegura a seus acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamento de dividendos.

O valor dos dividendos, que representa o mínimo obrigatório estabelecido em Lei, é reconhecido no passivo e o valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório é reconhecido no patrimônio líquido, na conta de dividendos adicionais propostos, até a aprovação em Assembleia Geral.

As ações preferenciais das classes A e B possuem prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% e 6% ao ano, respectivamente, sobre o capital pertencentes a essas espécies e classes de ações, rateados igualmente entre elas.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

## NOTA 32 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2021	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2022
<b>Geração</b>				
Jirau	147.122	61.977	-	209.099
Funil	280.527	-	(280.527)	-
CoaracyNunes	11.032	-	(11.032)	-
	<u>438.681</u>	<u>61.977</u>	<u>(291.559)</u>	<u>209.099</u>
<b>Passivo Circulante</b>	10.517			-
<b>Passivo Não Circulante</b>	<u>428.164</u>			<u>209.099</u>
	<u>438.681</u>			<u>209.099</u>

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Reversão	Saldo em 31/12/2021
<b>Geração</b>				
Jirau	129.672	51.145	(33.695)	147.122
Funil	225.727	54.800	-	280.527
CoaracyNunes	99.502	-	(88.470)	11.032
	<u>454.901</u>	<u>105.945</u>	<u>(122.165)</u>	<u>438.681</u>

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou um saldo de R\$ 209.099 (R\$ 438.681 em 31 de dezembro de 2021) em contratos onerosos. A movimentação refere-se principalmente às reversões ocorridas sobre contratos das usinas de Funil e Coaracy Nunes nos montantes de R\$ 280.527 e R\$ 11.032, respectivamente, devido a assinatura dos novos contratos de concessão conforme nota 1.2.1.

### Prática contábil

No processo de teste de *impairment* dos ativos da Companhia, se verificado contratos de concessão cujos custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo contrato, a diferença é registrada no passivo, como provisão de contrato oneroso, e na demonstração de resultados, no grupo de provisões operacionais.

## NOTA 33 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

### 33.1 - Benefício pós emprego

A Eletrobras e suas controladas oferecem aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego. Esses benefícios são classificados como Benefícios Definidos – BD, Contribuição Definida – CD, Contribuição Variável – CV e Benefício Saldado.

Devido à estrutura descentralizada da Companhia, cada controlada patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados, conforme apresentado na tabela a seguir:

Empresa	Benefícios patrocinados pela Companhia				
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X		X
CGT Eletrosul	X		X		X
Chesf	X	X	X		
Eletronorte	X		X	X	X
Fumas	X		X		X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

- Risco de investimento: O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo;
- Risco de taxa de juros: Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano;
- Risco de longevidade: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano; e
- Risco de salário: O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial dos fundos de pensão para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados.

Obrigações de benefício pós-emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Planos de benefícios previdenciários	620.691	849.766	4.938.491	5.839.349
Planos de saúde e seguro de vida	59.708	35.689	255.180	245.457
Total das obrigações de benefício pós emprego	680.399	885.455	5.193.671	6.084.806
Circulante	-	-	246.437	233.304
Não circulante	680.399	885.455	4.947.234	5.851.502
Total	680.399	885.455	5.193.671	6.084.806

### 33.1.1 - Planos previdenciários

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balço Patrimonial - Planos Previdenciários	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas (a)	2.343.776	2.772.801	27.357.876	32.654.956
(-) Valor justo dos ativos do plano (b)	(1.723.085)	(1.923.035)	(23.780.227)	(27.983.826)
Valores Disponíveis Imediatos	233	78	1.942	1.189
Realizáveis	151.476	128.249	535.595	504.955
Investimentos em Renda Fixa	1.607.381	1.791.664	25.680.500	27.222.524
Investimentos em Renda Variável	570.375	774.396	5.066.214	6.366.796
Investimentos Imobiliários	174.362	195.015	741.066	872.022
Investimentos Estruturados	107.921	98.392	1.281.176	1.957.898
Empréstimos e Financiamentos	78.166	93.919	652.629	779.374
Investimentos no Exterior	79.262	93.890	304.996	429.010
Outros	79.035	-	43.676	32.038
(-) Ativos dos planos de contribuição definida	(969.278)	(1.094.692)	(9.422.527)	(9.107.431)
(-) Exigíveis Operacionais	(13.973)	(21.758)	(146.552)	(176.735)
(-) Exigíveis Contingenciais	(30.273)	(14.452)	(215.484)	(178.198)
(-) Fundos de Investimentos	(15.913)	(14.300)	(174.479)	(207.267)
(-) Fundos Administrativos	(70.271)	(78.293)	(454.391)	(399.858)
(-) Fundos Previdenciais	(25.418)	(29.072)	(114.134)	(112.491)
Teto do ativo	-	-	1.360.842	1.168.219
Passivo (Ativo) líquido	620.691	849.766	4.938.491	5.839.349

Demonstração do Resultado - Planos Previdenciários	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	45	(4.023)	42.245	72.507
Custos dos juros líquidos	59.352	45.950	436.183	381.672
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	59.397	41.927	478.428	454.179

(a) Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	2.772.801	3.191.662	32.654.956	37.523.363
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(4.024.043)	-
Custo de serviço corrente	45	(4.023)	42.245	72.507
Juros sobre a obrigação atuarial	251.569	168.191	2.622.700	2.438.460
Benefícios pagos durante o exercício	(263.423)	(262.294)	(2.537.463)	(2.554.573)
Contribuições Normais do Participante	466	1.882	(8.061)	33.707
Custo de Serviço Passado	(33.594)	(90.972)	(33.594)	(90.972)
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(384.088)	(231.645)	(1.358.863)	(4.767.536)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(145.042)	(605.276)	(1.897.918)	(8.481.160)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(239.046)	373.631	539.055	3.713.625
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	2.343.776	2.772.801	27.357.876	32.654.956

(b) Valor justo dos ativos do plano

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos em empreendimentos imobiliários, para aluguel e renda, são determinados pelo método comparativo direto de dados de mercado, com a adoção dos procedimentos matemáticos recomendados pelas NBR-14653-1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos previdenciários são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	1.923.035	2.062.421	27.983.826	31.394.339
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(3.664.089)	-
Benefícios pagos durante o exercício	(263.423)	(262.294)	(2.537.463)	(2.554.573)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	466	1.882	(8.061)	33.707
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	29.542	23.368	287.381	294.489
Ganho sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	(158.753)	(24.582)	(526.396)	(3.224.499)
Rendimento esperado dos ativos no ano	192.217	122.240	2.245.029	2.040.363
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	1.723.084	1.923.035	23.780.226	27.983.826
Rendimento efetivo dos ativos no ano	33.464	97.658	1.718.633	(1.184.136)

### 33.1.2 - Hipóteses atuariais e econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,42% a 6,17%	2,87% a 5,47%
Projeção de aumento médio dos salários	1,00% a 2,01%	1,00% a 2,01%
Taxa média de inflação anual	4,00%	4,00%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (i)	4,00%	3,27%

(i) representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

Hipóteses Demográficas		
	31/12/2022	31/12/2021
Taxa de rotatividade	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018	Nula; 0,00%; Experiência Nucleos 2018
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina	AT-2000 Segregada por sexo e suavizada em 10%; AT-2000 Feminina (Agravada em 15%); AT-2000 Segregada por sexo; AT-2000 Basic, segregada por sexo; AT-2000 Masculina
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina	RRB-1983; AT-49 Desagravada em 2 anos; AT-49 Basic Segregada por sexo; MI-2006 Segregada por sexo e suavizada em 10%; MI 85 por sexo; AT-83 (IAM) Masculina
Tábua de invalidez	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)	Light Fraca; Álvaro Vindas Suavizada em 50%; Álvaro Vindas; TASA 1927; TASA 1927 agravada em 20%; Light (Média)

A definição da taxa global de retorno dos ativos do plano considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos dos planos previdenciários em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 33.464 positivo (R\$ 97.658 positivo em 2021) na Controladora e R\$ 1.718.633 positivo (R\$ 1.184.136 negativo em 2021) no Consolidado.

### 33.1.3 - Planos de saúde e seguro de vida

Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício:

Balanco Patrimonial	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor presente das obrigações atuariais (a)	59.708	35.689	255.180	245.457
Passivo (Ativo) líquido	59.708	35.689	255.180	245.457

Demonstração do Resultado	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo do serviço corrente	118	247	757	5.214
Custos dos juros líquidos	3.443	183	20.741	14.467
Despesa/(receita) atuarial reconhecida no exercício	3.561	430	21.498	19.681

#### (a) Valor presente das obrigações atuariais

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, referentes aos planos de saúde e seguro de vida, são as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em inicial em 31 de dezembro de 2021 e 2020	35.689	2.756	245.457	225.471
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	-	(25.745)	-
Custo de serviço corrente	118	247	757	5.214
Juros sobre a obrigação atuarial	3.443	183	20.741	14.467
Benefícios pagos no ano	(179)	(96)	(10.349)	(22.085)
Desreconhecimento de benefício	-	-	-	(26.005)
Custo de Serviço Passado	-	41.378	-	52.662
Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	20.637	(8.779)	24.319	(4.267)
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	(1.045)	38.026	146.397
Perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(7.358)	(8.526)	(21.655)	(111.260)
Perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	27.994	792	7.948	(39.404)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022 e 2021	59.709	35.689	255.181	245.457

#### 33.1.4 - Resultados consolidados atuariais

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários, planos de saúde e seguros de vida reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes (ORA) no exercício:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2022	2021	2022	2021
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Planos de benefícios previdenciários, planos de saúde e seguro de vida	203.953	211.030	660.673	1.154.355

#### 33.1.5 - Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R\$ 2 (R\$ 2 em 2021) e R\$ 13.087 (R\$ 12.495 em 2021) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2022, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R\$ 27.709 (R\$ 23.365 em 2021) e R\$ 281.866 (R\$ 281.994 em 2021) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R\$ 28.819 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R\$ 2.295.411 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 67 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 64 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Programa Previdenciário	2023	2024	2025	2026	2027	2028 a 2046	Total
Controladora	235.537	216.814	199.126	182.463	148.450	1.361.384	2.343.776
Consolidado	2.431.839	2.266.482	2.106.224	1.949.875	1.855.354	16.748.104	27.357.876

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação dos planos de benefícios definidos são: taxa de desconto, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

#### Controladora

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 138.857 ou aumento de R\$ 159.232, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 1.079 ou teria uma redução de R\$ 995, respectivamente.

#### Consolidado

- Se a taxa de desconto da obrigação fosse 1% mais alta ou mais baixa, a obrigação de benefício definido teria redução de R\$ 1.757.686 ou aumento de R\$ 2.040.169, respectivamente; e
- Se a expectativa de crescimento salarial sobre as obrigações aumentasse ou diminuísse em 1%, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 63.133 ou teria um aumento de R\$ 56.874, respectivamente.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)	Cenário I (+1%)	Cenário II (-1%)
Obrigação de benefício definido	(138.857)	159.232	(1.757.686)	2.040.169
Expectativa de crescimento salarial	1.079	(995)	(63.133)	56.874

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorra em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

### 33.2 – Obrigações com pessoal

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Provisão de férias	60.403	60.896	359.243	360.525
Programa de demissão voluntária	25.008	-	1.018.275	155.046
Folha de pagamento	881	649	413.758	193.170
Encargos sobre férias	14.693	14.441	189.729	193.940
Participações nos Lucros/Resultados	15.508	28.409	227.605	526.105
Encargos sobre 13º salário	1.662	1.663	5.785	78.848
Contribuição previdenciária	46.231	46.277	54.087	52.849
Outros	1.951	1.233	49.964	42.464
	<u>166.337</u>	<u>153.568</u>	<u>2.318.554</u>	<u>1.602.947</u>
<b>Não circulante</b>				
Programa de demissão voluntária	-	-	4.697	63.024
	<u>166.337</u>	<u>153.568</u>	<u>2.323.251</u>	<u>1.665.971</u>

## Prática contábil

### Planos previdenciários

A Eletrobras e suas controladas patrocinam planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável.

- Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

A Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

- Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominados na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais são decorrentes substancialmente de ajustes, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, e são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no exercício de ocorrência de uma alteração do plano.

### Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou à sua invalidez enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

## Obrigações com pessoal

Os pagamentos de benefícios tais como salário ou férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios são reconhecidos mensalmente no resultado, respeitando o regime de competência.

### **NOTA 34 – PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

A Eletrobras e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas cível e trabalhista, que se encontram em vários estágios de julgamento. As principais ações se referem a:

- Processos cíveis – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) Valor do principal e correção dos juros remuneratórios e de mora sobre o Empréstimo Compulsório, (ii) processos decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos, (iii) ações cíveis ligadas à relação de consumo, relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes principalmente de irregularidades na medição de consumo e cobranças indevidas;
- Processos trabalhistas – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) ações movidas por empregados de quadro próprio de empresas prestadoras de serviço, (ii) ações vinculadas a questões ligadas às relações de trabalho e emprego;
- Processos tributários – Destacam-se as ações em que são discutidas: (i) compensações não homologadas de PIS e COFINS, (ii) cobrança de contribuição previdenciária indevida, (iii) autuações pela escrituração extemporânea de créditos de ICMS, exigências de estorno de crédito de ICMS sobre perdas de energia, aproveitamento de crédito de ICMS em razão dos subsídios CCC, além de execuções fiscais diversas e processos em que os consumidores buscam ressarcimento da taxa de iluminação pública paga, (iv) apuração e compensações de prejuízos fiscais relacionados ao IRPJ e à CSLL;
- Processos regulatórios – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas a caducidade de contratos de concessão; e
- Processos ambientais – Destacam-se as ações em que são discutidas questões relacionadas aos licenciamentos e danos ambientais de operações e projetos da Companhia.

#### 34.1 – Provisões para litígios

A Eletrobras e suas controladas constituem provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada nos seguintes valores:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>				
Cíveis	2.639.850	2.262.622	2.702.135	2.262.622
Trabalhistas	6.861	5.027	7.026	5.027
	<u>2.646.711</u>	<u>2.267.649</u>	<u>2.709.161</u>	<u>2.267.649</u>
<b>Não Circulante</b>				
Cíveis	21.818.356	23.479.694	26.945.065	27.747.381
Trabalhistas	265.692	186.581	2.069.861	2.233.654
Tributárias	-	-	586.489	569.640
Regulatórios	-	-	945.790	554.804
Ambientais	-	-	76.353	36.743
	<u>22.084.048</u>	<u>23.666.275</u>	<u>30.623.558</u>	<u>31.142.222</u>
	<u>24.730.759</u>	<u>25.933.924</u>	<u>33.332.719</u>	<u>33.409.871</u>

As provisões tiveram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.933.924	33.409.871
Efeitos da desconsolidação - Eletronuclear	-	(210.891)
Aquisição de Controle - MESA	-	122.779
Constituição de provisões	1.832.768	4.605.577
Reversão de provisões	(1.682.297)	(2.653.485)
Atualização Monetária	1.720.733	2.207.161
Depósitos judiciais	-	74.213
Pagamentos	(3.074.369)	(4.222.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>24.730.759</u>	<u>33.332.719</u>

Os litígios, acrescidos de juros e atualização monetária, cuja probabilidade de perda é considerada provável, são apresentadas a seguir:

#### 34.1.1 – Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis com a estimativa provável de perdas de R\$ 29.647.200 (R\$ 30.010.003 em 31 de dezembro de 2021). Destacam-se:

- **Empréstimo Compulsório**

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a Eletrobras, no qual o maior número de ações tem por objeto impugnar os critérios de atualização monetária dos créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, determinados pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Controladora, e a aplicação dos expurgos inflacionários decorrentes de planos econômicos implantados no Brasil. Em 31 de dezembro de 2022, a Eletrobras possuía 3.703 processos provisionados relativos a este tema específico de correção monetária de créditos escriturais (3.689 processos em 31 de dezembro de 2021). Para maiores informações, vide nota 28.

A Eletrobras, no âmbito desses processos, tem registrado provisões referentes à: (i) diferença de principal decorrente de critério de correção monetária, (ii) juros remuneratórios reflexos; e (iii) aplicação de juros moratórios (substancialmente a taxa SELIC, incidente sobre principal, correção dos juros pagos e juros remuneratórios).

	31/12/2022	31/12/2021
Principal	6.150.499	6.403.710
Correção dos juros pagos	39.902	47.316
Juros remuneratórios	4.040.093	4.748.235
Juros moratórios	13.081.861	13.116.760
Honorários advocatícios	1.028.103	747.994
Outras verbas	83.747	646.213
<b>Total</b>	<b>24.424.205</b>	<b>25.710.228</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecida uma provisão, líquida de reversão, no montante de R\$ 132.979, totalizando R\$ 24.424.205, referente aos processos do empréstimo compulsório.

- **Empréstimo compulsório – Acordos judiciais**

No âmbito da provisão relacionada ao empréstimo compulsório sobre energia elétrica (ECE), a Companhia vem adotando providências para mitigar os riscos envolvidos e possibilitar melhor planejamento de desembolsos de caixa para otimizar o aproveitamento tributário.

Nesse contexto, a Eletrobras criou o Comitê Executivo de Empréstimo Compulsório com objetivo de buscar acordos judiciais com deságios e quitação plena dos referidos processos. Em decorrência dessas negociações, a Eletrobras obteve no 4º trimestre de 2022, a redução dessa obrigação no valor de R\$ 1.300.130, sendo que R\$ 563.130 impactou positivamente o resultado a título de deságios obtidos em acordos que já foram assinados e R\$ 736.999 em decorrência de pagamentos efetuados, no âmbito de acordos que já tiveram as respectivas homologações judiciais, com o devido trânsito em julgado.

- **Nulidade parcial de aditivo - Fator K de correção analítica de preços (Chesf)**

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor histórico de aproximadamente R\$ 350.000, em dobro. As rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela empresa. O fator K refere-se a cobrança de um índice de reajuste de preços em face a necessidade de compensar os efeitos inflacionários causados pelos planos econômicos instituídos no final da década de 1980. Os efeitos dos reajustes dos preços trouxeram prejuízos para a empresa, ensejando superfaturamento dos valores, além de inexistir previsão no edital da contratação do Consórcio. Não há previsão de tempo para o desfecho completo desta lide.

A Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de R\$ 2.067.368 (R\$ 1.749.709, em 2021).

- **Energia Potiguar Geradora Eólica S.A. (Chesf)**

Em outubro de 2022 foi publicado acordo referente ao julgamento dos embargos de declaração opostos pela Chesf no âmbito do processo movido pela Energia Potiguar contra a Chesf no qual foi mantida a decisão que anulou o julgamento anterior que havia sido favorável à Chesf e, na mesma sessão, julgou novamente os recursos de apelação interpostos pelas partes contrárias confirmando a sentença que condenou a Chesf ao pagamento de indenização por força dos prejuízos ocasionados pelo suposto atraso na entrega da linha de transmissão 230 kV Extremoz II – João Câmara II, integrante do Contrato de Concessão nº 019/2010. Considerando a última posição da ação judicial, o processo foi classificado como de risco de perda provável, pelo valor estimado de R\$ 611.987.

### 34.1.2 – Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações tributárias de R\$ 586.489 (R\$ 569.640 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta, a estimativa provável de perda destes processos.

### 34.1.3 – Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais trabalhistas de R\$ 2.076.887 (R\$ 2.238.681 em 31 de dezembro de 2021), sendo esta, a estimativa provável de perda destes processos.

## 34.2 – Passivos contingentes

Adicionalmente, a Eletrobras e suas controladas possuem processos avaliados com perda possível nos seguintes montantes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	8.726.253	28.137.284	27.507.399	44.358.547
Trabalhistas	928.911	1.409.079	2.284.664	3.473.210
Tributárias	-	462	10.400.731	8.755.786
Ambientais	-	-	1.811.883	787.918
Regulatórios	-	-	1.602.258	1.367.227
	<u>9.655.164</u>	<u>29.546.825</u>	<u>43.606.935</u>	<u>58.742.688</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a redução dos saldos dos processos de natureza cível ocorreu, substancialmente, em função da evolução dos processos citados abaixo:

- **Caso Decoradora Roma**

Em maio de 2022, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou os Embargos de Declaração com efeitos infringentes, interpostos pela Eletrobras, nos Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial (EAREsp) 790.288, conhecido por "Caso Roma", endossando a tese já contida no *leading case* que pacificou os temas relativos à devolução do Empréstimo Compulsório sobre a Energia Elétrica (ECE) – RESP 1.003.955/RS, no sentido de que o termo final dos juros remuneratórios incidentes sobre os créditos do ECE devem fluir tão somente até as assembleias de conversão destes créditos em ações preferenciais da Companhia. Esta decisão consagrou a vedação de cumulação dos juros remuneratórios com os juros moratórios.

Neste contexto, à luz do repositório favorável de decisões aderentes ao "Caso Roma", houve a reclassificação do risco no contingenciamento de possível para remoto referente à estas teses jurídicas no montante R\$ 14.396.540.

- **Demais processos – Empréstimo compulsório**

Redução de processo relacionado ao empréstimo compulsório no montante aproximado de R\$ 4.460.000 no qual houve a classificação de risco alterada para remota, em virtude de etapa processual que consolidou decisão desfavorável ao pleito autoral.

### 34.2.1 – Principais Processos - Cíveis

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais cíveis de R\$ 27.507.399 (R\$ 44.358.547 em 31 de dezembro de 2021), sendo possível sua probabilidade de perda, onde não é realizada provisão. Destacam-se:

- [Nulidade do acordo sindical \(Chesf\)](#)

Ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF onde, em síntese, persegue a obtenção de decreto judicial que declare a inexistência do Aditivo ao Acordo de 1986, celebrado no ano de 1991, firmado entre a Chesf e os representantes do Polo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. O valor atribuído à causa foi de R\$1.000.000. Foi proferida sentença que declarou a nulidade do acordo de 1991, entre a Chesf e o Polo Sindical, que alterou a forma de cálculo da Verba de Manutenção Temporária – VMT) para o equivalente a 2,5 salários mínimos; bem como para determinou o pagamento das diferenças apuradas, desde 1991, entre a verba efetivamente paga e o valor de 2,5 salários mínimos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros moratórios para cada família que recebeu ou ainda recebe a VMT, pelo respectivo período que tenha recebido e que pertençam à competência territorial desta Subseção Judiciária, ressalvados os casos dos reassentados que celebraram os termos de acordos extrajudiciais e a escritura pública de doação com a requerida, renunciando aos benefícios da VMT, assim como afastou o direito dos interessados à percepção das parcelas atingidas pela prescrição quinquenal, a contar do ajuizamento da ação. Contra a sentença foram opostas apelações pela Chesf e pelo MPF, recursos esses que aguardam julgamento, sendo distribuídos por dependência em novembro de 2016 ao relator Desembargador Federal.

Em dezembro de 2016 encontrava-se concluso para relatório e voto. Em 21 de fevereiro de 2020, o processo foi migrado para o sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje). Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante atualizado de R\$ 4.159.029 (R\$ 3.732.691, em 31 de dezembro de 2021).

- [Ação Civil Pública – Ministério Público Federal da Bahia \(Chesf\)](#)

Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal da Bahia, cujo objeto consiste no reconhecimento da existência de ocupantes da área inundada que não foram reassentados em projetos de irrigação, fazendo jus a todo o previsto no Acordo de 1986 entre a Chesf e as comunidades envolvidas na construção da Barragem de Itaparica. O processo tramita perante a Vara Federal em Paulo Afonso - BA, estando atualmente em fase recursal no TRF 1ª Região (TRF1). Houve liminar deferida em favor do Ministério Público, que foi cassada pelo TRF1. A sentença foi favorável à tese de decadência e existe precedente no STJ contrário à pretensão do MPF. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como “possível”, e tem como valor pedido atualizado o montante de R\$ 3.772.158 (R\$ 3.361.748, em 31 de dezembro de 2021).

- [Cobrança de supostos prejuízos aos consumidores finais \(Chesf\)](#)

Trata-se de ação civil pública manejada pela ANEEL com o intuito de cobrar da Chesf supostos prejuízos que os consumidores finais de energia elétrica teriam tido com os atrasos das obras referentes às chamadas Instalações de Geração Compartilhada – ICGs. Esse prejuízo remontaria a R\$ 1.471. A Chesf recebeu a citação, tendo apresentado contestação ao feito em dezembro de 2015. Apresentada réplica pela ANEEL, o juiz indeferiu produção de provas requeridas pela Chesf. O MM. Juízo determinou a intimação do MPF para manifestação a qual foi realizada. A Chesf peticionou para suspensão do processo, face estratégia de levar o caso à Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia Geral da União - CCAF/AGU. Em dezembro de 2017 o pedido de suspensão foi deferido, pelo prazo de 6 meses. Foi protocolado requerimento para a CCAF/AGU em março de 2018. Houve audiência de conciliação, na qual as partes não demonstraram interesse em conciliar. O processo encontrava-se concluso para sentença desde dezembro de 2018. Em setembro de 2019, foi proferida sentença por meio da qual a demanda foi julgada parcialmente procedente para condenar a Chesf ao ressarcimento dos valores pagos pela CCEE. O Juízo sentenciante consignou que teria havido culpa da União pelo atraso, de modo que a referida responsabilidade da Chesf estaria limitada ao percentual de sua culpa pelos atrasos, o que seria aferido por perícia em fase de liquidação de sentença. Em novembro de 2019, foi interposta apelação pela ANEEL. No mesmo mês, foi determinada a migração do processo para o PJe, não tendo sido ainda iniciada a contagem de prazo para recurso da Chesf, em virtude da ausência de publicação da sentença.

Em 26 de março de 2020 as partes foram intimadas a se manifestar sobre a conformidade dos autos digitais com os autos físicos e o cumprimento de eventual ato já praticado nos autos físicos. Em 08 de maio de 2020 a Chesf interpôs embargos de declaração. Em 31 de dezembro de 2020, a ANEEL apresentou impugnação aos embargos de declaração opostos pela Chesf.

Em outubro de 2021 o Ministério Público Federal pugna pelo acolhimento da preliminar de julgamento extra petita. No mérito, a manifestação é pelo não provimento dos recursos. Não há condições de se avaliar, no presente momento, qual seria o desfecho da causa, vez que essa é a primeira ação no País a tratar do tema (não existe histórico no Brasil de ingresso de ações coletivas com conteúdo semelhante).

Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Chesf classificou o risco de perda desta ação como possível, no montante estimado de R\$ 2.252.254 (R\$ 1.470.885, em 31 de dezembro de 2021).

- **Pedido de recuperação judicial (Chesf)**

Pedido de recuperação judicial, apresentada como defesa contra pedido de falência em razão da requerente (WIND POWER ENERGIA S/A) ser parte de grupo líder de mercado, e com investimentos e contratos que possibilitam a referida recuperação. A lide tramita na 1ª Vara Cível da Comarca do Cabo de Santo Agostinho-PE, estando em fase decisória. Principais andamentos do processo: Apresentação de Plano de recuperação; apresentação de aditivo ao plano de recuperação; novo aditivo ao Plano de recuperação; realização de assembleia geral de credores com análise da última versão do plano de recuperação. Com base na avaliação de seus procuradores jurídicos, a Diretoria classificou o risco de perda desta ação como "possível", e tem como valor pedido atualizado o montante R\$ 1.004.479 (R\$ 889.819, em 2021).

#### 34.2.2 - Principais Processos - Tributárias

Em 31 de dezembro de 2022 a Eletrobras e suas controladas possuem ações judiciais tributárias com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 10.400.731 (R\$ 8.755.786 em 31 de dezembro de 2021). Destacam-se:

- **Auto de Infração - PIS e COFINS (Furnas)**

Trata-se de processo administrativo, pleiteado pela Fazenda Nacional contra a Furnas, referente ao auto de infração lavrado em função de suposta insuficiência de recolhimento para o PIS/COFINS tendo em vista que Furnas excluiu da apuração as seguintes receitas: Exclusão da RGR da base de cálculo; Receitas de transmissão Itaipu (exclusão da base de cálculo); Inclusão como receita financeira, no mês de dezembro de 2007, da receita proveniente do passivo atuarial mantido junto à FRG. Ademais, a autuação compreende valores que deixaram de ser recolhidos a título de PIS e COFINS em razão da empresa ter procedido à compensação sem apresentação do documento hábil, o PER/DCOMP. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) julgou improcedente o Recurso Voluntário de Furnas, restando apenas a matéria relativa à exclusão da RGR que permanece em análise no CARF no processo originário. As demais matérias foram definitivamente julgadas em sede administrativa. Furnas apresentou garantia para possibilitar a emissão de Certidão e levar a discussão para a esfera judicial. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.645.510 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.551.613 em 31 de dezembro de 2021).

- **Auto de Infração - apuração do IRPJ e CSLL (Furnas)**

Trata-se de processo judicial, impetrado por Furnas contra a Fazenda Nacional, que visa discutir a cobrança decorrente do auto de Infração lavrado em função de supostas irregularidades na apuração do IRPJ e CSLL, no qual foi excluída do Lucro Real a reversão do passivo atuarial da FRG. Por se tratar de superávit atuarial, o valor foi excluído da base de cálculo e foi oferecido à tributação à medida de sua realização. Após a decisão administrativa desfavorável, Furnas impetrou ação para ter seu direito reconhecido judicialmente, sendo que, em 31 de dezembro de 2022, não havia sido prolatada sentença no processo. A União Federal ajuizou Execução Fiscal para cobrar o débito, mas o juiz suspendeu o seu andamento até que a questão seja definitivamente analisada na ação Anulatória proposta por Furnas. O valor total classificado com prognóstico de perda possível é R\$ 1.876.516 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.774.328 em 31 de dezembro de 2021).

### 34.3 Demais assuntos tributários

- **ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)**

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre o tratamento do imposto de renda sobre o lucro. A Interpretação requer que a Eletrobras: (1) determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo; e (2) avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização pela Companhia. Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda. Em caso negativo, a Companhia deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

Com base nos requerimentos da norma ICPC 22/IFRIC 23, a Eletrobras avaliou as operações das suas controladas que envolveram reestruturações societárias e aquisição do controle de participações em outras empresas, e concluiu que sua posição fiscal e contábil está em conformidade com o tratamento fiscal utilizado.

- **Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) - Matéria tributária transitada em julgado**

Em fevereiro de 2023, o STF, em decisão por unanimidade, considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir.

A Companhia não identificou processos judiciais relevantes relacionados com os seus tributos recolhidos de forma continuada, portanto a Eletrobras e suas controladas não foram, neste momento, impactadas pela decisão do STF.

### Prática contábil

Os riscos de desembolso futuros com litígios trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas no balanço patrimonial, na rubrica Provisões para Litígios, quando há obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimarem os valores de forma confiável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos. Os valores são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos referidos processos judiciais.

Os riscos de desembolso futuros com litígios (contingentes), cuja liquidação seja possível, são apenas divulgados em notas explicativas, sem compor o passivo da Companhia.

A avaliação de riscos é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

### NOTA 35 – OBRIGAÇÕES DA LEI Nº 14.182/2021

A Lei nº 14.182/2021 determinou as condições para a obtenção das novas outorgas de concessão de geração de energia elétrica estabelecendo às controladas Furnas, Eletronorte e Chesf obrigações de: (i) pagamento à CDE e (ii) implementação de programas de revitalização das bacias hidrográficas e projetos na Amazônia Legal.

	CONSOLIDADO		
	Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	Revitalização das Bacias Hidrográficas	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2021	-	-	-
Adição	33.735.216	6.693.921	40.429.137
Atualização monetária	197.580	23.017	220.597
Encargos	1.097.038	187.023	1.284.061
Juros pagos	(22.731)	-	(22.731)
Amortização do principal	(5.251.610)	-	(5.251.610)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	29.755.493	6.903.961	36.659.454
Circulante	597.722	874.940	1.472.662
Não circulante	29.157.771	6.029.021	35.186.792

As parcelas das obrigações com CDE e Revitalização das Bacias Hidrográficas têm seus vencimentos a valor presente, com taxa 7,60% e 5,67%, respectivamente, assim programados:

	CONSOLIDADO		
	Conta de Desenvolvimento Energético <sup>1</sup>	Revitalização das Bacias Hidrográficas <sup>2</sup>	Total
2023	597.722	874.940	1.472.662
2024	1.103.180	826.989	1.930.169
2025	1.537.907	782.611	2.320.518
2026	1.905.729	740.615	2.646.344
2027	2.213.929	700.873	2.914.802
Após 2027	22.397.026	2.977.933	25.374.959
	29.755.493	6.903.961	36.659.454

<sup>1</sup> Final em 2047; e

<sup>2</sup> Final em 2032.

Na nota 43.3.4, é demonstrado o fluxo de pagamentos (valores futuros) das obrigações da Lei 14.182/2021, determinados pela Resolução CNPE 015/2021, corrigidos monetariamente pelo IPCA.

#### Prática contábil

As obrigações da Lei nº 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras) foram reconhecidas inicialmente a partir dos valores apresentados na Resolução CNPE 015/2021, alterada Pela Resolução CNPE 030/2021. Subsequentemente, essas obrigações são atualizadas pelos juros transcorridos, pela atualização monetária (IPCA) e pelos pagamentos realizados.

A taxas de juros das obrigações não foram apresentadas diretamente na Resolução CNPE 015/2021, em razão disso, foram calculadas, de forma implícita, a partir do valor presente das obrigações, do fluxo futuro de pagamentos e do prazo de pagamento.

Os juros e as atualizações monetárias transcorridas são registrados na demonstração de resultados, no grupo de resultado financeiro.

## NOTA 36 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra e venda de energia elétrica são:

Compromissos	CONSOLIDADO					
	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028
Venda de energia	5.972.453	4.094.315	3.337.890	2.602.970	2.501.614	21.260.901
Compra de energia	3.271.929	2.562.197	2.110.021	2.088.130	1.467.916	8.889.123
Relacionados a controladas em conjunto	487.683	664.424	215.566	580.915	556.681	3.695.483
Aquisições de imobilizados	1.119.618	151.185	149.480	212.264	733.564	546.334
Fornecedores de combustíveis	541.217	240.096	240.096	16.628	33.296	-
Construção	305.456	70.451	-	-	-	-
Socioambientais	42.286	28.175	23.531	21.380	20.654	30.504

### Prática contábil

A Companhia reconhece, os compromissos para aquisição de imobilizado e os compromissos relacionados com seus empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) separadamente do valor de outros compromissos, de acordo com os requerimentos das normas contábeis CPC 27/IAS 16 – Ativo imobilizado e CPC 45/IFRS 12 - Divulgação de Participações em outras Entidades. Além disso, também são reconhecidos os compromissos de compra e venda de energia, compromissos socioambientais, e compras com fornecedores de combustíveis.

## NOTA 37 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 37.1. Capital Autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, por meio de emissão de ações ordinárias.

### 37.2. Capital Social

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 69.705.554 (R\$ 39.057.271 em 31 de dezembro de 2021) e suas ações não têm valor nominal, os detalhes sobre a oferta pública de emissão de ações estão descritos na nota 1.2.

O capital social está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, conforme a seguir:

ACIONISTA	31/12/2022											
	ORDINÁRIAS				PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL			
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	Golden Share	%	QUANTIDADE	%	VALOR	%
União	667.888.884	33,05	-	-	493	0,00	1	100,00	667.889.378	29,02	20.765.980	29,74
BNDES	74.545.264	3,69	-	-	18.262.671	6,52	-	-	92.807.935	4,03	2.772.392	3,97
BNDESPAR	71.956.435	3,56	-	-	18.691.102	6,68	-	-	90.647.537	3,94	2.702.566	3,87
BlackRock	98.319.628	4,86	-	-	13.027.180	4,65	-	-	111.346.808	4,84	3.381.250	4,84
GIC Private	92.090.802	4,56	-	-	7.643.805	2,73	-	-	99.734.607	4,33	3.053.569	4,37
American Depositary Receipts – ADR's	50.903.042	2,52	-	-	4.846.843	1,73	-	-	55.749.885	2,42	1.703.333	2,44
Fundos 3G Radar	963.132	0,05	-	-	30.451.076	10,88	-	-	31.414.208	1,37	788.001	1,13
Outros	964.472.277	47,71	146.920	100,00	187.018.223	66,81	-	-	1.151.637.420	50,05	34.646.649	49,64
Gastos com emissão de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.186)	-
	2.021.139.464	100,00	146.920	100,00	279.941.393	100,00	1	100,00	2.301.227.778	100,00	69.705.554	100,00

A ação preferencial de classe especial, conhecida como *Golden Share*, é de titularidade obrigatória do governo brasileiro que dá à União o poder de veto nas deliberações sociais que visem à modificação do Estatuto Social com a finalidade de remoção ou modificação da limitação ao exercício do direito de voto e de celebração de acordo de acionistas.

31/12/2021

ACIONISTA	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL			
	QUANTIDADE	%	Série A	%	Série B	%	QUANTIDADE	%	Valor	%
União	667.888.884	51,82	-	-	494	0,00	667.889.378	42,56	16.626.568	42,57
BNDESPAR	141.757.951	11,00	-	-	18.691.102	6,68	160.449.053	10,23	3.994.250	10,23
BNDES	74.545.264	5,78	-	-	18.262.671	6,52	92.807.935	5,92	2.310.379	5,92
FIA Dinâmica e Banclass	65.536.875	5,09	-	-	-	-	65.536.875	4,18	1.631.488	4,18
Fundos 3G Radar	-	-	-	-	30.890.676	11,03	30.890.676	1,97	768.999	1,97
American Depository Receipts – ADR's	52.065.112	4,04	-	-	5.340.887	1,91	57.405.999	3,66	1.429.076	3,65
Outros	287.048.510	22,27	146.920	100,00	206.755.564	73,86	493.950.994	31,48	12.296.512	31,48
	1.288.842.596	100,00	146.920	100,00	279.941.394	100,00	1.568.930.910	100,00	39.057.271	100,00

### 37.3. Reserva de Capital

Essa reserva representa o excedente de capital acumulado da empresa. Os montantes destinados a esse objetivo são permanentemente investidos e não podem ser usados para pagar dividendos.

### 37.4. Reservas de lucros

#### 37.4.1 - Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com a Lei 6.404/1976.

#### 37.4.2 - Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a Lei 6.404/1976, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

#### 37.4.3 - Reservas Estatutárias

A Assembleia Geral destinará, além da reserva legal, calculados sobre os lucros líquidos do exercício:

I - até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício será destinado à reserva para investimentos, com a finalidade de assegurar a manutenção e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia.

### 37.5 Remuneração aos acionistas

O estatuto da Eletrobras estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

A seguir a distribuição dos resultados, imputados aos dividendos mínimos, nos termos da legislação aplicável, bem como o valor total da remuneração proposta aos acionistas, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária:

Destinação do Exercício	31/12/2022	31/12/2021
Saldo para destinação do exercício	3.635.377	5.646.141
Reserva Legal	(181.769)	(282.307)
Realização de reserva de reavaliação	-	2.351
Ajustes reflexos da cisão da CEEE GT	-	(33.534)
Dividendos Obrigatórios	(863.402)	(1.340.958)
Subtotal a distribuir	2.590.206	3.991.693
Constituição de reservas estatutárias e retenção de lucros	(2.590.206)	(3.991.693)
Saldo a Distribuir do exercício	-	-

Em setembro de 2022, em cumprimento ao deliberado na 62ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), a Eletrobras realizou o pagamento dos dividendos relativos ao exercício de 2021, no valor atualizado de R\$ 1.449.097, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações ordinárias e preferenciais classes "A" e "B" (ON, PNA e PNB, respectivamente).

### Prática contábil

Representa as ações ordinárias e as ações preferenciais integralizadas e é classificado no patrimônio líquido.

## NOTA 38 – RESULTADO POR AÇÃO

### (a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão entre o lucro atribuível aos acionistas da Eletrobras e sua média ponderada da quantidade de ações emitidas, excluindo aquelas compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. As ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de dividendos e/ou juros sobre capital próprio (JCP) quanto às ações ordinárias.

31/12/2022				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.239.391	215	408.987	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	834.329	80	152.376	986.785
Lucro do Exercício	<u>3.073.720</u>	<u>295</u>	<u>561.363</u>	<u>3.635.377</u>
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.686.088	147	279.941	
% de ações em relação ao total	85,75%	0,01%	14,24%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	1,33	1,46	1,46	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	0,50	0,54	0,54	
Resultado por ação básico (R\$)	<u>1,83</u>	<u>2,00</u>	<u>2,00</u>	
31/12/2021				
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	4.625.405	580	1.105.121	5.731.106
Prejuízo atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	(68.573)	(9)	(16.383)	(84.965)
Lucro do Exercício	<u>4.556.832</u>	<u>571</u>	<u>1.088.738</u>	<u>5.646.141</u>
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações	1.288.843	147	279.941	
% de ações em relação ao total	82,15%	0,01%	17,84%	
Resultado por ação básico da operação continuada (R\$)	3,59	3,95	3,95	
Resultado por ação básico da operação descontinuada (R\$)	(0,05)	(0,06)	(0,06)	
Resultado por ação básico (R\$)	<u>3,54</u>	<u>3,89</u>	<u>3,89</u>	

### (b) Diluído

Em 31 de dezembro de 2022, com base no saldo passivo referente ao empréstimo compulsório, foi simulada a diluição com incremento de 26.855.558 ações preferenciais B no lucro por ação, conforme apresentado abaixo.

31/12/2022					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	2.206.702	212	38.663	403.016	2.648.592
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	822.150	79	14.404	150.152	986.785
Lucro do Exercício	3.028.852	291	53.067	553.168	3.635.377
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.686.088	147	26.856	279.941	
% de ações em relação ao total	84,60%	0,01%	1,35%	14,05%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	1,31	1,44	1,44	1,44	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	0,49	0,54	0,54	0,54	
Resultado por ação diluído (R\$)	1,80	1,98	1,98	1,98	

  

31/12/2021					
Numerador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	Total
Lucro atribuível a cada classe de ações - Operação Continuada	4.546.887	570	97.288	1.086.361	5.731.106
Prejuízo atribuível a cada classe de ações - Operação Descontinuada	(67.408)	(8)	(1.443)	(16.106)	(84.965)
Lucro do Exercício	4.479.479	562	95.845	1.070.255	5.646.141
Denominador	Ordinárias	Preferencial A	Preferenciais B Convertidas	Preferencial B	
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.288.843	147	25.070	279.941	
% de ações em relação ao total	80,86%	0,01%	1,57%	17,56%	
Resultado por ação diluído da operação continuada (R\$)	3,53	3,88	3,88	3,88	
Resultado por ação diluído da operação descontinuada (R\$)	(0,05)	(0,05)	(0,06)	(0,06)	
Resultado por ação diluído (R\$)	3,48	3,82	3,82	3,82	

## Prática contábil

Para a obtenção do resultado básico por ação, a Eletrobras divide o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias da Eletrobras pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período. No caso de balanço consolidado, o lucro ou prejuízo atribuível à Companhia se refere à parcela da Controladora. Desta forma, são excluídas as participações dos não controladores.

Já para a obtenção do resultado diluído por ação, a Eletrobras presume o exercício de opções, bônus de subscrição e outros potenciais efeitos diluidores. Sendo seu único efeito diluidor, a conversão do empréstimo compulsório. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos são considerados como recebidos da emissão de ações ao preço médio de mercado das ações durante o exercício.

De acordo com a política de dividendos, as ações preferenciais possuem direito assegurado (por ação) de superioridade de pelo menos 10% na distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre Capital Próprio quanto às ações ordinárias.

## NOTA 39 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Geração</b>				
Suprimento (a)	-	-	14.104.623	11.836.975
Fornecimento	-	-	3.925.510	3.334.527
CCEE (b)	17.708	1.426.062	1.159.158	3.090.100
Receita de operação e manutenção	-	-	4.676.630	4.220.474
Receita de construção	-	-	7.324	82.205
Repasse Itaipu	287.610	65.831	287.610	65.831
	305.318	1.491.893	24.160.855	22.630.112
<b>Transmissão</b>				
Receita de operação e manutenção	-	-	6.379.321	5.967.866
Receita de construção	-	-	1.494.307	1.535.840
Receita financeira contratual (c)	-	-	7.901.256	9.946.627
	-	-	15.774.884	17.450.333
<b>Outras receitas</b>	219.770	145.773	1.101.817	925.455
	525.088	1.637.666	41.037.556	41.005.900
<b>(-) Deduções à Receita Operacional</b>				
(-) ICMS	-	-	(1.103.091)	(1.124.432)
(-) PIS e COFINS	(147.367)	(271.841)	(3.527.175)	(3.325.144)
(-) Encargos setoriais	-	-	(2.322.369)	(1.919.554)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(10.688)	(9.936)
	(147.367)	(271.841)	(6.963.323)	(6.379.066)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>377.721</b>	<b>1.365.825</b>	<b>34.074.233</b>	<b>34.626.834</b>

(a) O Aumento na receita de Suprimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve, principalmente, à consolidação de MESA pela controlada Furnas, que adicionou o montante de R\$ 2.442.856 na conta de Suprimento;

(b) A redução na receita de CCEE no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve às melhores condições hidrológicas do país, que reduziu expressivamente a necessidade de importar energia elétrica oriunda do Uruguai; e

(c) A redução da receita financeira contratual no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, se deve, principalmente, à redução do indexador Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no exercício.

### Prática contábil

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

### Geração

As receitas de suprimento e fornecimento de energia elétrica são reconhecidas no momento que a Companhia entrega a energia elétrica para o comprador pelos preços estabelecidos nos contratos.

As receitas das transações no mercado de curto prazo, apresentadas na linha CCEE, são valoradas pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

As receitas originadas das concessões de geração prorrogadas à luz da Lei nº 12.783/2013 (Usinas Cotistas) estão apresentadas na linha Receita de operação e manutenção, sendo reconhecidas pelo preço da tarifa calculada pela ANEEL. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção das usinas, acrescidos da taxa adicional de receita de 10%. A partir de 2023, em razão das determinações da Lei 14.182/2021 (desestatização da Eletrobras), o regime de exploração dessas usinas será alterado de cotas de garantia física para produção independente de energia (PIE), em 20 % ano, atingindo a alteração completa em 05 anos. Maiores detalhes nas notas 1.2.1 e 22.

## Transmissão

As contraprestações estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica remuneram a transmissora para duas obrigações de desempenho: (i) construir; e (ii) manter e operar a infraestrutura. À medida que são cumpridas, a Companhia registra as receitas de acordo com a natureza da obrigação concluída.

A obrigação de construir o empreendimento de transmissão é satisfeita ao longo da fase de construção, sendo as receitas de construção registradas de acordo com a evolução dos empreendimentos.

Além das receitas de construção e de operação e manutenção, a Companhia reconhece a receita financeira contratual, que se refere a atualização financeira dos direitos originados pela construção do empreendimento, que serão recebidos entre o término da construção e o final da concessão.

A Companhia inclui a receita financeira contratual na Receita Operacional Líquida – ROL, pois entende que nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica o financiamento (ato de gastar para construir e receber em parcelas no decorrer da concessão) realizado ao poder concedente para a construção dos empreendimentos faz parte do seu negócio.

Maiores detalhes nas práticas contábeis da nota 16.

## NOTA 40 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	-	(415.808)	(415.808)	-	(326.349)	(326.349)
Plano de demissão voluntária (40.2)	-	(42.999)	(42.999)	-	-	-
Material	-	(603)	(603)	-	(504)	(504)
Serviços	-	(246.249)	(246.249)	-	(224.573)	(224.573)
Energia comprada para revenda	(16.685)	-	(16.685)	(1.273.156)	-	(1.273.156)
Depreciação e amortização	-	(11.196)	(11.196)	-	(11.852)	(11.852)
Doações e contribuições	-	(126.339)	(126.339)	-	(87.399)	(87.399)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (40.1)	-	(3.501.113)	(3.501.113)	-	(12.254.011)	(12.254.011)
Outros	-	(294.438)	(294.438)	-	(257.986)	(257.986)
	(16.685)	(4.638.745)	(4.655.430)	(1.273.156)	(13.162.674)	(14.435.830)

	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total
Pessoal	(2.284.459)	(2.349.223)	(4.633.682)	(1.841.679)	(2.498.430)	(4.340.109)
Plano de demissão voluntária (40.2)	-	(1.260.370)	(1.260.370)	-	-	-
Material	(230.777)	(38.306)	(269.083)	(211.072)	(36.786)	(247.858)
Serviços	(1.074.415)	(990.817)	(2.065.232)	(733.981)	(807.859)	(1.541.840)
Energia comprada para revenda	(3.117.655)	-	(3.117.655)	(4.259.957)	-	(4.259.957)
Recuperação de custos - adesão ao risco hidrológico	-	-	-	4.265.889	-	4.265.889
Encargos sobre uso da rede elétrica	(2.746.132)	-	(2.746.132)	(2.276.254)	-	(2.276.254)
Combustível para produção de energia elétrica	(2.085.996)	-	(2.085.996)	(1.889.722)	-	(1.889.722)
Construção	(1.678.631)	-	(1.678.631)	(1.395.066)	-	(1.395.066)
Depreciação e amortização (a)	(2.480.692)	(209.577)	(2.690.269)	(1.301.681)	(141.604)	(1.443.285)
Doações e contribuições	-	(206.438)	(206.438)	-	(164.696)	(164.696)
Perdas estimadas/Provisões operacionais (40.1)	-	(6.928.425)	(6.928.425)	177.482	(15.099.545)	(14.922.063)
Outros	(158.853)	(1.434.541)	(1.593.394)	(212.389)	(1.274.941)	(1.487.330)
	<u>(15.857.610)</u>	<u>(13.417.697)</u>	<u>(29.275.307)</u>	<u>(9.678.430)</u>	<u>(20.023.861)</u>	<u>(29.702.291)</u>

(a) As constituições de depreciação e amortização no exercício de 2022 se devem, principalmente, aos novos contratos de geração celebrados em junho de 2022 para as usinas hidrelétricas contempladas pela Lei nº 14.182/2021.

#### 40.1 - Perdas estimadas/Provisões Operacionais

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para Litígios (a)	(150.471)	(10.902.242)	(1.857.566)	(13.080.540)
Perdas estimadas em investimentos	(67.429)	(66.760)	92.226	(20.712)
Provisão para Implantação de Ações - Empréstimo Compulsório	(101.813)	(107.652)	(101.813)	(107.652)
PECLD - Financiamentos e empréstimos (b)	(3.347.749)	(638.894)	(3.347.749)	(638.894)
PECLD - Consumidores e revendedores (c)	-	-	(1.674.333)	110.282
PECLD - Conta de consumo de combustíveis	-	(580.342)	-	(498.630)
Provisão para passivo a descoberto	-	-	-	(705.864)
Garantias	188.590	25.976	188.590	25.976
Contratos onerosos	-	-	229.582	16.219
Provisão para redução de estoques de Combustíveis	-	-	(25.764)	(126.286)
Impairment <sup>1</sup>	-	-	(267.815)	475.406
Provisão para depósitos judiciais	-	-	-	(233.908)
Outras	(22.241)	15.903	(163.783)	(137.460)
	<u>(3.501.113)</u>	<u>(12.254.011)</u>	<u>(6.928.425)</u>	<u>(14.922.063)</u>

<sup>1</sup> Impairment - Perda estimada por irrecuperabilidade de ativos

- (a) A constituição da provisão para litígios no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, às atualizações monetárias de processos cíveis e trabalhistas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a constituição da provisão para litígios foi impactada, principalmente, por uma provisão de R\$ 10.896.956 referente aos processos relacionados ao empréstimo compulsório. Vide nota 34;
- (b) A constituição de PECLD sobre financiamentos e empréstimos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à provisão dos saldos de empréstimos a receber com a Amazonas Energia. Vide nota 10;
- (c) A constituição de PECLD sobre consumidores e revendedores no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 se deve, principalmente, à provisão de 100% dos Instrumentos de Confissão de Dívida da Amazonas Energia. Vide nota 09.

#### 40.2 - Programa de Demissão Voluntária - 2022

A despesa referente ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.260.370, conforme demonstrado abaixo:

CONSOLIDADO		
Desligamentos	Quantidade de funcionários	Valor
2022	821	(373.883)
2023 <sup>1</sup>	1.673	(886.487)
	2.494	(1.260.370)

<sup>1</sup> Valores estimados para 2023.

## NOTA 41 – RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Receitas financeiras</b>				
Receitas de juros, multas, comissões e taxas	1.282.346	937.275	997.434	756.395
Receita de aplicações financeiras	1.065.822	291.494	2.211.854	619.729
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	-	69.273	252.637	325.943
Receita de juros sobre dividendos	417.789	224.481	10.950	-
Outras receitas financeiras	276.323	130.783	566.848	319.638
(-) Tributos sobre receitas financeiras	(512.176)	(349.672)	(611.964)	(415.961)
	2.530.104	1.303.634	3.427.759	1.605.744
<b>Despesas financeiras</b>				
Encargos de dívidas	(1.953.052)	(1.481.344)	(4.705.030)	(2.804.816)
Encargos de obrigações com CDE	-	-	(1.097.038)	-
Encargos de revitalização de bacias hidrográficas	-	-	(187.023)	-
Outras despesas financeiras	(180.021)	(636.947)	(804.999)	(549.140)
	(2.133.073)	(2.118.291)	(6.794.090)	(3.353.956)
<b>Itens financeiros, líquidos</b>				
Variações monetárias	(996.738)	(99.149)	(1.097.622)	(34.520)
Variações cambiais	327.057	(306.439)	446.852	(385.049)
Derivativos	-	-	(356.494)	725.826
	(669.681)	(405.588)	(1.007.264)	306.257
	(272.650)	(1.220.245)	(4.373.595)	(1.441.954)

### Prática contábil

No resultado financeiro são registrados, principalmente, os encargos das dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, vide nota 26, os encargos das obrigações com a CDE e revitalização de bacias hidrográficas, vide nota 35, os juros dos passivos de arrendamentos, vide nota 27, e as receitas de aplicações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da conversão pela taxa de câmbio do fim do período são reconhecidos no resultado como despesa ou receita financeira.

## NOTA 42 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ressarcimento do ativo imobilizado em curso - AIC (a)	121.033	588.786	121.033	588.786
Ganho da alienação das ações da CEEE-T (b)	453.624	-	453.624	-
Reembolso da ineficiência - CCC	-	621.968	-	621.968
Efeitos da Lei nº 14.182/2021 (c)	-	-	(355.062)	-
Outras receitas e despesas	(378.996)	-	(32.671)	-
	195.661	1.210.754	186.924	1.210.754

(a) Ressarcimento do ativo imobilizado em curso – AIC

Em 31 de dezembro de 2022, o Conselho de Administração da Eletrobras deliberou pela aprovação do valor apurado do AIC da Ceron, atual Energisa Rondônia, no montante de R\$ 121.033. Além disso, foi aprovada a assinatura do Contrato de Ressarcimento do AIC a ser celebrado pela Eletrobras e Energisa. Conforme definido no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, a Energisa Rondônia irá realizar o pagamento do valor apurado do AIC em 60 parcelas, com o saldo devedor sendo corrigido por 111% da taxa Selic. Vide nota 15.

(b) Ganho na alienação das ações CEEE-T

A Eletrobras vendeu a totalidade de sua participação acionária na CEEE-T para a CPFL de Energia Cone Sul Ltda, durante o exercício findo em dezembro de 2022. Vide nota 20.

(c) Efeitos da Lei nº 14.182/2021

Os valores residuais das novas concessões foram baixados contra o resultado do período em razão da irrecuperabilidade apurada pelo CNPE, líquido do resultado das indenizações. Vide nota 1.2.2.

## NOTA 43 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### 43.1- Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à exposição líquida dividida pelo capital total. A alavancagem financeira, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos, vide nota 26, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - TVM (sem considerar o caixa restrito e TVM restrito), vide notas 6 e 8. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	59.106.522	44.015.645
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(12.611.302)	(15.873.853)
(-) Caixa e equivalente de caixa	(10.739.126)	(192.659)
Exposição líquida	35.756.094	27.949.133
(+) Total do Patrimônio Líquido	111.028.636	76.416.764
Total do Capital	146.784.730	104.365.897
Índice de Alavancagem Financeira	24%	27%

### 43.2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis de certos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a seguinte classificação para enquadrar os seus instrumentos financeiros e seus respectivos níveis:

	Nível	CONSOLIDADO	
		31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVOS FINANCEIROS</b>			
Custo amortizado		21.874.736	21.126.404
Caixa e equivalentes de caixa		10.739.126	192.659
Clientes		5.497.979	6.088.056
Direitos de Ressarcimento		2.952.397	6.396.234
Valores a receber - ENBPar		1.264.059	-
Financiamentos e Empréstimos		1.021.645	5.843.527
Ativo Financeiro - Itaipu		389.438	428.865
Títulos e Valores Mobiliários		10.092	4.901
Ativo Financeiro - Geração		-	2.172.162
Valor justo por meio do resultado		13.588.072	19.268.020
Títulos e Valores Mobiliários	2	12.601.210	15.868.952
Instrumentos Financeiros Derivativos	2	986.862	1.343.355
Fundo de descomissionamento	2	-	2.055.713
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		1.761.258	1.878.609
Investimentos (Participações Societárias)	1	1.761.258	1.878.609
<b>PASSIVOS FINANCEIROS</b>			
Custo amortizado		103.279.464	51.898.760
Empréstimos, financiamentos e debêntures		59.106.522	44.015.645
Obrigações da Lei nº 14.182/2021		36.659.454	-
Fornecedores		3.517.173	4.048.087
Obrigações de ressarcimento		1.912.423	859.003
Remuneração aos acionistas		924.644	1.406.890
Arrendamentos		753.168	903.484
Concessões a Pagar UBP		406.080	87.025
Passivo Financeiro - Itaipu		-	578.626

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora. E os preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Eletrobras e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como valor justo por meio de resultado ou através de outros resultados abrangentes anteriormente classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros (nível 2) incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; e
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

### 43.3 - Gestão de riscos financeiros

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Eletrobras definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

As análises de sensibilidade abaixo foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Tratam-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

#### 43.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano.

A Companhia possui uma Política de *Hedge* Financeiro cujo objetivo é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Eletrobras e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas demonstrações financeiras.

A referida política, portanto, visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Considerando as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a Política elenca uma escala de prioridades, priorizando a solução estrutural, e, apenas para os casos residuais, adoção de operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas, não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

#### a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade

##### Risco de apreciação das taxas de câmbio

		CONSOLIDADO				
		Saldo em 31/12/2022		Efeito no resultado		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2023 <sup>1</sup>	Cenário II (+25%) <sup>1</sup>	Cenário III (+50%) <sup>1</sup>
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(1.400.514)	(7.307.464)	66.807	(1.743.358)	(3.553.522)
USD	Valores a receber - ENBpar	242.264	1.264.059	(11.554)	301.572	614.698
	Financiamentos e Empréstimos a Receber	16.125	84.133	(767)	20.075	40.916
	Ativo financeiro - Itaipu	74.638	389.438	(3.560)	92.910	189.380
	Impacto no resultado	(1.067.487)	(5.569.834)	50.926	(1.328.801)	(2.708.528)
	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(42.077)	(234.343)	(597)	(59.333)	(118.068)
	Impacto no resultado	(42.077)	(234.343)	(597)	(59.333)	(118.068)
Impacto no resultado em caso de apreciação das taxas de câmbio				50.329	(1.388.134)	(2.826.596)
( <sup>1</sup> ) Premissas adotadas:		31/12/2022	Provável	+25%	+50%	
	USD	5,22	5,17	6,46	7,76	
	EURO	5,57	5,58	6,98	8,38	

#### 43.3.2 - Risco de taxa de juros

##### a) Indexadores nacionais

##### Risco de apreciação das taxas de juros

		CONSOLIDADO			
		Saldo em 31/12/2022	Efeito no resultado		
			Cenário I - Provável 2023 <sup>1</sup>	Cenário II (+25%) <sup>1</sup>	Cenário III (+50%) <sup>1</sup>
CDI	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.879.505)	(2.083.277)	(2.604.096)	(3.124.915)
	Impacto no resultado	(17.879.505)	(2.083.277)	(2.604.096)	(3.124.915)
SELIC	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(4.329.336)	(508.697)	(635.871)	(763.045)
	Ressarcimento AIC	505.992	59.454	74.318	89.181
	Impacto no resultado	(3.823.344)	(449.243)	(561.553)	(673.864)
TJLP	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.500.325)	(107.229)	(134.036)	(160.844)
	Impacto no resultado	(1.500.325)	(107.229)	(134.036)	(160.844)
IGPM	Arrendamentos	(753.168)	(33.238)	(41.548)	(49.857)
	Financiamentos e empréstimos a receber	270.158	11.922	14.903	17.884
	Impacto no resultado	(483.010)	(21.316)	(26.645)	(31.973)
IPCA	Obrigações da Lei nº 14.182/2021	(36.659.454)	(1.737.174)	(2.171.467)	(2.605.761)
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	(24.649.296)	(1.168.051)	(1.460.064)	(1.752.077)
	Direito de ressarcimento	2.446.405	115.927	144.909	173.891
	Financiamentos e empréstimos a receber	10.961	519	649	779
	Impacto no resultado	(58.851.384)	(2.788.779)	(3.485.973)	(4.183.168)
Impacto no resultado em caso de apreciação nos indexadores nacionais			(5.449.844)	(6.812.303)	(8.174.764)
( <sup>1</sup> ) Premissas adotadas:		31/12/2022	Provável	+25%	+50%
	CDI	13,65%	11,65%	14,56%	17,48%
	SELIC	13,75%	11,75%	14,69%	17,63%
	TJLP	7,20%	7,15%	8,93%	10,72%
	IGPM	5,44%	4,41%	5,52%	6,62%
	IPCA	5,58%	4,74%	5,92%	7,11%

### 43.3.3 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Eletrobras e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes e demais créditos.

A Eletrobras, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados nos ambientes regulado e livre de energia. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

A Companhia possui a norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e *expertise* no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a instituições financeiras. A exposição da Companhia corresponde ao valor máximo que deverá ser pago caso a garantia seja executada. Vide nota 26.2.

### 43.3.4 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas financeira e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data final do contrato. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONSOLIDADO				
	31/12/2022				
	Fluxo de pagamento nominal				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
<b>PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)</b>	<b>19.407.655</b>	<b>23.277.701</b>	<b>22.324.186</b>	<b>93.128.374</b>	<b>158.137.917</b>
Obrigações da Lei nº 14.182/2021	1.486.080	2.094.252	9.931.788	65.206.735	78.718.856
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.305.856	20.906.210	12.091.000	27.503.632	71.806.698
Fornecedores	3.517.173	-	-	-	3.517.173
Obrigações de Ressarcimento	1.912.423	-	-	-	1.912.423
Remuneração aos Acionistas	924.644	-	-	-	924.644
Arrendamentos	227.819	239.099	219.053	88.490	774.461
Concessões a Pagar UBP	33.660	38.140	82.345	329.517	483.662

	CONSOLIDADO				
	31/12/2021				
	Fluxo de pagamento nominal				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
<b>PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)</b>	<b>14.802.340</b>	<b>9.068.371</b>	<b>20.021.202</b>	<b>19.627.075</b>	<b>63.518.988</b>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.674.220	8.693.204	19.650.487	19.413.779	57.431.690
Fornecedores	4.031.532	16.555	-	-	4.048.087
Obrigações de Ressarcimento	859.003	-	-	-	859.003
Arrendamentos	232.215	351.395	355.101	75.248	1.013.959
Concessões a Pagar UBP	5.370	7.217	15.614	138.048	166.249

#### 43.4 – Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam os instrumentos financeiros derivativos.

- Provável: O cenário provável foi definido como o valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2022;
- Cenário I e II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas; e
- Cenário III e IV: Estimativa do valor justo considerando uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco associadas.

Derivativo embutido	Provável	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV
Fornecimento de energia elétrica	986.862	740.147	493.431	1.233.578	1.480.293

As análises de sensibilidade foram elaboradas tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

##### 43.4.1 – Fornecimento de energia elétrica

Este instrumento financeiro derivativo refere-se a um contrato de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás, a receita desse contrato de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* – LME), este cálculo inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME, cujos quais foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo subjacente.

O contrato celebrado com a Albrás possui data inicial em 01 de julho de 2004 e seu vencimento está para 31 de dezembro de 2024. O volume médio contratado era de 750 MW e passou para 800MW após janeiro de 2007.

O cálculo do prêmio do contrato inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US\$ 2.773,21/ton e US\$ 1.450/ton, respectivamente.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, vide item 43.4. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI.

O prêmio calculado para o exercício de 2022 é de R\$ 986.862, uma desvalorização de R\$ 356.493 com relação ao exercício de 2021 que teve o prêmio calculado de R\$ 1.343.355 e pode ser explicado principalmente pela redução na expectativa do preço do LME para os próximos 24 meses (média do preço do LME projetado: (12-2022: US\$ 2.480,86 / 12-2021: US\$ 2.815,36).

## Prática contábil

Reconhecimento e mensuração:

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Eletrobras, ou uma de suas controladas, for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo, seguindo as regras do CPC 48/IFRS 9.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

- **Ativos financeiros**

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos e baixados na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, posteriormente, mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

a) Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo ao Resultado – VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b) Um instrumento de dívida é mensurado ao Valor Justo a Outros Resultados Abrangentes – VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes – ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

c) Os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como mensurados ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

#### Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais:

Para fins de avaliação se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamento de principal e de juros, o principal é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são compostos somente de pagamentos de principal e juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém termo contratual que poderá mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

- **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados inicialmente pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidas no resultado.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram.

#### Contratos de garantia financeira:

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Essas estimativas são definidas com base na experiência e no julgamento da Administração da Eletrobras. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia, vide nota 26.2. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias é apresentado, quando ocorrido, nas despesas operacionais, vide nota 40.

#### Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como

instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

Contabilização de *hedge*:

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

#### NOTA 44 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos de negócios da Companhia divulgados separadamente são:

- Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres e comercialização;
- Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica; e
- Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa da Companhia, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPE, cujo monitoramento e gestão são feitos de forma distinta dos investimentos corporativos.

As informações consolidadas por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2022 e 2021, são as seguintes:

	31/12/2022				Total
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	
Receita operacional líquida	379.988	20.252.000	14.001.392	(559.147)	34.074.233
Intersegmentos	-	244.761	314.386	(559.147)	-
Terceiros	379.988	20.007.239	13.687.006	-	34.074.233
Custos operacionais	(16.685)	(11.156.832)	(5.208.891)	524.798	(15.857.610)
Despesas operacionais	(4.643.816)	(3.573.826)	(5.234.404)	34.349	(13.417.697)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	365.178	-	365.178
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(4.280.513)	5.521.342	3.923.275	-	5.164.104
Resultado financeiro					(4.373.595)
Resultado de participações societárias					2.369.777
Outras receitas e despesas					186.924
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(695.613)
Lucro líquido das operações continuadas					2.651.597
Lucro líquido das operações descontinuadas					986.785
Lucro líquido do exercício					3.638.382

	31/12/2021				
	Administração	Geração	Transmissão	Eliminações	Total
Receita operacional líquida	1.366.364	17.994.908	15.713.987	(448.425)	34.626.834
Intersegmentos	18.989	222.010	207.426	(448.425)	-
Terceiros	1.347.375	17.772.898	15.506.561	-	34.626.834
Custos operacionais	(1.273.156)	(5.714.997)	(3.119.712)	429.435	(9.678.430)
Despesas operacionais	(13.164.099)	(3.863.853)	(3.014.899)	18.990	(20.023.861)
Remensurações regulatórias - Contratos de Transmissão	-	-	4.858.744	-	4.858.744
Resultado oper. antes do resultado financeiro	(13.070.891)	8.416.058	14.438.120	-	9.783.287
Resultado financeiro					(1.441.954)
Resultado de participações societárias					1.507.418
Outras receitas e despesas					1.210.754
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido					(5.260.642)
Lucro líquido das operações continuadas					5.798.863
Lucro líquido das operações descontinuadas					(85.230)
Lucro líquido do exercício					5.713.633

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos da Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

#### 44.1 - Receita operacional líquida, após eliminações, por segmento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento	-	14.104.623	-	14.104.623	-	11.836.975	-	11.836.975
Fornecimento	-	3.925.510	-	3.925.510	-	3.334.527	-	3.334.527
CCEE	17.708	1.141.450	-	1.159.158	1.426.062	1.664.038	-	3.090.100
Receita de O&M	-	4.676.630	6.379.321	11.055.951	-	4.220.474	5.967.866	10.188.340
Receita de construção	-	7.324	1.494.307	1.501.631	-	82.205	1.535.840	1.618.045
Repasse Itaipu	287.610	-	-	287.610	65.831	-	-	65.831
Receita contratual	-	-	7.901.256	7.901.256	-	-	9.946.627	9.946.627
Outras receitas operacionais	222.037	173.774	706.006	1.101.817	146.312	462.762	316.381	925.455
Deduções Receitas operacionais	(147.367)	(4.022.072)	(2.793.884)	(6.963.323)	(271.841)	(3.847.074)	(2.260.151)	(6.379.066)
	379.988	20.007.239	13.687.006	34.074.233	1.366.364	17.753.907	15.506.563	34.626.834

## 44.2 - Ativos não circulantes por segmento

	31/12/2022				31/12/2021			
	Administração	Geração	Transmissão	Total	Administração	Geração	Transmissão	Total
Intangível	648.677	79.250.508	81.396	79.980.581	644.176	4.345.908	2.092	4.992.176
Ativo Contratual	-	-	51.703.084	51.703.084	-	-	52.158.612	52.158.612
Imobilizado	1.748.211	32.991.494	-	34.739.705	1.830.502	31.537.479	-	33.367.981
	<u>2.396.888</u>	<u>112.242.002</u>	<u>51.784.480</u>	<u>166.423.370</u>	<u>2.474.678</u>	<u>35.883.387</u>	<u>52.160.704</u>	<u>90.518.769</u>

### Prática contábil

A Companhia segmenta os seus resultados entre Geração e de Transmissão, pois a maior parte das suas receitas e despesas são originadas por essas atividades.

No resultado do segmento de Administração é evidenciado somente o resultado obtido pela Eletrobras e Eletropar, entidades que não desenvolvem as atividades de geração e transmissão de energia Elétrica.

Os ativos não circulantes segmentados em Geração e Transmissão se referem aos que são diretamente ligados com essas atividades. Os ativos intangíveis e imobilizados sem vínculos diretos com as atividades de geração e transmissão de energia elétrica são apresentados no segmento de Administração.

## NOTA 45 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Abaixo encontram-se resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Companhia:

### 45.1 – Principais transações ocorridas em 2022

Partes Relacionadas	Data da Operação	Objeto do Contrato	Valor da transação
Chesf e Fundação Chesf de Assistência e Segurança Social (Fachesf)	01/01/2022	Segundo Aditivo ao Convênio: Compartilhamento da estrutura necessária à oferta dos serviços assistenciais, de saúde e de medicina do trabalho, decorrentes do PAP, de responsabilidade da Chesf, e do Fachesf-Saúde, de responsabilidade da Fachesf, bem como dos serviços médicos ambulatoriais.	57.875
SPE São Manoel e BNDES	30/01/2022	Trata-se de aditivo ao Contrato de Financiamento com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de Standstill promovido pelo BNDES.	526.000
Eletrobras, CGT Eletrosul e SPE UHE Teles Pires	21/02/2022	Trata-se de aditivo ao Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos do BNDES, celebrado junto ao Banco do Brasil, com o objetivo de formalizar a adesão da Beneficiária às condições do programa de Standstill promovido pelo BNDES.	561.000
Eletronuclear e Indústrias Nucleares do Brasil (INB)	24/02/2022	Fornecimento do Concentrado de U308 para a execução da conversão e enriquecimento de urânio e para a fabricação de elementos combustíveis, relativos ao fornecimento de combustível para as 28ª à 32ª Recargas de Angra 1 e para as 19ª à 23ª Recargas de Angra 2.	6.553.463
Eletrobras e Eletronuclear	08/06/2022	Trata-se de contratação de operação de crédito de longo prazo pela Eletronuclear, junto ao banco Santander, com garantia prestada pelo US Eximbank, tendo como contragarantidora a Eletrobras. A contragarantia corporativa a ser prestada pela Companhia equivale ao montante da operação de crédito concedida à Parte Relacionada. A contragarantia equivale ao montante da operação de crédito, compreendendo assim um total de até US\$ 22.262 e taxa de juros SOFR + 1,05%a.a. Vide nota 23.2.	116.143
Eletrobras e Eletronorte	23/06/2022	A Eletronorte reconheceu a confissão e consolidação da dívida oriunda decorrente dos processos judiciais da El Paso, que eram de responsabilidade da Amazonas GT e foi efetivamente pago pela Eletrobras, na condição de garantidora. O Juros remuneratórios do confissão de dívida correspondentes a 100% da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa de 1,50% ao ano e o saldo será amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas.	567.000
Eletrobras e Chapada do Piauí	12/07/2022	Emissão de fiança bancária por instituição financeira de mercado (Fiador) como uma garantia a ser prestada em favor dos credores dos Contratos de Dívida da SPE Chapada do Piauí I. A contragarantia corporativa a ser prestada pela Eletrobras equivale ao montante da fiança bancária correspondente à participação acionária da Companhia no empreendimento, qual seja, 49%, compreendendo assim um total de R\$ 71.322, de acordo com o contrato celebrado. O instrumento contratual e a respectiva garantia fidejussória provida terão duração de 24 meses.	71.322
Eletrobras e SPE Rouar	26/08/2022	Formalização de prestação de garantia pela Companhia, por meio do penhor de suas ações detidas na SPE, de maneira a viabilizar a celebração de financiamento de longo prazo pela parte relacionada junto a uma instituição financeira. A garantia a ser prestada pela Eletrobras, equivale ao montante correspondente à sua participação acionária na SPE, ponderado pelo montante da dívida contratada, compreendendo uma garantia total de até US\$ 20 milhões.	104.342
Eletrobras, Furnas, MESA e SAESA	03/11/2022	Formalização de instrumentos aditivos aos contratos de Dívidas e Garantias providas dentro da Estrutura de Financiamento da SPE SAESA, de modo a refletir a alteração do quadro societário da SPE Madeira Energia S/A (MESA) resultante do recente aumento, em 07/06/2022, da participação acionária de Furnas para 72,36% nesta Sociedade. Faz parte do escopo deste Comunicado o 3º Aditivo ao Instrumento Particular de escritura da 1ª (Primeira) emissão de debêntures da SAESA, o qual conta com Garantia de Furnas.	3.690.000
Eletrobras, Furnas, MESA, SAESA e BNDES	04/11/2022	Em complemento ao Comunicado de 03/11/2022, fazem parte do escopo deste contrato os instrumentos aditivos aos contratos nos quais a Companhia é Garantidora das operações da SAESA, conforme listados a seguir: (i) 11º Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 08.2.1120.1 (BNDES Direto); (ii) 6º Aditivo ao Contrato nº 12.2.1307.1 (BNDES Direto Suplementar); (iii) 11º Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse nº 01/2009 (BNDES Repasse); (iv) 6º Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Suplementar nº 01/2013 (BNDES Repasse Suplementar); (v) 7º Aditivo ao Contrato de Financiamento com Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - _FNO; (vi) 3º Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fiança da 2ª (Segunda) emissão de debêntures da SAESA; (vii) 3º Aditivo ao Instrumento Particular de Contrato de Fiança da 3ª (Terceira) emissão de debêntures da SAESA.	10.830.000

#### 45.2 - Transações com entidades governamentais

Em junho de 2022, a Eletrobras concluiu a oferta pública de ações e, conseqüentemente, deixou de ser uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Porém, a União Federal ainda possui influência significativa sobre a Companhia. Desta forma, das entidades governamentais, apenas a União Federal atende aos requisitos de classificação como parte relacionada. O resultado das principais transações com estas entidades até junho de 2022 está resumido a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	CONSOLIDADO					
	31/12/2022			31/12/2021		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Direito de Ressarcimento						
Poder Público Federal	-	-	-	6.396.234	-	-
Cauções e depósitos vinculados - Poder Público Federal						
FIDC Infinity DI	-	-	-	29.323	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar - Poder Público Federal						
Banco do Brasil	-	-	-	-	2.036.300	-
Caixa Econômica Federal	-	-	-	-	3.878.939	-
BNDES	-	-	-	-	5.126.501	-
Reserva Global de Reversão	-	-	-	-	1.950.629	-
BNB	-	-	-	-	1.053.997	-
Petrobras	-	-	-	-	5.527.830	-
FINEP	-	-	-	-	52.465	-
BASA	-	-	-	-	357.049	-
FIDC Infinity DI	-	-	-	-	28.269	-
Remuneração aos acionistas						
União Federal	-	146.971	-	-	570.712	-
Obrigações de Ressarcimento - Poder Público Federal						
Tesouro Nacional - Itaipu	-	1.349.308	-	-	4.151.585	-
Despesas Financeiras - Poder Público Federal						
Banco do Brasil	-	-	(64.512)	-	-	(60.629)
Caixa Econômica Federal	-	-	(14.812)	-	-	(32.667)
BNDES	-	-	(24.029)	-	-	(45.665)
BNB	-	-	-	-	-	(63.225)
Petrobras	-	-	585.021	-	-	(262.797)
BASA	-	-	(12.993)	-	-	(5.968)
FINEP	-	-	(1.066)	-	-	(2.342)
FIDC Infinity DI	-	-	-	-	-	(17.678)
Outras Receitas /(Despesas)						
Petrobras	-	-	(346.070)	-	-	-
FIDC Infinity DI	-	-	-	-	-	3.215
Outras receitas	-	-	6.109	-	-	-
Outras despesas	-	-	(578)	-	-	-
	-	1.496.279	127.070	6.425.557	24.734.276	(487.756)

A seguir, identifica-se a principal transação com outras entidades governamentais:

- (a) Tesouro Nacional – Itaipu: O passivo da Companhia será repassado ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional em 1999. Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023. Maiores informações, vide nota 17.

#### 45.3 - Transações com partes relacionadas - Controladora

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas da Controladora:

Patrimonial	31/12/2022				31/12/2021			
	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
<b>Ativos</b>								
Adiantamento para futuro aumento de capital (a)	20.596.029	-	-	-	3.932.463	-	-	-
Dividendos / JCP a receber	2.527.551	-	508.803	-	4.823.947	2.790	186.973	-
Empréstimos e financiamentos a receber (b)	3.868.903	-	587.067	-	4.612.380	688.883	-	-
Créditos com Controladas	1.894.051	-	-	-	1.974.022	-	-	-
Outros ativos	70.549	-	79.148	-	16.312	41.281	57.075	-
<b>Total Ativo</b>	<b>28.957.083</b>	<b>-</b>	<b>1.175.018</b>	<b>-</b>	<b>15.359.124</b>	<b>732.954</b>	<b>244.048</b>	<b>-</b>
<b>Passivos</b>								
Provisões <sup>1</sup>	-	-	-	620.691	-	-	-	849.766
Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	2.055.713	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	62.556	-	-	-
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>620.691</b>	<b>2.118.269</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>849.766</b>

<sup>1</sup> Fundação Eletrobras de Seguridade Social – Eletros: em 31 de dezembro de 2022, o saldo das provisões de benefícios aos empregados totaliza R\$ 620.691 (R\$ 849.766 em 31 de dezembro de 2021).

Resultado	31/12/2022				31/12/2021			
	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	-	-	(78.680)	-
Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variações Cambiais	839.163	(38.071)	180.134	-	273.365	372.736	90.274	-
Perdas estimadas em investimentos	(250.553)	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas (Despesas)	968	-	-	(2.650)	3.050	-	-	(3.094)
	589.578	(38.071)	180.134	(2.650)	276.415	372.736	11.594	(3.094)

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital: a Companhia definiu que os pagamentos em contrapartida aos ativos adquiridos no processo de capitalização (bônus de outorga) fossem realizados por suas controladas. Em razão disso, o valor arrecadado na oferta de ações foi transferido às controladas, por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital. Maiores detalhes, vide nota 19.

(b) Empréstimos e financiamentos a receber: Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia e com recursos externos. As controladas Eletronorte e CGT Eletrosul possuem os empréstimos mais relevantes, no montante de R\$ 2.140.388 e 1.273.880, respectivamente. Maiores detalhes, vide nota 10.

#### 45.4 - Transações com partes relacionadas – Consolidado

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas do consolidado:

Patrimonial	31/12/2022			31/12/2021		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
<b>Ativos</b>						
Clientes	37.741	23.970	-	52.308	20.057	-
Contas a Receber	14.725	17.064	932	1.436	66	934
Dividendos / JCP a receber	180.213	615.740	-	216.728	209.160	-
Empréstimos e financiamentos a receber	-	587.067	-	688.884	-	-
Outros ativos	-	78.147	136.375	49.549	57.075	55
<b>Total Ativo</b>	<b>232.679</b>	<b>1.321.988</b>	<b>137.307</b>	<b>1.008.905</b>	<b>286.358</b>	<b>989</b>
<b>Passivos</b>						
Fornecedores	17.268	9.273	231	37.437	8.683	231
Provisões	-	-	620.691	-	-	849.766
Contribuições previdenciárias	-	-	32.991	-	-	18.797
Contratos de dívidas atuariais	-	-	71.668	-	-	891.726
Obrigações diversas	-	-	11.079	-	-	9.933
Empréstimos e financiamentos	-	-	4.892	-	-	17.310
Compra de Energia Elétrica	20.379	9.273	-	-	9.222	-
Contas a Pagar	39.400	-	137.718	18.017	-	123.897
Outros passivos	-	-	124.354	15	-	201
<b>Total Passivo</b>	<b>77.047</b>	<b>18.546</b>	<b>1.003.624</b>	<b>55.469</b>	<b>17.905</b>	<b>1.911.861</b>

Resultado	31/12/2022			31/12/2021		
	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego	Controladas em conjunto	Coligadas	Entidades benefício pós-emprego
Receita de uso de Energia Elétrica	161.651	142.852	-	76.820	175.467	-
Receitas de prestação de serviços	100.981	3.223	-	107.196	906	-
Outras Receitas	551.180	-	84.103	296.759	-	81.216
Receitas de Juros, Comissões e Taxas e Variações cambiais	(38.071)	180.134	-	372.736	90.274	-
Receitas Financeiras	-	-	-	692	-	-
Compra/Venda de Energia Elétrica	(659.912)	(70.650)	-	(579.303)	(95.333)	-
Encargos de Uso da Rede	(102.805)	(29)	-	(96.243)	-	-
Taxas	-	-	(2.650)	-	-	(3.094)
Outras Despesas	(311.396)	(209)	(557.258)	(84.255)	(1.247)	(550.789)
Fundo de Descomissionamento	-	-	-	-	(78.680)	-
Despesas atuariais	-	-	-	-	-	(56.712)
Despesas Financeiras	-	-	(140.730)	(626)	(850)	(10.203)
	(298.372)	255.321	(616.535)	93.776	90.537	(539.582)

## 45.5 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios de curto prazo	10.485	8.894	41.302	37.921
Benefícios pós-emprego	756	436	756	436
Outros benefícios de longo prazo	2.055	1.296	2.055	1.296
	13.296	10.626	44.113	39.653

Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede a seus empregados benefícios de curto e longo prazo, além dos salários, férias e outros benefícios legais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios.

Os benefícios de curto e longo prazo – pós emprego compreendem: (i) plano de previdência complementar ("Plano de pensão – Benefício definido"); (ii) plano de previdência complementar ("Plano de pensão – Contribuição definida") e (iii) Plano de saúde pós emprego.

### 45.5.1 Plano de remuneração baseado em opções de ações ("Stock Options")

Em dezembro de 2022, foi aprovado na 184ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o plano de remuneração baseado em opções de compras de ações ("Stock Options"). O plano possibilita a incorporação de incentivos de longo prazo, associados ao cumprimento de metas previamente definidas, no pacote remuneratório dos beneficiários, transformando-os em potenciais acionistas da Companhia, alinhando assim, os interesses da Companhia, seus acionistas e os beneficiários.

O número total de opções a serem outorgadas aos beneficiários do plano de opções não poderá resultar na efetiva entrega de ações que excedam o limite de 1,10% do capital social total da Companhia, conforme deliberado na AGE.

### Prática contábil

A Companhia elimina nas demonstrações contábeis consolidadas, as transações e os saldos intercompanhias existentes com partes relacionadas, exceto em relação àqueles entre Eletrobras e suas controladas mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

#### NOTA 46 – ATIVOS E PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA

O quadro abaixo demonstra os investimentos classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2022:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Chapada Piauí I	144.574	124.484	144.574	124.484
Chapada Piauí II	176.117	164.847	176.117	164.847
Livramento Holding S.A.	-	-	80.317	98.359
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	286.774	-
Neoenergia Coelba	-	-	468	-
Neoenergia Cosern	-	-	63	-
Neoenergia Afluenta T	-	-	45	-
<b>Total Ativo</b>	<b>320.691</b>	<b>289.331</b>	<b>688.359</b>	<b>387.690</b>
Livramento Holding S.A.	-	-	170.448	168.381
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>170.448</b>	<b>168.381</b>

Em fevereiro de 2022, a Eletrobras e a Contour Global do Brasil  *Holding Ltda*, sócias das companhias Chapadas do Piauí I e II, incluíram no acordo de acionistas a cláusula direito de preferência à aquisição de ações, títulos ou direitos e direito de venda conjunta (*Tag Along*). A Eletrobras se mantém comprometida com o plano de desinvestimento desses ativos.

#### Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças – Eletronorte e Neoenergia

Em dezembro de 2022, ocorreu a celebração entre a controlada Eletronorte e a Neoenergia S.A. do Contrato de Permuta de Ações e Outras Avenças, por meio do qual, com as interveniências-anuências necessárias, acordaram as seguintes operações:

- I- Neoenergia transfere em permuta à Eletronorte: (i) ações ordinárias representativas de 50,56% do capital social total e votante da Teles Pires Participações S.A., cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 327.953; (ii) ações ordinárias representativas de 0,9% do capital social total e votante da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 5.891; e (iii) ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A., cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 453.982.
- II- Eletronorte transfere em permuta à Neoenergia: (i) ações ordinárias representativas de 49% do capital social total e votante da Energética Águas da Pedra S.A. – EAPSA (UHE Dardanelos), cujo *Equity Value*, definido de comum acordo entre as partes, é de R\$ 784.512; (ii) 96.981 ações ordinárias, 10.885 ações preferenciais Classe A e 20 ações preferenciais Classe B de emissão da Neoenergia Coelba, no montante de R\$ 2.598; (iii) 46.654 ações ordinárias, 8.901 ações preferenciais Classe A e 9.473 ações preferenciais Classe B de emissão da Neoenergia Cosern no montante de R\$ 604; e (iv) 26.328 ações ordinárias de emissão da Neoenergia Afluenta T no montante de R\$ 113.

O valor da operação totaliza R\$ 787.826, sem impactar os caixas da Eletrobras e da Neoenergia. A conclusão do negócio está condicionada ao cumprimento de condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo as anuências cabíveis.

Antes da transferência à Neoenergia, ocorrerá descruzamento interno na Eletrobras, para que a Eletronorte detenha as participações que serão transferidas à Neoenergia.

### Prática contábil

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda se o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda e não pelo o uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que possa ser concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor esperado de alienação.

### NOTA 47 – OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme previsto na Lei nº 14.182/2021, a capitalização da Eletrobras estava condicionada à reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto da União, as empresas Eletronuclear e Itaipu Binacional, através da transferência de controle para a ENBpar.

Como a Eletronuclear e Itaipu Binacional representavam uma importante linha separada de negócios nos segmentos de geração de energia nuclear e comercialização, respectivamente, as transações destes segmentos passaram a ser apresentadas nestas demonstrações contábeis como operações descontinuadas. Desta forma, as informações do resultado do exercício e o fluxo de caixa comparativos estão sendo divulgadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 31/IFRS 5, para apresentar as transações dos segmentos mencionados acima separadamente das operações continuadas.

Abaixo demonstramos o resultado e os fluxos de caixa das operações descontinuadas:

- Resultado das operações descontinuadas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	-	-	2.050.414	3.004.947
Custos operacionais	-	-	(1.028.577)	(2.282.619)
Despesas operacionais	-	-	(360.765)	(517.680)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	-	-	661.072	204.648
Resultado financeiro líquido	57.822	84.897	(356.990)	(629.925)
Resultado das participações societárias	32.305	(169.862)	(68.490)	360.128
Outras Receitas e Despesas	896.658	-	896.658	-
Resultado operacional antes dos impostos	986.785	(84.965)	1.132.250	(65.149)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(145.465)	(20.081)
Lucro (prejuízo) das operações descontinuadas	986.785	(84.965)	986.785	(85.230)

O saldo de Outras Receitas e Despesas refere-se ao ganho decorrente da transferência da Itaipu Binacional e as demais rubricas referem-se a desconsolidação da Eletronuclear. Para maiores detalhes, vide nota 1.1.

- Efeitos na demonstração do fluxo de caixa:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2022	31/12/2021
Caixa líquido usado das atividades operacionais	(2.908.844)	(600.801)
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de financiamento	(174.814)	2.105.924
Caixa líquido proveniente (usado) das atividades de investimento	3.079.754	(1.503.660)
Caixa líquido proveniente (usado) das operações descontinuadas	(3.904)	1.463

## NOTA 48 – TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

<sup>1</sup>Integralização de capital social da Eletronuclear.

CONSOLIDADO		31/12/2022
Novos contratos de concessões		
Indenizações das UHEs Tucuruí e Curuá-Una		5.062.717
Reembolso aquisição de combustível - Lei nº 12.111/2009		2.906.500
Obrigações Lei nº 14.182		38.895.078
Total adicionado ao ativo intangível		46.864.295
Perda dos valores residuais (CHESF e Fumas) - redução do imobilizado		
Perda dos valores não homologados - modernizações/melhorias (Lei nº 12.783/2013)		403.902
		1.554.311
		1.958.213
Reestruturação societária		
Contraprestação pela transferência acionária de Itaipu		1.082.275
Integralização do AFAC <sup>1</sup>		3.665.521
Integralização dos dividendos a receber <sup>1</sup>		2.512.286
		7.260.082
Combinação de negócios - MESA		
Ativo		
IR e CSLL diferidos		2.077.704
Imobilizado e intangível		18.991.316
Outros Ativos		758.493
		21.827.513
Passivo		
Empréstimos e financiamentos		19.979.063
Outros Passivos		2.745.933
		22.724.996

## NOTA 49 – EVENTOS SUBSEQUENTES

### 49.1 - Programa de Recompra de Ações de Própria Emissão

O objetivo do Programa de Recompra é a aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para posterior cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria, sem redução do capital social, para incrementar o valor aos acionistas pela aplicação eficiente dos recursos disponíveis em caixa, otimizando a alocação de capital da Eletrobras. A Companhia poderá utilizar as ações em tesouraria para atender aos Planos de Remuneração Baseado em Opções de Compra de Ações e Remuneração Baseado em Ações Restritas, até o limite de 1,10% e 0,20%, respectivamente, aprovados na 184ª AGE. Adicionalmente, a Companhia poderá, observados os limites referidos no art. 4º, incisos I e II da Resolução CVM 77, utilizar as ações em tesouraria para saldar obrigações decorrentes de seus passivos relativos a demandas judiciais que discutem diferença de correção monetária dos créditos de Empréstimo Compulsório de Energia (ECE) ou constitucionalidade do tributo.

A quantidade máxima de ações que poderão ser adquiridas são 202.111.946 ações ordinárias e 27.552.681 ações preferenciais B, que representam 10% do total de ações em circulação de cada classe e espécie.

O prazo máximo para liquidação das operações com ações emitidas pela Companhia no âmbito deste Plano de Recompra é de até 18 meses, contados a partir de 03 de janeiro de 2023, e encerrando-se em 02 de julho de 2024. A recompra de ações somente será realizada se compatível com a situação financeira da Companhia e se houver recursos disponíveis, conforme disposto na Resolução CVM nº 77/2022.

#### 49.2 – Incorporação de ações

Em março de 2023, após a aprovação das Incorporações de Ações pela 185ª AGE e nas assembleias gerais das Subsidiárias, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas titulares de ações preferenciais classe “A” de emissão da Companhia exerceram o direito de retirada de 4.361 ações PNA. O montante total desembolsado pela Companhia a título de reembolso aos Acionistas Dissidentes titulares de Ações PNA foi de R\$ 212.

**Wilson Ferreira Júnior**  
Presidente

**Elvira Cavalcanti Presta**  
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

**Luiz Augusto Pereira de Andrade Figueira**  
Diretor de Gestão e Sustentabilidade

**Camila Gualda Sampaio Araújo**  
Diretora de Governança, Riscos e Conformidade

**Márcio Szechtman**  
Diretor de Transmissão

**Pedro Luiz de Oliveira Jatobá**  
Diretor de Geração

**Rodrigo Limp Nascimento**  
Diretor de Regulação e Relações Institucionais

**Marcos José Lopes**  
Contador – CRC-RJ 100854/O